

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 3



SENADO FEDERAL



ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 3



SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2017–2018

Senador Eunício Oliveira

PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador José Pimentel

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella

QUARTO-SECRETÁRIO

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Luiz Fernando Bandeira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 3



Textos

Ricardo Westin • André Fontenelle
Guilherme Oliveira • Joseana Paganine
Juliana Steck • Tatiana Beltrão

Ilustrações

Bruno Bazílio



Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

ARQUIVO S — O SENADO NA HISTÓRIA DO BRASIL — VOL. 3

Edição: Ricardo Westin

Revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Bruno Bazílio e Ronaldo Alves

Pesquisa de fotos: Braz Félix

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Capa:

COORDENAÇÃO DE PUBLICIDADE E MARKETING

Coordenador: Fábio Duarte

Serviço de Produção, Mídia e Planejamento:

Maria Teresa Prado

Serviço de Publicidade e Propaganda:

Daniel Pandino

Direção de arte: Isabela Macedo

Texto: Gustavo Brixius

SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Diretora: Dinamar Cristina Pereira Rocha

Coordenação de Arquivo: Carla Mendes de Jesus

Serviço de Arquivo Histórico: Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Pesquisa: Gabriel Tolentino Costa Ferreira, Karoline Rodrigues de Moraes, Luany Maira Passos, Caio Túlio Rezende Ortiga, Bruna Tamires Correia Cunha de Sousa e Fernanda de Oliveira Coelho (estagiários)

Colaboração:

Biblioteca do Senado e Serviço de Publicações Técnico-Legislativas

Impressão:

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Fabrício Ferrão Araújo

Os textos do livro “Arquivo S — O Senado na história do Brasil — Vol. 3” foram publicados originalmente pelo **Jornal do Senado**, sob a coordenação de Márcio Maturana, na primeira segunda-feira de cada mês entre junho de 2016 e agosto de 2017.

Arquivo S / Ricardo Westin ... [et al.] ; Bruno Bazílio, ilustrações. – Brasília : Senado Federal, 2018.

145 p. – (O Senado na história do Brasil ; v.3)

Reportagens publicadas pelo “Jornal do Senado” com base no acervo do Arquivo do Senado Federal.


ISBN: 978-85-7018-874-8

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder legislativo, história, Brasil. I. Westin, Ricardo. II. Título. III. Série.

CDD 328.8109

Sumário

	Página
Império — Finanças públicas	
Orçamento taxava dono de escravo e previa salário para dom Pedro II	6
Império — Seca	
Senado do Império estudou transposição do Rio São Francisco	18
Império — Aposentadorias	
Crise do sistema de aposentadorias já preocupava dom Pedro II	30
Primeira República — Guerra do Contestado	
Contestado, a sangrenta guerra do século 20	40
Primeira República — Trabalho	
Em 1917, greve geral parou cidade de São Paulo	54
Primeira República — Esportes	
Senado ajudou país a fazer história nas Olimpíadas	62
Era Vargas — Educação	
União Nacional dos Estudantes faz história desde 1937	74
Era Vargas — Política	
Getúlio Vargas deixou Brasil sem Senado por 9 anos	86
Ditadura militar — Política	
Quando a ditadura militar derrubou um velho aliado	94
Ditadura militar — Trabalho	
Para ganhar FGTS, trabalhador perdeu a estabilidade	101
Ditadura militar — Educação	
Em 1971, reforma tornou ensino técnico obrigatório	106
Ditadura militar — Eleições	
Em 1976, Lei Falcão amordaçou candidatos na TV	120
Ditadura militar — Política	
Pacote de Abril adiou abertura política do país	128
Nova República — Eleições	
Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar	136



Orçamento taxava dono de escravo e previa salário para dom Pedro II

por Ricardo Westin



No Império, como ocorre hoje, a proposta orçamentária devia passar pelo crivo da Legislativa. Documentos do Arquivo do Senado mostram que os senadores se queixaram do excesso de impostos e do mau gasto do dinheiro público



De tempos em tempos, a expressão “Orçamento federal” sai do esquecimento e passa ser pronunciada com alguma frequência pelos brasileiros. No início de 2016, por exemplo, as discussões foram sobre as mudanças que a presidente Dilma Rousseff fez no Orçamento sem pedir a autorização do Congresso Nacional — uma das acusações que levaram ao impeachment. No fim do mesmo ano, o bate-boca nacional foi motivado pela aprovação da proposta do presidente Michel Temer que criou um teto para os gastos do governo pelos 20 anos seguintes.

Proposta.

CAPITULO I.

Despeza Geral.

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1846 — 1847 he fixada na quantia de..... 27.330.229⁷/₁₀₀₀785
A qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na forma especificada nos artigos seguintes.

Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 2.939.556⁷/₁₀₀₀000
A saber :

1.º Dotação de S. M. o Imperador.....	800.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
2.º Dita de S. M. a Imperatriz.....	96.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
3.º Alimentos do Serenissimo Principe Imperial.....	12.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
4.º Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas.....	102.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
5.º Alimentos da Princeza a Senhora D. Maria Amelia.....	6.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
6.º Dotação de S. M. a Duqueza de Bragança.....	50.000 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
7.º Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....	3.200 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
8.º Secretaria d'Estado ...	33.200 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
9.º Gabinete Imperial	1.900 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
10. Conselho d'Estado....	28.800 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
11. Presencias das Provincias.....	119.500 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
12. Camara dos Senadores, e Secretaria.....	218.500 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
13. Dita dos Deputados, idem.....	280.429 ⁷ / ₁₀₀₀ 000
14. Cursos Juridicos.....	74.580 ⁷ / ₁₀₀₀ 000



O Orçamento nacional existe há quase dois séculos. É praticamente tão antigo quanto o Brasil independente.

Foi a Constituição do Império, a primeira do país, de 1824, que obrigou o governo a criar e submeter à Câmara dos Deputados e ao Senado uma planilha contendo, de um lado, a previsão do dinheiro que será arrecadado com impostos ao longo do ano e, do outro, a previsão de como essa arrecadação será investida na máquina estatal e nas ações públicas, como iluminação e segurança.

Quem mergulha nos velhos Orçamentos imperiais e consegue vencer a numeralha e os jargões contábeis do tipo “dotação” e “exercício financeiro” acaba conhecendo a história do Brasil sob um prisma fascinante e pouco explorado.

Na coluna dos tributos que abasteciam os cofres do Império, estava a taxa dos escravos. O valor que o fisco cobrava dos proprietários variava conforme a localidade. Em 1867, a taxa anual era de 10 mil-réis por escravo na cidade do Rio de Janeiro, 8 mil-réis nas capitais das províncias e 4 mil-réis nas vilas e povoações. Para coibir a sonegação, a Coroa criou a matrícula geral dos escravos. Os proprietários que não faziam o registro ficavam sujeitos a uma multa de 200 mil-réis.

Os cofres públicos recebiam um pedágio cobrado por todo cavalo e besta que entrava no Rio, a capital do Império, para ser vendido. Os brasileiros só podiam receber distinções honoríficas de governos estrangeiros, como o título de comendador concedido pelo Vaticano, se pagassem uma taxa à Coroa.

Particularmente pesados eram os tributos de importação de pólvora, chá e “bebidas espirituosas” (alcoólicas). Em 1843, as alíquotas desses produtos ficavam em torno de 50%.

Ajudavam a financiar o Império o imposto das apostas e dos prêmios de loteria, o tributo das passagens dos bondes do Rio e a taxa de matrícula das faculdades de direito e medicina. O Colégio Pedro II, hoje gratuito, cobrava dos alunos pensões trimestrais, remetidas para o caixa da Coroa.

O lucro das empresas estatais, como a Fábrica da Pólvora, o Correio Geral, os Telégrafos Elétricos e a Estrada de Ferro de Dom Pedro II, reforçava o cofre imperial.

A outra coluna do Orçamento, a das despesas, trazia as verbas destinadas a uma série de instituições, como o Presídio da Ilha de Fernando

de Noronha, o Jardim Botânico, o Passeio Público, o Museu Nacional, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Pública, o Asilo dos Meninos Desvalidos, o Instituto dos Meninos Cegos, o Hospital dos Lázarus (destinado aos leprosos) e o Observatório Astronômico (criado por dom Pedro II para seu uso particular no telhado do Paço de São Cristóvão).

De todos esses estabelecimentos, apenas o presídio estava fora do Rio de Janeiro. A corte, como se vê, era desbragadamente privilegiada na distribuição dos recursos.

Como o catolicismo era a religião oficial do Brasil, os salários dos padres e a conservação das igrejas eram pagos pelos contribuintes do Império e constavam do Orçamento. O governo também cobria as despesas com a “civilização e catequese dos indígenas” e a educação dos “ingênuos” (filhos de escravos que já nasciam livres).

O Orçamento de 1867 previu 10 contos de réis para a continuidade da elaboração de *Flora Brasiliensis*, um monumental inventário das plantas nacionais, com mais de 10 mil páginas ilustradas, preparado ao longo de sete décadas por naturalistas austríacos e alemães.

Das tantas cifras elencadas na coluna das despesas, a primeira era invariavelmente a “dotação de Sua Majestade o imperador”. Segundo um decreto de 1840, esses recursos eram “destinados para todas as despesas de sua imperial casa, reparos de palácios e quintas, serviço e decoro do trono; não compreendendo, porém, as despesas da Capela Imperial, da Biblioteca Pública e das aquisições e construções de palácios que a nação julgar convenientes para a decência e o recreio do imperador e sua augusta família”.

O decreto, no entanto, não era seguido ao pé da letra. O soberano usava boa parte da quantia para pagar os estudos de crianças pobres e financiar artistas como o maestro Carlos Gomes.

A soma destinada a dom Pedro II permaneceu congelada durante as cinco décadas de seu reinado: 800 contos de réis. Apesar de a arrecadação ter se multiplicado por dez entre 1840 e 1889, ele jamais permitiu que os parlamentares reajustassem a cifra. Isso ajuda a explicar por que viajantes estrangeiros se horrorizavam com a frugalidade do imperador e os palácios caindo aos pedaços.

No Império, tal qual ocorre hoje na República, o governo tinha que preparar uma proposta de Orçamento e submetê-la aos deputados e senadores. Após a aprovação, o Orçamento virava lei e o dinheiro começava a

pingar nas repartições públicas de todo o país.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, permitem saber como se davam as discussões das propostas orçamentárias no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio. Os senadores por vezes se exaltavam. Para alguns, o que a Coroa fazia era meter a mão cada vez mais fundo no bolso dos brasileiros.

Em 1843, o ministro da Fazenda, Joaquim Francisco Vianna, defendeu a arrecadação imperial perante os senadores:

— Senhores, até mesmo os homens mais desafetos à atual administração não podem deixar de concordar que existe um deficit [nas contas públicas]. Se existe, qual é o meio de preenchê-lo?

— O primeiro é a economia — retrucou, em tom de desafio, o senador Costa Ferreira (MA).

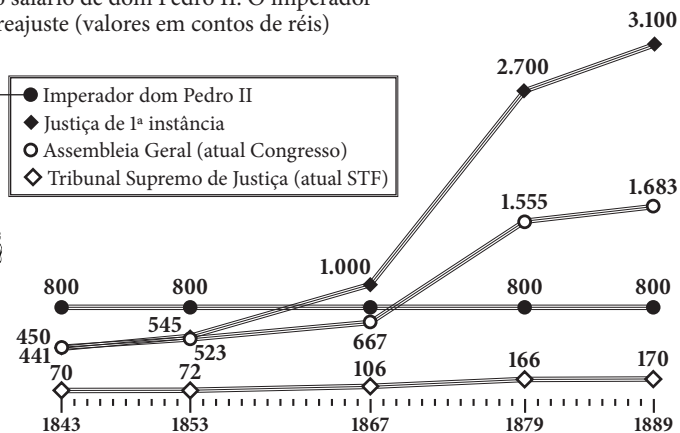
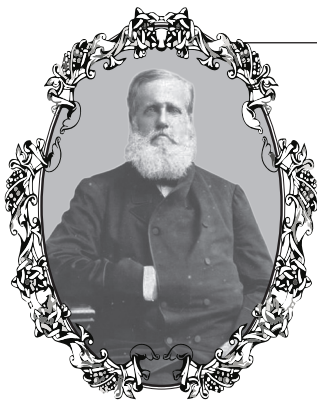
— Sendo o deficit permanente, não pode ser preenchido senão por meio da criação de impostos — argumentou o ministro. — Mas o nobre senador deu a entender que o governo não tem feito economias. Eu declaro ao Senado que o governo tem feito todas as economias possíveis. Se não tem feito, peço que me mostrem as despesas inúteis ou desperdícios.

O senador Holanda Cavalcanti (PE), que anos antes fora ministro da Fazenda, apoiou o representante do imperador:

— A diminuição de despesa que se quer não seria economia. Seria o pior presente que se poderia fazer ao país. Se algum desses senhores que

Um monarca austero

Por cinco décadas, as principais previsões orçamentárias cresceram, menos o salário de dom Pedro II. O imperador nunca autorizou o reajuste (valores em contos de réis)



propõem tais economias dirigissem a nau do Estado, veriam que a despesa não é excessiva. É necessário ver as nossas necessidades, e elas são grandes. Não é grande, porém, a despesa. Grande é a fraude que se derrama por toda parte, quer na despesa, quer na receita.

Na mesma sessão, o senador Paula Souza (SP) direcionou seus ataques ao imposto do selo. Todo documento jurídico ou comercial — como os processos judiciais, os contratos de compra e venda e as certidões de batismo, casamento e óbito — precisava ostentar uma estampilha adesiva produzida pela Coroa. O selo tinha que ser renovado todo ano, com o pagamento do respectivo imposto. Para o senador, era um custo que afugentava os investidores.

— Em um país como o Brasil, onde as transações comerciais comecem, onde a indústria é nascente e onde há poucos capitais e convém chamá-los, o imposto do selo deveria ser aquele que em último lugar se houvesse de escolher, para não paralisar o comércio e a indústria, para não obstar o desenvolvimento da riqueza pública.

Os argumentos do senador não convenceram. O famigerado selo não apenas permaneceu, como ficou mais caro ao longo dos anos e na República ganhou versões estaduais. Seria abolido só em 1966.

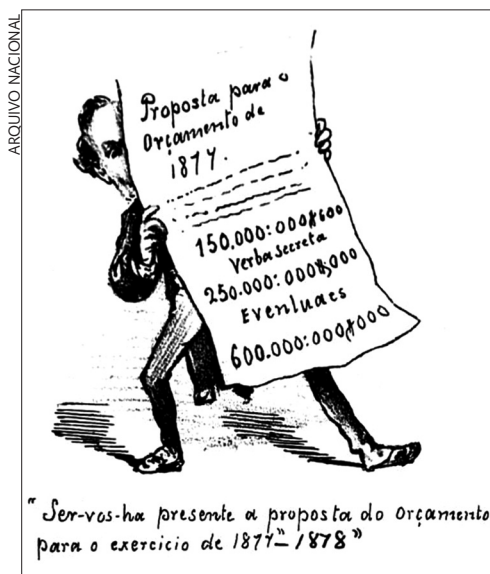


Ilustração publicada em revista faz crítica à proposta orçamentária do governo para o período 1877-1878

Ainda em 1843, o senador Paula Souza se queixou do “excesso horroroso de despesa” previsto no Orçamento. Ele se referiu aos 54 contos de réis das “ajudas de custo de vinda e volta dos deputados”. Não havia dotação semelhante para os senadores.

— Onde se viu que se dessem ajudas de custo de ida e volta a deputados que nunca saíram do Rio de Janeiro? Pois todos têm tido, até das antigas legislaturas, até suplentes de alguns dias. Vejam-se quantos contos de réis dissipados.



Negros trabalham em sapataria no Rio, em imagem de Debret:
imposto cobrado de donos de escravos abastecia Orçamento

O consultor legislativo aposentado do Senado James Giacomoni, autor do livro *Orçamento Público* (Editora Atlas), explica que a Monarquia brasileira compreendeu logo a importância de o Orçamento passar pelo crivo do Poder Legislativo:

— O imperador não podia criar tributos e gastar a seu bel-prazer. Ao Parlamento cabia fazer uma crítica prévia dos tributos e dos gastos. Era essa colaboração entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo que tornava o Orçamento legítimo.

A proposta era discutida primeiramente na Câmara dos Deputados e depois no Senado, votada pela Assembleia Geral (a reunião das duas Casas) e sancionada pelo imperador. Hoje é ligeiramente diferente. O projeto orçamentário não passa mais pela Câmara e pelo Senado separadamente. É debatido por deputados e senadores na Comissão Mista de Orçamento, votado pelo Congresso Nacional e assinado pelo presidente da República.

No passado, o calendário orçamentário do Brasil começava em julho e terminava em junho do ano seguinte. Trata-se provavelmente de uma influência dos Estados Unidos, que na época adotavam esse mesmo ano fiscal. Desde 1888, a lei orçamentária brasileira coincide com o ano civil, vigorando de janeiro a dezembro.

Existe outra diferença importante entre o passado e o presente. Atualmente, os projetos de Orçamento só podem conter tributos e alíquotas

já existentes. No Império, eram os próprios Orçamentos que criavam os impostos e reajustavam o valor deles.

Pelo Orçamento de 1843, o governo duplicou tanto a taxa de matrícula das faculdades de direito e medicina quanto o tributo anual das “casas de leilão e de modas”. O Orçamento de 1867 instituiu um rudimento de IPTU, no valor de 3% do “valor locativo”, cobrado do morador de cada “casa de habitação arrendada ou própria”.

Foi o artigo 172 da Constituição de 1824 que tornou o Orçamento anual obrigatório. A determinação constitucional, porém, demorou para sair do papel. Nos primeiros anos, as propostas que o Ministério da Fazenda enviou para a Câmara dos Deputados e o Senado foram capengas. Faltava a previsão de receitas e gastos de muitas províncias. Os transportes eram lentos e precários, e as planilhas, que eram despachadas de todos os cantos do Império em cavalos ou navios a vapor, por vezes só chegavam à corte depois que o prazo para a votação na Assembleia Geral já havia se esgotado. Além disso, os burocratas ainda não tinham cultura financeira nem sabiam exatamente quais dados deveriam pôr nos balanços.

Na fala do trono da abertura do ano legislativo de 1827, no Senado, dom Pedro I disse aos deputados e senadores que era perigoso não ter controle sobre quanto o país arrecadava e gastava:

— Um sistema de finanças bem organizado deverá ser o vosso particular cuidado nesta sessão [ano legislativo], pois o atual, como vereis no relatório do ministro da Fazenda, não é só mau, mas é péssimo, e dá lugar a toda qualidade de dilapidações.

Após estudar os números enviados pelo ministro, os deputados e senadores concluíram que eles não passavam de um “amalgama de algarismos” sem pé nem cabeça. Os dados disponíveis em 1827 foram suficientes para aprovar só o Orçamento da corte e da província do Rio de Janeiro.

O Orçamento imperial tampouco foi aprovado em 1828, o que levou dom Pedro I a dar um puxão de orelha nos parlamentares na fala do trono que encerrou o ano:

— Bastantes foram os atos legislativos desta sessão, contudo os negócios de fazenda não foram tomados na devida consideração. Espero ver o tempo da próxima futura sessão sabiamente aproveitado.

O pedido, de novo, não foi atendido. A Assembleia Geral só aprovaria o primeiro Orçamento do Brasil em dezembro de 1830, para o ano fiscal

iniciado em julho de 1831. A conta fechou no azul, com a receita maior do que a despesa. Foi uma exceção. Dos 60 Orçamentos imperiais, 42 foram deficitários.

Os primeiros Orçamentos do Brasil eram quase simplórios. Continham ao redor de 30 páginas. Não era necessário mais do que isso. O governo se compunha de apenas seis ministérios, e os gastos com o país eram baixos. Com o tempo, a máquina estatal cresceu e o poder público assumiu novas missões, como oferecer saúde e educação gratuitas, programas de transferência de renda e incentivos fiscais para dinamizar a economia. Isso explica por que o Orçamento que o Congresso Nacional aprovou em 2016 teve 3,5 mil páginas.



Veja vídeo sobre o Orçamento imperial:

<http://bit.ly/historiaOrcamento>

Saiba como eram os Orçamentos do Império:

<http://bit.ly/orcamentosImperio>

Conheça a série Orçamento Fácil, do Senado:

www.senado.leg.br/orcamentofacil



Leia o livro *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, publicado em 1889:

<http://bit.ly/HistoriaFinanceira>



Senado apostou em computador e gráfica para fiscalizar governo

O ritual de criação dos Orçamentos brasileiros sofreu grandes mudanças ao longo da história. Implantada a República, em 1889, o Congresso Nacional passou a ter um protagonismo exagerado. Os deputados e senadores ganharam a dupla missão de elaborar e aprovar a proposta orçamentária, cabendo ao presidente apenas sancioná-la no final. Como os parlamentares não dispunham de todos os dados financeiros necessários, o presidente tinha que enviar por baixo dos panos uma proposta pronta, que o Congresso apresentava como sendo sua.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, pelo golpe de 1930, o ritual voltou a ser como no Império: Orçamento proposto pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo. Em 1937, Getúlio impôs a ditadura do Estado Novo, fechando a Câmara dos Deputados e o Senado e fazendo o Orçamento como bem entendia.

Após a volta da democracia, em 1946, retomou-se a divisão de responsabilidades. A análise do Orçamento apresentado pelo presidente, no entanto, durava uma eternidade, pois os parlamentares podiam apresentar emendas ilimitadas. Em 1963, por exemplo, houve 100 mil emendas.



SENADO FEDERAL

Pilhas de papéis com a proposta do Orçamento chegam ao Congresso Nacional em 1989

Com o golpe de 1964, o rito foi abreviado. O Congresso foi praticamente proibido de mexer no Orçamento elaborado pela ditadura. Além disso, surgiu a Comissão Mista de Orçamento, formada por deputados e senadores, e a proposta deixou de passar pelas Casas separadamente.

Todo ano, o presidente enviava ao Congresso montanhas de papel, que precisavam ser despachadas em carrinhos. O Senado fez investimentos pesados para que os parlamentares estudassem a papelada com mais facilidade. Primeiro, abriu a Gráfica do Senado, no início dos anos 1960, o que agilizou a distribuição de cópias da proposta aos senadores.

— Antes da Gráfica, as datilógrafas do Senado viravam madrugadas batendo o Orçamento, e outros funcionários usavam mimeógrafos para tirar cópias — diz a ex-secretária-geral da Mesa do Senado Sarah Abrahão.

Depois, o investimento foi na criação do Prodasen, no começo dos anos 1970, o que tornou o Senado uma das primeiras Casas legislativas do mundo a entrar na era da informática. As máquinas criavam planilhas com os números do Orçamento, o que simplificava o trabalho dos senadores. O ex-diretor do Prodasen Eduardo Jorge Caldas lembra:

— Quando expus o projeto a Petrônio Portella [presidente do Senado], expliquei que o Congresso ganharia um instrumento para controlar o Orçamento da ditadura. Ele gostou da ideia e me alertou: “Nunca se esqueça dessa missão, mas nunca repita essas palavras, senão proíbem [o Prodasen]”.

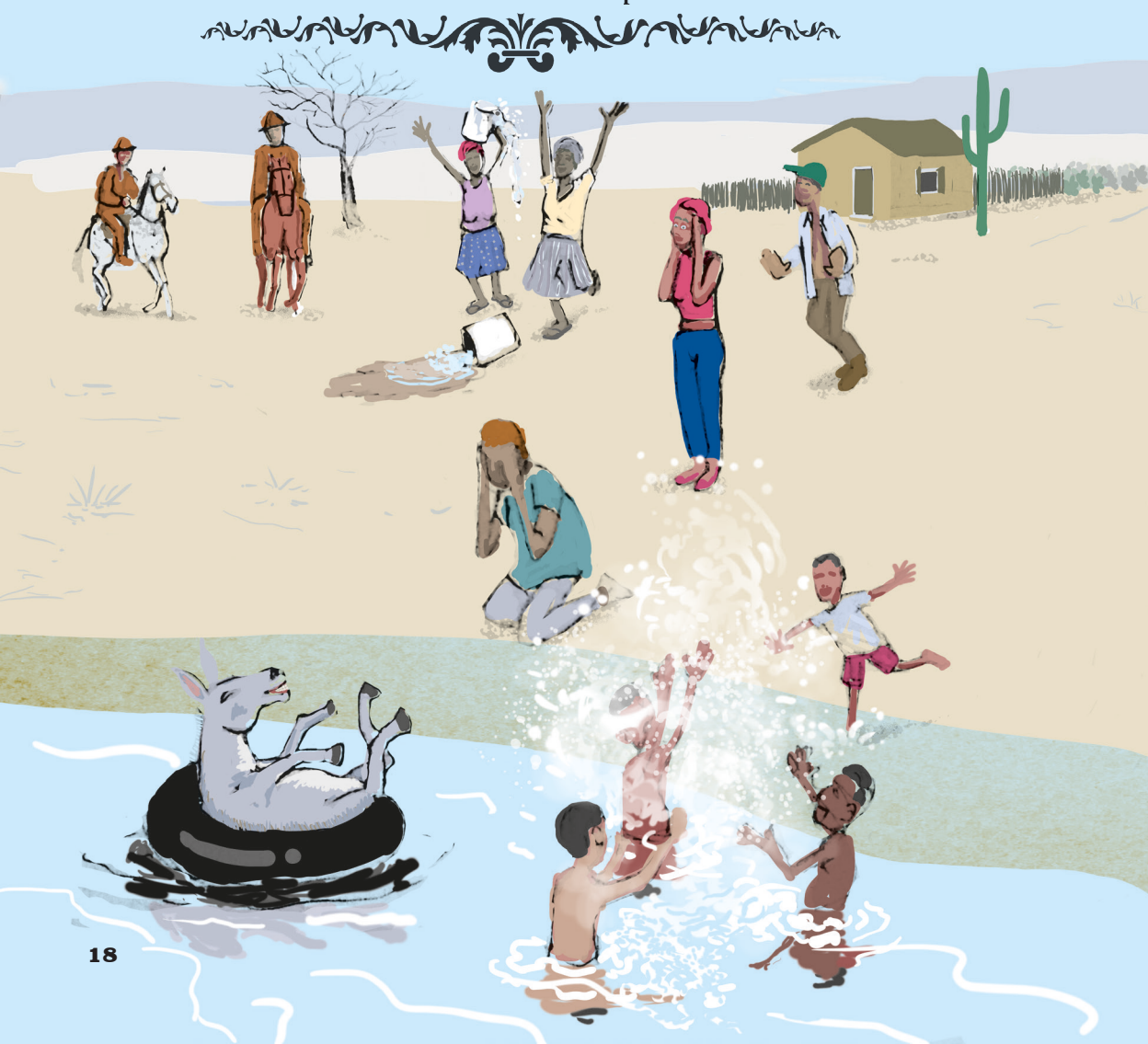
Com o tempo, os calhamaços foram substituídos por disquetes, CDs e pen drives. Agora é tudo via internet.

Após a Constituição de 1988, o Congresso voltou a ter o direito de emendar o Orçamento e o país ganhou mais duas leis: o Plano Plurianual, com prioridades para cada quatro anos, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define as regras para elaborar o Orçamento.



Senado do
Império estudou
transposição do
Rio São Francisco

por Ricardo Westin



Dom Pedro II criou comissões técnicas para planejar canais que levassem água do rio aos pontos mais secos do Norte do Império. Briga entre províncias, porém, impediu que Parlamento aprovasse liberação de verbas

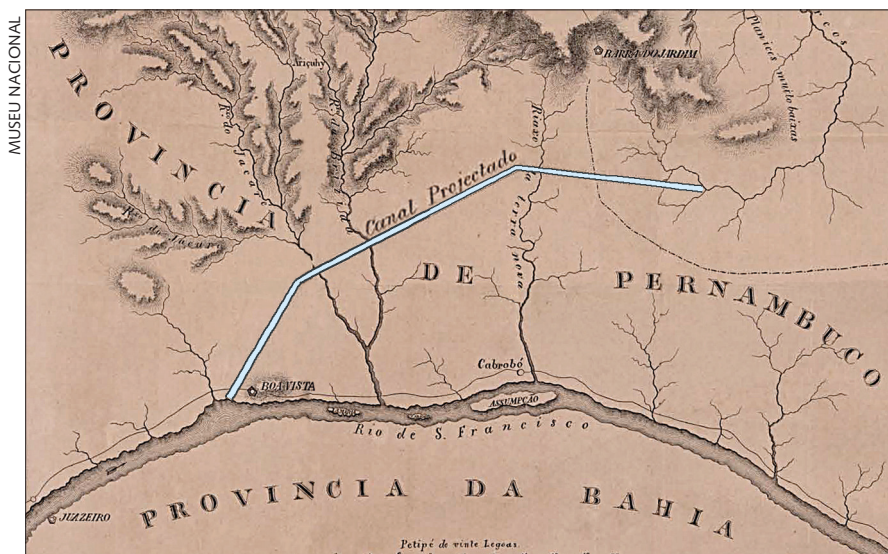


Assim que as comportas da barragem cravada na divisa de Pernambuco com a Bahia se abriram, as águas represadas do Rio São Francisco caíram num imenso canal de concreto e rolaram com fúria rumo ao norte, para dar vida às terras mais ressequidas do sertão.

A cena se deu em março de 2017, e quem acionou o botão das comportas foi o presidente Michel Temer. Após uma década de obras, inaugurou-se o primeiro canal, com 220 quilômetros de extensão, da faraônica transposição das águas do Rio São Francisco. O outro canal, com 270 quilômetros, estava quase pronto e irrigaria outras paragens do semiárido.

Embora só então se tornasse realidade, o sonho de fazer o sertão virar mar tem pelo menos dois séculos. O primeiro plano de transposição de que se tem notícia remonta à década de 1810, no fim da Colônia, mas a ideia só começou a ser levada a sério anos mais tarde, no Império. Dom Pedro II esteve bem perto de executar o “encanamento” (a palavra usada na época) das águas do Rio São Francisco.

Documentos históricos sob a guarda do Arquivo do Senado e do Arquivo da Câmara mostram que vários projetos de lei que previam a transposição passaram pelas mãos dos senadores e deputados do Segundo Reinado.



Projeto do Império mostra canal que ligaria o São Francisco a rios do Ceará

— Basta fazer um canal. Não é difícil. Cavar e atirar a terra para os lados pouco custa. As mesmas águas que correm farão o resto — disse o deputado França Leite (PB) no Plenário da Câmara em 1846.

— Uma enxada dirigida por um homem pode levar água até o fim do mundo — insistiu no argumento o deputado Venâncio de Rezende (PE) em 1852.

As secas cíclicas castigam o Norte (como se chamava a porção do país acima de Minas Gerais) desde sempre, dizimando plantações, matando rebanhos e levando sede, fome, doença e miséria à população. Mesmo assim, nenhum dos projetos do Parlamento imperial que previam o “encanamento” vingaria.

Da nascente à foz, o São Francisco mede 2.700 quilômetros — quase a mesma distância entre Porto Alegre e Maceió. É o maior rio localizado integralmente no Brasil. As águas brotam no alto da Serra da Canastra, em Minas Gerais, correm para o Nordeste, banham cinco estados (Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) e caem no Atlântico. Por percorrer uma faixa tão extensa do país, ganhou o apelido de Rio da Integração Nacional. No Império, era Rio “de” São Francisco.

— O Rio de São Francisco é o nosso Nilo, o nosso Mississipi — comparou o senador Fernandes da Cunha (BA) em 1871. — Quem lança os olhos para o nosso sistema hidrográfico vê os Rios Paraná e Paraguai circulando todo o Império ao sul, vê no norte o vasto oceano do Rio Amazonas e vê no centro o patriarca das águas interiores do Império, o caudaloso São Francisco, rolando plácida e majestosamente.

Quando cruza o semiárido, o São Francisco enfrenta escassez de chuva, evaporação intensa e falta de afluentes permanentes. Embora seu volume baixe, o rio se mantém relativamente caudaloso, o que faz de suas margens um enclave verde em pleno sertão. A transposição busca espalhar outros oásis pelo semiárido adentro.

No século 19, o Senado e a Câmara analisaram tanto projetos de lei que criavam comissões de engenheiros para desenhar o trajeto dos canais de água quanto projetos que liberavam as verbas necessárias para tirá-los do papel. Os primeiros foram aprovados. Os segundos, não.

Cada proposta previa uma província do Norte como a receptora das águas — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte ou Paraíba, a depender da origem do senador ou deputado autor da proposta.



Navios a vapor percorrem o São Francisco, em Alagoas, em 1870: províncias do Império brigaram para receber águas do grande rio

Na batalha interprovincial pela cobiçada vazão do Rio São Francisco, os parlamentares mais aguerridos foram os cearenses. Eles sonhavam com um rio artificial que alimentasse o Riacho dos Porcos e os Rios Salgado e Jaguaribe. Até hoje, os três secam nos meses de estiagem. Uma vez concluído o “encanamento”, eles se tornariam perenes.

Em 1850, o deputado Araújo Lima (CE) aproveitou a discussão sobre um projeto que reajustaria o salário dos juízes e desviou o debate para a transposição:

— No exame da conveniência de elevar o ordenado da magistratura, perguntarei: acaso não existem no país necessidades que com maior força podem ser satisfeitas? O Ceará carece de melhoramentos materiais. É preciso que se empreguem os meios convenientes para fazer desaparecer as secas que o assolam. Entre esses meios, o que se aponta como o mais apropriado é um canal que comunique o São Francisco com o Salgado.

O deputado continuou:

— Na falência de melhoramentos materiais, o Ceará será despovoado, reduzido a um deserto. Dispensará, portanto, as vantagens de uma boa magistratura, porque os desertos não precisam de Justiça. Despesas com a

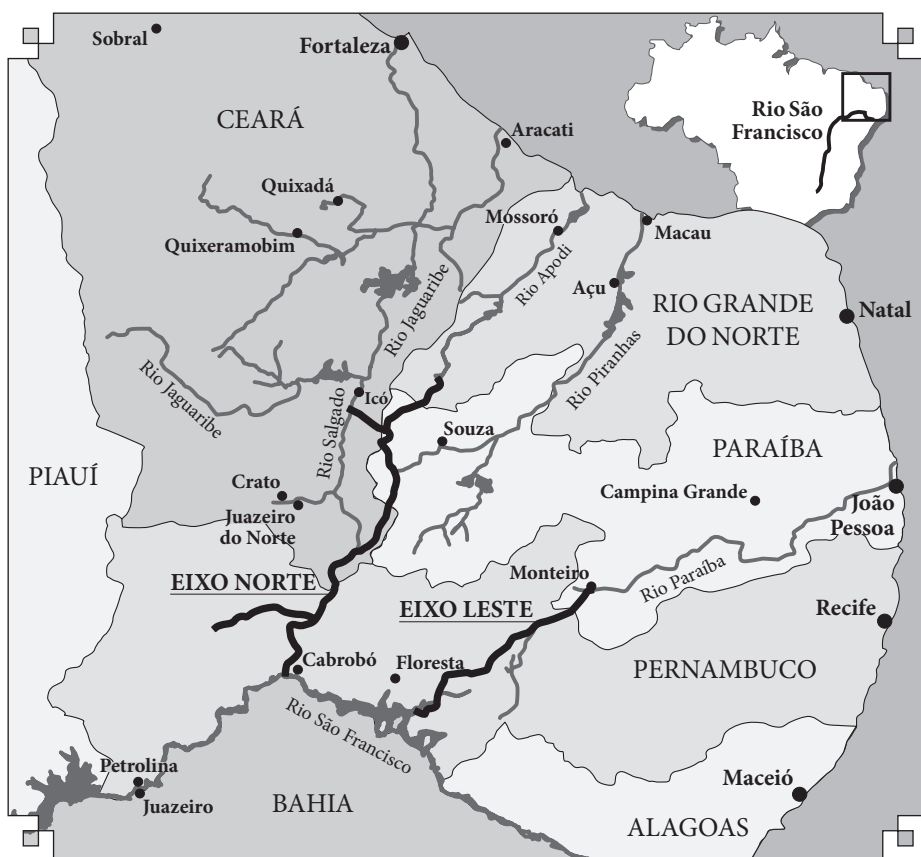
abertura do canal, portanto, serão infinitamente mais úteis do que com a elevação dos vencimentos da magistratura.

Em 1864, o deputado Liberato Cardoso (CE) recorreu a uma estratégia mais criativa. Ele narrou um cruzeiro iniciado em Minas:

— Nosso barquinho foi contemplar as maravilhas do Mississipi brasileiro. Ao chegar à província de Pernambuco, em vez de continuar pelo São Francisco, virei de proa, sulcando as águas do canal que se abriu do Cabrobó [PE] ao Riacho dos Porcos. Saudando a Serra do Araripe e a rica cidade do Crato [CE], entrei pelo Rio Salgado. Deixando à minha direita a bela e risonha cidade do Icó [CE], tomei o Rio Jaguaribe.

A canalização do Rio da Integração Nacional

Atual obra de transposição se divide em dois eixos: o leste, inaugurado em 2017, e o norte, em fase final de construção. Canais levam água do São Francisco a rios e açudes do semiárido. Projetos se assemelham aos que foram propostos na época do Império



Com tantos detalhes, os colegas que o escutavam sentiram como se estivessem a bordo do navio. O deputado prosseguiu:

— Saudando a cidade de Russas [CE], reclinada em seus verdes tabuleiros de relva, eu contemplava em poucas horas o teto de meu berço na rica e industriosa cidade do Aracati [CE], onde da borda do navio dei um aperto de mão nos meus amigos e parentes, que me cumprimentavam do cais. Lançando um derradeiro olhar de saudades para a terra do meu berço, eu volvia os olhos para o Atlântico. Em poucas horas, eu via alvejar as torres da catedral de Fortaleza por entre os coqueirais da praia.

Terminada a narrativa, Liberato Cardoso trouxe os deputados de volta à realidade. Aquele lindo cruzeiro jamais fora feito. Motivo: faltava o canal que unisse o São Francisco aos rios cearenses.

— Esse sonho, senhores, pode ser realidade no futuro — continuou ele. — O que convém? Que não viajemos com a imaginação, e sim com o orçamento em uma mão e o compasso na outra.

Em outras palavras, a transposição exigia dinheiro e conhecimentos de engenharia. Na avaliação dos defensores da obra, o Império dispunha tanto do “orçamento” quanto do “compasso”. O deputado paraibano França Leite afirmou em 1846 que o salário dos operários não pesaria nos cofres públicos:

— Aquela gente do Norte acha-se sem trabalho e não duvidaria ga-



J.A. CORRÊA/BIBLIOTECA NACIONAL

Crianças famintas durante a violenta seca que atingiu o Ceará entre 1877 e 1879

nhar a subsistência por meio do seu trabalho. Um homem trabalha um dia inteiro de enxada por 100 réis e de machado por 160 réis. Com salários tão baixos, o trabalho se pode fazer sem grande despesa.

O mundo já dominava a técnica das grandes canalizações, lembrou o deputado Alencar Araripe (CE). Num pronunciamento em 1877, ele citou o Canal de Suez, no Egito, recém-aberto.

— Por que hesitaremos em empreender obras que tornem o Ceará um novo Egito, dando-lhe um Nilo, canais e lagos? Se a natureza recusou águas abundantes ao Ceará, o homem lhas dê — filosofou Araripe.

Dom Pedro II tocou com frequência no tema da estiagem nas falas do trono, os pronunciamentos que ele proferia duas vezes por ano no Senado. Em 1878, no meio de uma das secas mais violentas da história, discursou:

— O flagelo da seca devasta há quase dois anos uma parte considerável do Norte do Império, afligindo profundamente o meu coração. Para minorar as consequências de tamanha calamidade, tem o governo empregado os meios a seu alcance.

Os “socorros públicos” consistiam basicamente de cereais para a população carente e empréstimos para os fazendeiros.

As falas do trono nunca trataram da transposição. O tema, porém, constava da pauta do governo. Em 1852, dom Pedro II contratou o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld para elaborar dois



ED FERREIRA/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Canal parte de dentro do São Francisco rumo à Paraíba: primeiro trecho da obra inaugurado em 2017

projetos: um que tornasse o São Francisco integralmente navegável e outro que desviasse água do rio para outros pontos do semiárido. Os croquis de Halfeld seriam engavetados.

O que movia dom Pedro II não era exatamente a benevolência. Ao mostrar-se consternado com o infortúnio dos “nortistas” abatidos pela seca, ele tinha um objetivo não declarado. O historiador Gabriel Pereira de Oliveira, professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e estudioso do São Francisco no Império, explica:

— No século 19, a ideia de nação ainda não estava cristalizada no Brasil. As províncias mais distantes não se sentiam parte do Império, e havia o temor de que nelas explodissem movimentos separatistas semelhantes aos da Colônia e da Regência. Dom Pedro II, então, se apoiou na seca para forjar a imagem do imperador que não se descuidava de nenhum ponto do país e criar nos nortistas o sentimento de que não sobreviveriam sem ele.

Por essa razão, o monarca fez em 1859 uma excursão ao Norte e conheceu o São Francisco. Ele, contudo, não conseguiu sequer iniciar a transposição. Faltou o apoio do Parlamento. Os senadores e deputados rejeitaram, ano após ano, todas as emendas ao Orçamento imperial que destinavam verbas à obra.

De acordo com o historiador Pereira de Oliveira, do IFRN, o “encanamento” do Rio São Francisco não foi aprovado por causa da briga entre as províncias:

— Os senadores e deputados do Norte estavam rachados, cada um querendo que a sua província fosse a beneficiada. E os parlamentares do restante do Império boicotaram todos os planos, desejosos de que a fortuna a ser consumida pela transposição fosse destinada a obras em suas próprias províncias.

A falta de consenso no Parlamento fica clara num embate ocorrido em 1852. O deputado pernambucano Venâncio de Rezende disse que era preciso “dar vida ao Ceará”, onde “homens se deitam ricos e acordam pobres” por causa da seca. Ele apoiava o projeto cearense porque, para chegar ao Ceará, o canal teria que cruzar Pernambuco.

— Temos de fazer um canal do Rio de São Francisco que, atravessando esses sertões estéreis, lhes leve não só a fertilidade como vias de comunicação.

— Isso nem os americanos do norte fariam — retrucou o deputado Santos e Almeida (MA), afirmando que uma obra de tal grandeza era impossível.

— O nobre deputado não conhece os norte-americanos. Se lá fosse, veria que um canal julgado impossível foi feito só com despesas do estado de New York — argumentou Rezende, citando o canal navegável de 600 quilômetros entre o Lago Erie e o Rio Hudson, inaugurado em 1825.

— Os americanos do norte não seriam capazes de fazer passar o Rio de São Francisco para o Ceará — insistiu Santos e Almeida.

Em 1846, o deputado Francisco José da Silva (SE) recorreu ao aspecto financeiro para pedir a rejeição de um projeto que beneficiaria o Ceará:

— Quanto não seria preciso para a canalização do Rio de São Francisco pelas províncias flageladas, atravessando mais de 400 léguas? É preciso incluir no cálculo a hipótese de encontrar rochedos que tenham de ser abertos para dar passagem ao rio. O país não pode com tal despesa.

O historiador do IFRN explica:

— As províncias que esperavam pelas águas do São Francisco não tinham força para aprovar os projetos. Eram pobres, pequenas e sem peso político. Em meados do século 19, o Piauí contava com apenas 3 deputados e o Ceará, com 5. Não tinham como brigar no Parlamento com as províncias poderosas. Minas Gerais, por exemplo, era representada por 20 deputados.

Os parlamentares que pediam a transposição se irritavam com o desequilíbrio político. Como consequência, segundo eles, suas províncias



REPRODUÇÃO

Seca nas províncias do Norte era tema recorrente nas falas do trono, discursos que o imperador fazia todos os anos no Senado

eram tratadas pelo Império a pão e água enquanto as províncias poderosas nadavam em privilégios.

— O Ceará não é considerado para os benefícios. Só é considerado para dar soldados e dinheiro para o Império — queixou-se o senador Pompeu (CE) em 1871.

— Nunca mais acabará o sacrifício do Império a bem da dotação das empresas [empreendimentos] do Sul? Nunca raiará a aurora dadivosa em que deve começar o desenvolvimento do Norte do Império? — questionou no mesmo ano o senador baiano Fernandes da Cunha, apesar de sua província ser uma das mais influentes.

— As províncias que são amparadas com grandes representações podem tudo, conseguem facilmente os favores do governo, o que não acontece com as outras, haja vista a minha pouco afortunada província — lamuriou-se o senador Mendes de Almeida (MA) em 1874.

— Tudo se concede para Minas, ao passo que para o Ceará é preciso pedir licença, uma petição com muito cuidado, um “espero receber mercê” — comparou o senador Viriato de Medeiros (CE) em 1884.

Outro problema contribuiu para que a transposição naufragasse: nem sequer os parlamentares cearenses caminhavam unidos. Embora a maior parte dos projetos beneficiasse o Ceará, houve senadores e deputados da província que, incrivelmente, votaram contra as obras.

Numa audiência na Câmara em 1854, o deputado Jerônimo Macário (CE) disse ao ministro dos Negócios do Império, visconde do Bom Retiro, que seria um erro o governo “mandar engenheiros examinarem as possibilidades de um encanamento de águas do Rio São Francisco” até o Ceará:

— O melhoramento de que o nobre ministro quer dotar o Ceará não é aquele de que se deveria ocupar. Esse melhoramento promete frutos tão tardios que me faz desanimar. Oxalá, porém, que os frutos sejam apenas tardios, e não uma quimera [utopia].

A falta de unidade da bancada do Ceará tinha origem política, segundo o historiador Pereira de Oliveira. A transposição levaria água do São Francisco para localidades cearenses como o Crato e Aracati. Fortaleza e Sobral, situadas no outro lado da província, não teriam ganho nenhum. Temendo perder a supremacia, a elite dessas duas grandes cidades agiu para barrar a transposição e impedir a ascensão do Crato e de Aracati. O deputado Jerônimo Macário era de Sobral.

O plano de irrigar pontos do semiárido com água do São Francisco ressurgiria de tempos em tempos. Presidentes como Epi­­tácio Pessoa, João Figueiredo e Itamar Franco tentaram executar a obra, sem êxito. As prioridades acabaram sendo os açudes, os poços artesianos e as cisternas.

Após dois séculos de promessas, os canais do Rio São Francisco começaram a ser abertos em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O primeiro canal ficou pronto em 2017. O segundo, então quase con­­cluído, dependia do julgamento de uma ação judicial movida por empreiteiras que disputaram a licitação. Quando toda a obra terminar, a água chegará a 400 cidades de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, beneficiando 12 milhões de pessoas.

A transposição está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. O senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), titular do ministério de 2011 a 2013, diz que a obra é o pagamento de “uma dívida histórica do Brasil com os nordestinos”.

— O Nordeste foi o responsável por praticamente toda a riqueza nacional nos primórdios da nossa história, com a cana-de-açúcar e o algodão. Depois foi esquecido pelos governos. Se a transposição tivesse sido feita lá atrás, tantos nordestinos não teriam vivido na miséria, migrado, morrido. O Nordeste não seria hoje lembrado pela pobreza.



Assista a vídeo sobre a história da transposição do Rio São Francisco:
bit.ly/videoTransposicao

Leia estudo de Gabriel Pereira de Oliveira sobre o Rio São Francisco no Império:
bit.ly/RioCaminhoNatural



Crise do sistema de aposentadorias já preocupava dom Pedro II

por Ricardo Westin



No Império, por não haver sistema previdenciário público, trabalhadores que queriam ter uma velhice tranquila precisavam contribuir com os montepios, entidades privadas semelhantes aos atuais fundos de pensão. O problema é que, assim como a Previdência Social de hoje, a conta dos montepios não fechava



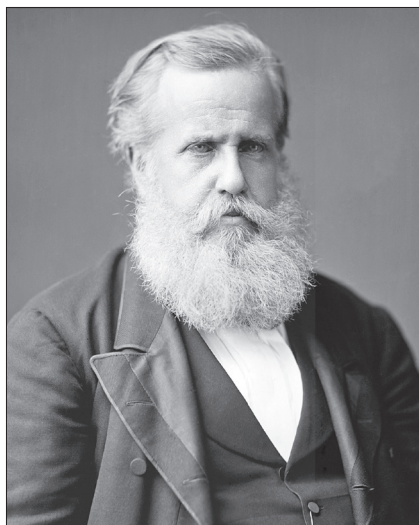
Sem dinheiro em caixa, o sistema de aposentadorias e pensões está perto de quebrar. Idosos, viúvas e órfãos correm o risco de ficar na mão. O chefe do governo convoca um seleto grupo de políticos para discutir um plano contra a falência. A proposta sobre a mesa é impopular: elevar o valor das contribuições desembolsadas pelos trabalhadores e, ao mesmo tempo, cortar à metade o valor dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas.

Apesar de esse ser um tema atual, o episódio acima não envolveu nenhum dos últimos presidentes da República nem suas propostas de endurecimento das regras da Previdência Social para tirar as contas do vermelho. A crise previdenciária no Brasil é muito mais antiga. O debate em questão se deu no Império, em 1883, numa reunião entre dom Pedro II e os integrantes do Conselho de Estado.

De acordo com a ata da reunião, o senador visconde de Muritiba (BA) diz que “é de toda evidência” que o encolhimento de aposentadorias e pensões “não tira direitos adquiridos”. O conde d’Eu, marido da princesa Isabel, segue a linha “dos males, o menor”:

— Uma liquidação imediata traria para muitas pessoas prejuízos mais consideráveis do que a projetada redução de pensões.

O senador Dantas (BA), por sua vez, reclama que, apesar de a falência se prenunciar há anos, ninguém jamais foi corajoso o suficiente para arcar com o ônus de reformar o sistema.



IBRAM

O Brasil imperial, na realidade, nunca chegou a ter um sistema público de aposentadorias e pensões. O que os conselheiros discutiram com dom Pedro II foi a agonia financeira do Montepio Geral, uma instituição privada semelhante às atuais entidades de previdência complementar (ou fundos de pensão).

O Império estava repleto de montepios. Havia o dos sapateiros, o dos alfaiates, o dos ourives, o dos cocheiros, o

Dom Pedro II, que discutiu com o Conselho de Estado formas de salvar o Montepio Geral e proteger aposentados, viúvas e órfãos

dos maquinistas, o dos tipógrafos de jornal e o dos músicos, entre muitos outros. Em geral, tinham alcance local, restritos às maiores cidades.

O Montepio Geral tornou-se assunto de Estado por causa do tamanho e da qualidade da carteira de clientes. Diferente das demais entidades de socorro mútuo, o combalido montepio tinha sob seu guarda-chuva contribuintes de todas as províncias e das mais diversas profissões, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada.

— A liquidação do Montepio Geral seria uma verdadeira calamidade — adverte o ex-ministro e ex-deputado Martim Francisco na reunião do Conselho de Estado.

Para fazer parte de um montepio, o interessado primeiro pagava uma taxa de adesão (conhecida como joia) e passava a arcar com as anuidades. Ao assinar o contrato, ele escolhia se o dinheiro despendido ao longo da vida se reverteria em aposentadoria ou pensão.

Para a aposentadoria, o segurado fixava o momento em que pararia de trabalhar e começaria a receber o benefício, cujo valor variava conforme a idade e o tempo de contribuição. Para a pensão, estabelecia quais pessoas fariam jus ao pagamento mensal assim que ele morresse e quais seriam as porcentagens — 60% para a viúva (até o fim da vida) e 40% para os filhos (até determinada idade), por exemplo.

Para fazer o dinheiro das joias e das anuidades render, os montepios compravam apólices da dívida pública, adquiriam imóveis de aluguel e concediam empréstimos a juros.

A popularidade dos montepios se explica pela inexistência de um sistema previdenciário no Brasil até as primeiras décadas do século 20. Não dispondo de aposentadoria, a penúria era o destino de muitos dos brasileiros que chegavam a uma idade avançada sem forças para trabalhar.

A literatura nacional é farta de personagens assim. No romance *Clara dos Anjos*, Lima Barreto apresenta o velho dentista Meneses, que bebia para “afugentar o terror que a vida lhe inspirava, na miséria, quase indignância em que se achava, naquela idade avançada de mais de 70 anos, alquebrado, doente” e “sem uma pensão qualquer”.

No Brasil pré-Previdência Social, havia escassas maneiras de se evitar esse fim. Uma era amealhar patrimônio ao longo da vida, como escravos e casas de aluguel. Outra era criar filhos bem-sucedidos, capazes de amparar o chefe da casa na velhice. E outra era aderir a um montepio.

Não se pode, no entanto, acusar o Império de omissão. Nenhum lugar do mundo tinha Previdência Social naquele momento. O primeiro país a oferecer aposentadorias e pensões ao povo foi a Prússia (parte da atual Alemanha), em 1889, por iniciativa do chanceler Otto von Bismarck.

A palavra “montepio” deriva do italiano *monte di pietà*, que em tradução livre significa “crédito de piedade”. Os montepios surgiram no século 15, pelas mãos dos frades franciscanos da Itália, originalmente para conceder empréstimos baratos aos pobres, que deixavam algum bem penhorado como garantia.

O Império brasileiro tinha uma casta de privilegiados que conseguiram ter a aposentadoria (mas não a pensão) assegurada em lei: os servidores públicos das categorias mais poderosas. É o caso dos professores da Academia Militar e de Marinha da Corte. Eles se aposentavam com o “ordenado por inteiro” após 20 anos de trabalho. Antes desse tempo, a aposentadoria equivaleria à metade do salário da ativa.

As leis eram específicas para cada classe de servidor. No caso dos funcionários do Tesouro Nacional, o mínimo para ganhar vencimentos integrais eram 25 anos de serviços prestados. Com menos tempo de trabalho, a aposentadoria era proporcional.

Os mesmos 25 anos valiam para os empregados das alfândegas, com a ressalva de que perdiam sumariamente o direito à remuneração na velhice os que tivessem “erro de ofício” anotado no histórico profissional.

Os empregados dos Correios passaram a ter a aposentadoria garan-

ARQUIVO DO SENADO

DECRETO —DE 14 DE OUTUBRO DE 1831.

Approva as aposentadorias concedidas a Manoel Machado Coelho, e ao Padre João Rufo da Costa Freitas.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficam approvadas as aposentadorias concedidas a Manoel Machado Coelho, Feitor da Extração Diamantina do Tejuco, por Decreto de quatorze de Novembro de mil oitocentos vinte e cinco, com o ordenado, que lhe compete; e ao Padre João Rufo da Costa Freitas, Professor de grammatica latina da cidade da Fortaleza, por Decreto de quinze de Novembro de mil oitocentos e trinta, com o ordenado de trezentos mil réis annuaes.

Muitos servidores públicos do Império dependiam de votação do Poder Legislativo para obter aposentadoria

tida em lei apenas em 1888, às vésperas da Proclamação da República, mas com exigências duras. Além do mínimo de 30 anos de trabalho, precisavam ter 60 anos de idade. No final do Império, poucos viviam tanto. O IBGE estima que a expectativa de vida dos brasileiros

era de 33 anos — em 2016, como comparação, era de 75 anos.

O baixo clero do funcionalismo não tinha aposentadoria regulada por lei. As categorias menos influentes dependiam da “mercê” (ou “graça”) concedida pelo monarca e pelos parlamentares em retribuição pelos “bons serviços” prestados ao país. Para conseguir uma velhice tranquila, o servidor precisava ter bons contatos nos palácios imperiais e na Assembleia Geral (atual Congresso Nacional).

Foi o caso do padre Miguel Lopes Gama, que ensinava retórica na Academia Jurídica de Olinda (PE). De acordo com documentos sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, o padre professor teve sucesso no pedido feito à Assembleia. Em 1840, os senadores e os deputados autorizaram a aposentadoria “com o mesmo ordenado de 600 mil-réis anuais que percebia durante o magistério”. O decreto personalizado foi logo em seguida sancionado por dom Pedro II.

O professor de história Luiz Fernando Saraiva, da Universidade Federal Fluminense (UFF), estudou as 4,5 mil leis aprovadas pela Assembleia Geral nas sete décadas do Império e constatou que nada menos do que 1,5 mil tinham cunho estritamente pessoal — empossando alguém numa repartição do governo, elevando o salário de um funcionário público, concedendo aposentadoria a outro ou prevendo pensão para uma viúva.

— As aposentadorias e pensões eram concedidas de forma caótica, negociadas uma a uma, sem critérios claros. Isso abria espaço para arbitrariedades e favorecimentos — afirma Saraiva.

Sem a sorte do padre professor, o contador Joaquim Ignácio Lopes de Andrade viu seu ordenado ser reduzido à metade ao se aposentar do serviço público, em 1830. Uma década mais tarde, ele recorreu à Assembleia

REPRODUÇÃO/LIVRO ANTONIO CÂNDIDO



Funcionários do Império: parte deles conseguia se aposentar com “ordenado por inteiro”

MONTE PIO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO.

Pagão-se as pensões vencidas até o fim do corrente mez, em todos os dias uteis que decorrerem do 1º a 14 de Junho proximo, das 4 ás 6 ½ horas da tarde, na casa do estabelecimento, travessa das Bellas Artes n. 9; e previne-se aos Srs. procuradores que só poderão receber pelas suas constituintes do dia 6 em diante. Além dos dias que ficão designados, terá lugar o respectivo pagamento unicamente ás quintas-feiras de cada semana, ás mesmas horas.

Thesouraria do monte pio geral dos servidores do Estado, em 31 de Maio de 1855.— O thesourairo, *João Pedro da Veiga.*



Anúncio do Montepio Geral dos Servidores alerta que existem pensões à espera de resgate em 1855; ao lado, o ministro Aureliano Coutinho, que idealizou a entidade

Geral pedindo que a aposentadoria fosse reajustada à integralidade.

O Arquivo do Senado guarda as falas da sessão em que os senadores discutiram o caso de Lopes de Andrade, em 1841. O senador José de Alencar (CE), pai do escritor de mesmo nome, discursa a favor do contador:

— Como pode um pobre empregado público viver com 600 mil-réis anuais? Pelo menos metade dessa soma é absorvida pelo aluguel de casa. E quanto lhe fica para alimentar-se a sua família? É no último quartel de vida, quando precisa ter pão para alimentar-se, é que se lhe diminuem os recursos!

O senador Vergueiro (MG) vota contra o pedido. Segundo ele, reajustes indiscriminados prejudicam o planejamento financeiro do Império:

— Se vamos aumentar as aposentadorias por tal modo, parece-me que não teremos dinheiro para isso. O que se observa é que a renda do Tesouro já não chega para tantas despesas a que ele tem de satisfazer.

Exaltado, o senador Alves Branco (BA), que já foi ministro da Fazenda, reage:

— Agora apareceu o argumento de economia! E economia para tirar o pão! A um homem que fez 38 anos de bons serviços dão-se somente 600 mil-réis. Eu não concebo tal economia.

Após o bate-boca, os senadores vitalícios se deixam convencer pelos argumentos favoráveis ao velho contador, o imperador assina o decreto e o aposentado passa a fazer jus a 1 conto e 200 mil-réis anuais até o fim da vida.

Em todos os casos, os funcionários públicos não tinham que pagar nenhum tipo de contribuição. As aposentadorias e pensões eram integralmente bancadas pelos cofres imperiais.

— Isso é algo impensável hoje em dia — diz o jornalista JB Serra e Gurgel, autor do livro *Evolução da Previdência Social* (Funprev). — O requisito número um do sistema previdenciário universal é a contribuição. Sem contribuição, não pode haver benefício.

Em 1835, o governo apoiou a criação de um montepio de adesão voluntária específico para amparar os familiares dos funcionários públicos que falecessem: o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado — que não deve ser confundido com o Montepio Geral que motivou a reunião de dom Pedro II com o Conselho de Estado em 1883.

A proposta de criação do Montepio Geral dos Servidores foi feita à Regência pelo ministro da Justiça, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais tarde senador. Os regentes toparam, com a condição de que a entidade funcionasse com recursos próprios, sem aportes do Tesouro.

Apesar de conceder apenas pensões, e não aposentadorias, o Montepio Geral dos Servidores também passou por apuros. A curva dos gastos logo ultrapassou a das receitas. As tábuas de sobrevivência que se usavam para calcular as pensões não tinham muito rigor científico, o que no começo resultou em benefícios fabulosos e insustentáveis. Pelo método de tentativa e erro, os números atuariais foram sendo corrigidos ao longo dos anos.

Também houve fraudes e tentativas. Em 1836, o Montepio Geral dos Servidores recebeu o pedido de adesão do senador marquês de Jacarepaguá

Monte Pio Geral.

RUA DE S. PEDRO, 83.

As pessoas de todas as classes, nacionaes ou estrangeiras, que quizerem instituir pensões vitalicias no Monte Pio Geral, afim de precaverem no futuro a indigencia de quaesquer pessoas de sua familia, ou de outras a quem desejem proteger, e mesmo a propria, podem dirigir-se á casa da rua de S. Pedro, 83, ou rua d'Alfandega, 33, desde as 10 horas da manhã até ás 2 da tarde, onde tambem se forneceráõ todas as informações aos que melhor quizerem instruir-se nos fins deste providente estabelecimento.

(GO), que tinha mais de 80 anos. Antes que a ficha dele fosse analisada, o senador morreu, e os diretores do montepio se deram conta de que o nobre já estava no leito de morte quando a papelada foi remetida. Quem solicitou a inscrição foram os parentes — de má-fé, de olho na gorda pensão.

Mais tarde, o Montepio Geral dos Servidores passou a submeter os interessados a exame médico e a recusar a adesão de servidores com mais de 60 anos.

Inúmeros montepios não resistiram. O Montepio Geral faliu em 1883, meses depois de o imperador e o Conselho de Estado terem autorizado o aumento das anuidades e o corte dos benefícios à metade. Foram 40 anos de atividade. Após a falência, o dinheiro em caixa foi rateado entre contribuintes, aposentados e pensionistas. Um deles, indignado, publicou uma nota no *Jornal do Commercio* classificando o fim do Montepio Geral de “espoliação dos velhos, das viúvas e dos órfãos”.

Um dos poucos a sobreviver foi o Montepio Geral dos Servidores, porque nos momentos de crise foi salvo pelo governo, que ofereceu perdão de dívidas, isenção de impostos, empréstimos facilitados e até a arrecadação de loterias. Todas as benesses acabaram logo que a Monarquia ruiu, mas ainda assim o montepio se manteve de pé.

Em 1970, o Montepio Geral dos Servidores abreviou seu nome para Mongeral — para se diferenciar dos montepios mal-intencionados que proliferavam no período da ditadura militar. Em 2006, passou a fazer parte do grupo segurador holandês Aegon. A carteira de clientes agora não se limita a servidores públicos. Apesar das mudanças, permanece no ramo pre-

Tabela de preços

Para participar do plano de pensões do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, o funcionário público pagava uma taxa de adesão e depois as anuidades. O valor da adesão variava conforme a idade do servidor. Querendo deixar uma pensão de 500 mil-réis anuais para a família, por exemplo, ele teria que pagar as seguintes taxas de adesão:

Idade	Taxa de adesão	Taxa de adesão
Até 25 anos	50 mil-réis	10% da pensão
25 a 30 anos	100 mil-réis	20%
30 a 35 anos	200 mil-réis	40%
35 a 40 anos	300 mil-réis	60%
40 a 45 anos	400 mil-réis	80%
45 a 50 anos	500 mil-réis	100%
50 a 55 anos	700 mil-réis	140%
55 a 60 anos	900 mil-réis	180%
Acima de 60 anos	não era admitido	

Fonte: livro *Mongeral Aegon - 175 anos de história* / *valores em 1859

videnciário e funciona no mesmo endereço da época do Império, na Travessa Belas Artes, no centro histórico do Rio.

Fundada em 1835, a Mongeral é a terceira empresa mais antiga em atividade no Brasil, atrás do *Diário de Pernambuco* (inaugurado em 1825) e da Chás Real (em 1834).

— A Mongeral passou pelo Império e pela República, assistiu

a golpes de Estado e atravessou inúmeras crises, mas jamais deixou de pagar nem um benefício sequer — afirma Oswaldo Miranda, consultor da empresa e autor de um livro sobre a história do montepio.

O governo foi lentamente ocupando o lugar das entidades de socorro mútuo no sistema de aposentadorias e pensões. A primeira intervenção ocorreu em 1923, quando uma lei obrigou cada empresa ferroviária a criar uma caixa de aposentadorias e pensões (CAP) para seus funcionários. A maior inovação foi a contribuição financeira dos empregadores.

Com a evolução, os CAPs se transformaram nos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), depois unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Desde 1990, o sistema é administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).



Dom Pedro II em caricatura da imprensa: crise dos montepios preocupava o imperador

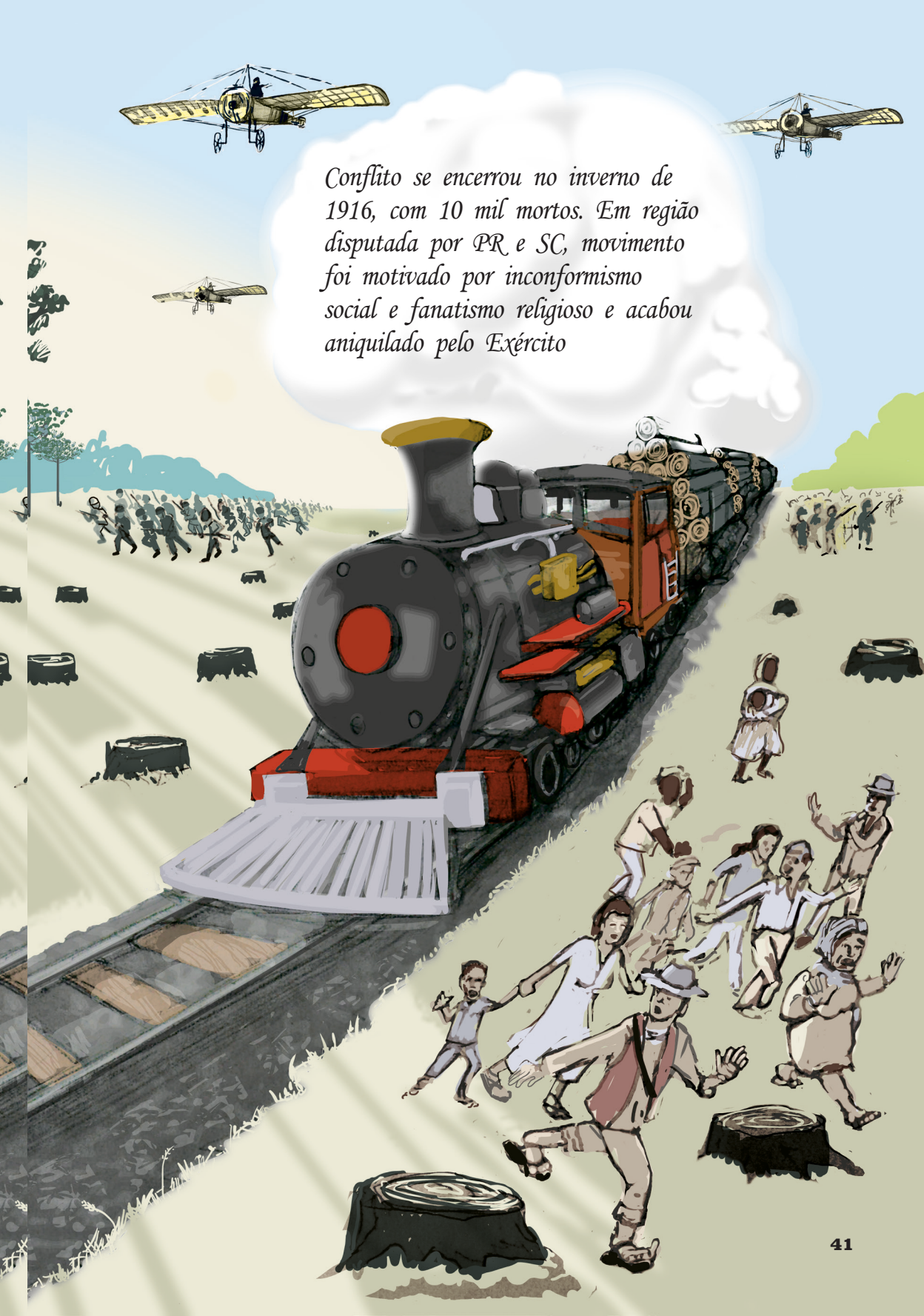


Veja vídeo sobre a história da aposentadoria no país:
<http://bit.ly/videoMontepios>

Contestado, a sangrenta guerra do século 20

por Tatiana Beltrão





Conflicto se encerrou no inverno de 1916, com 10 mil mortos. Em região disputada por PR e SC, movimento foi motivado por inconformismo social e fanatismo religioso e acabou aniquilado pelo Exército

A deodato Ramos havia passado boa parte do gelado inverno catarinense de 1916 embrenhado na mata, fugindo de seus perseguidores. Depois de uma noite de geada, o último líder rebelde da Guerra do Contestado estava exausto. Ao sair da mata e sentar-se à beira da estrada para se aquecer ao sol, foi flagrado por uma patrulha. O “temido facínora”, o “sanguinário chefe dos fanáticos”, o “flagelo de Deus”, como o descreviam os jornais, entregou-se sem nem sequer esboçar resistência.

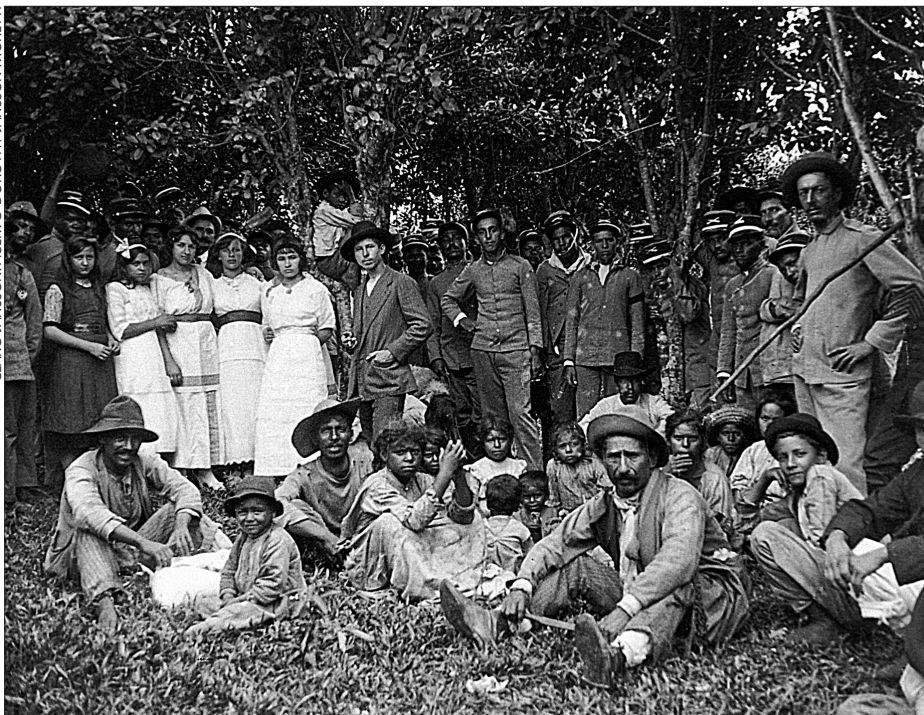
A captura dele, na virada de julho para agosto, marcaria o fim da guerra, que se arrastou por quatro anos e transformou a região do Contestado (área disputada por Santa Catarina e Paraná) no palco da revolta mais sangrenta do século 20 no Brasil.

Os rebeldes chegaram a se espalhar por uma área equivalente ao tamanho de Alagoas. Entre 1912 e 1916, eles enfrentaram as forças policiais e militares dos dois estados e do Exército. Os insurgentes eram movidos por motivos que iam do messianismo à luta pela terra. Eram contra o poder público e os coronéis locais. Reagiam ao impacto da construção de uma estrada de ferro, que os expulsou da terra onde viviam.

Estima-se que pelo menos 10 mil pessoas pereceram na região do Contestado, tanto nos combates quanto de fome e de doenças como o tifo, que se alastrou pelas “cidades santas” erguidas pelos revoltosos. Entre os mortos, milhares de mulheres e crianças. A guerra mobilizou metade do efetivo do Exército: mais de 7 mil soldados, nos momentos de luta mais intensa.

A indefinição dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná vinha desde o Império, e até a Argentina pleiteava a posse de áreas dos dois estados. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos catarinenses em 1904 e reafirmou sua decisão nos anos seguintes, mas a sentença era ignorada pelo governo paranaense. Nesse cenário de conflito, a revolta prosperou.

A guerra começou pequena, com um grupo reduzido de sertanejos (moradores desses campos do Sul, chamados de sertão na época) que em 1912 reuniu-se em torno de um curandeiro. José Maria seguia a tradição de outros dois curandeiros que haviam passado por lá anos antes e eram considerados “monges” pelos sertanejos. Ele também fazia profecias: anunciava uma monarquia celestial em que todos viveriam em comunhão, dividindo bens.



Em janeiro de 1915, famílias de sertanejos (*sentados*) se rendem às forças oficiais, depois de ataques militares aos redutos

Dos seguidores do novo monge, muitos eram posseiros, sitiante e pequenos lavradores que haviam sido expulsos das terras em que viviam pelo grupo americano responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do megaempresário Percival Farquhar.

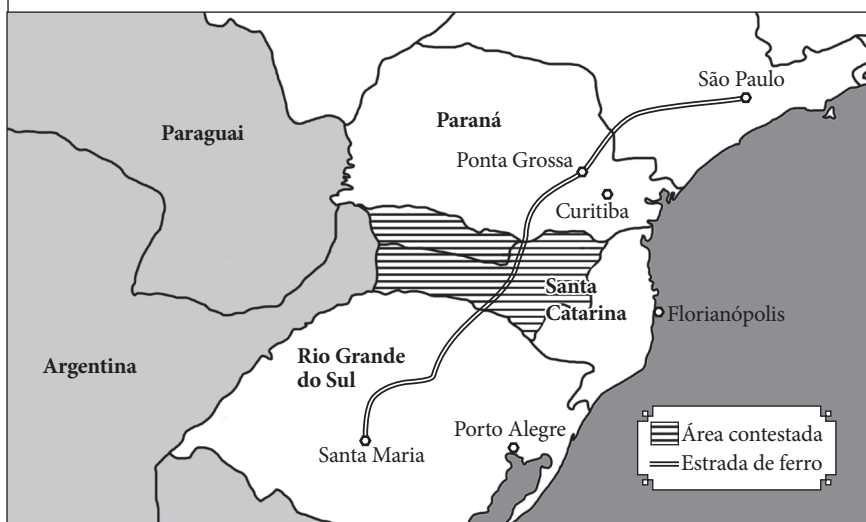
Além da concessão, Farquhar ganhou do governo brasileiro as terras situadas às margens da ferrovia, uma vasta faixa de 15 quilômetros de cada lado.

Depois da construção da estrada de ferro, a região, coberta de matas de árvores nobres como a araucária, começou a ser desmatada. O empresário ergueu lá a maior madeireira da América do Sul na época e uma companhia colonizadora que, depois do desmate, venderia as terras a imigrantes europeus. Famílias que viviam no local foram expulsas por milícias armadas da empresa, com apoio das autoridades brasileiras.

O monge José Maria e os fiéis se instalaram em Taquaruçu, nos arredores de Curitibanos (SC). Temendo que o grupo fosse usado por inimigos

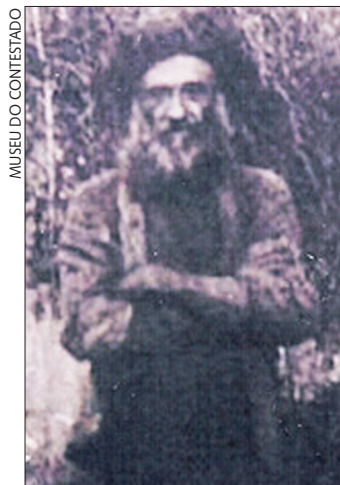
Território conflagrado

Combates ocorreram em parte da área disputada por Santa Catarina e Paraná



políticos, um poderoso coronel da cidade pediu ao governo catarinense tropas para dispersar um “ajuntamento de fanáticos” que supostamente queria proclamar a Monarquia no Sul do Brasil.

Ao saber que a força policial havia sido chamada, os fiéis fugiram para Irani (SC), localidade que na época estava na área do Contestado.



Tido como monge, José Maria foi morto em batalha logo no início do conflito

A chegada do grupo foi vista pelo Paraná como uma investida de Santa Catarina para forçar a posse do território contestado. Em resposta, o Paraná enviou um destacamento policial para expulsar os supostos invasores. Em outubro de 1912, a ação terminou de forma trágica, com 21 mortos. Entre eles, o monge José Maria e o comandante das forças de segurança do Paraná, coronel João Gualberto.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram a reação dos senadores ao conflito. Dois dias depois da batalha, a morte do comandante foi anunciada no Plenário do Senado, sediado no Pa-

lácio Conde dos Arcos, no Rio.

O senador paranaense Generoso Marques falou aos colegas sobre a “horda de bandidos e fanáticos” que havia invadido o Paraná e leu um telegrama enviado pelo governador do estado, Carlos Cavalcanti, ao Congresso. O governador comunicava que havia pedido ao presidente da República, Hermes da Fonseca, a intervenção de forças federais.

O senador catarinense Abdon Batista apoiou o colega:

— Esse acontecimento, ao mesmo tempo em que nos cobre de pesado luto, nos anima e nos incita na obrigação de secundar as forças do estado vizinho para que, de uma vez, sejam extirpados os elementos maus que procuram perturbar nossa vida de trabalho e progresso.

Ao longo do conflito, os dois estados trocariam acusações de incentivar os revoltosos e até de fornecer-lhes armas.

Depois da morte do monge, os devotos se dispersaram. O messianismo, porém, permaneceu. No ano seguinte, difundiu-se a crença de que José Maria voltaria do céu, acompanhado do “Exército Encantado de São Sebastião”.



CLARO JANSSON/ACERVO DOROTHY JANSSON MORETTI

Tropas do Paraná acampadas em União da Vitória, a caminho da primeira batalha

Uma menina de 11 anos dizia ver o monge em sonhos pedindo aos fiéis que se preparassem para uma guerra santa. O grupo rebelde voltou a se reunir em Taquaruçu.

Agora não eram apenas os antigos seguidores do monge José Maria que se prepararam para a luta. Somaram-se a eles descontentes em geral: mais colonos expulsos, fazendeiros que se opunham aos coronéis, tropeiros sem trabalho, desempregados da obra da ferrovia e até ex-combatentes da Revolução Federalista (1893–1895), que tinham experiência com armas e contestavam a República.

— Num determinado momento, torna-se uma guerra de pobres contra ricos — diz o historiador Paulo Pinheiro Machado, autor do livro *Lideranças do Contestado* (Editora Unicamp). — Uma guerra daqueles que queriam formar suas comunidades autônomas, onde todos viveriam em comunhão de bens, o que era uma negação da própria ordem republicana, da concentração fundiária, do poder dos coronéis da Guarda Nacional e da força da polícia, do Exército e da companhia norte-americana ferroviária sobre eles.

Machado contesta a visão de que o fanatismo religioso de sertanejos pobres e ignorantes foi o principal combustível da revolta. O pesquisador sustenta que, paralelamente à crença na guerra santa, os rebelados haviam desenvolvido uma nítida consciência de sua marginalização social e política e de que “lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros”.

Na época, porém, a visão predominante na imprensa, refletida no Congresso Nacional, ignorava os problemas que motivaram a insurreição sertaneja. Em setembro de 1914, o senador Abdon Batista desqualificou no Plenário denúncias do deputado federal Maurício de Lacerda, do Rio de Janeiro, que afirmava que a usurpação de terras era a principal causa do conflito:

— É uma lenda. Essa gente não tem terras nessas zonas. O que querem é viver sem trabalhar.

Uma das poucas vozes dissonantes no Congresso, Lacerda disse à imprensa que o Contestado era “um novo Canudos” e defendia os revoltosos, “brasileiros donos de suas terras e que foram usurpados por uma empresa estrangeira”.

— As vítimas, como era natural, defenderam-se. O que se devia espe-

rar? Que o Estado fosse em socorro daqueles homens, mas verificou-se o contrário — declarou aos jornalistas.

O deputado denunciava que dois influentes políticos paranaenses, “protetores da empresa estrangeira que havia se apoderado à força das terras dos sertanejos”, conseguiram que o governo mandasse forças para “defender os ladrões e matar brasileiros que licitamente defendiam suas propriedades”.

Esses políticos eram o senador Alencar Guimarães (que havia governado o Paraná) e o vice-governador Affonso Camargo.

Guimarães defendeu-se no Plenário do Senado.

— Nunca fui homem de negócios, jamais advoguei interesses de qualquer companhia nacional ou estrangeira que colidissem com interesse do Estado.

Expedições militares tentaram desmobilizar o movimento, atacando Taquaruçu. Depois de várias tentativas, o reduto foi destruído em fevereiro de 1914. A força militar bombardeou a comunidade de longe. Atingiu principalmente mulheres, crianças e idosos, pois a maior parte dos homens havia partido para formar outro reduto, o de Caraguatá.

ACERVO FOTOGRÁFICO DO CONTESTADO/FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA



Com o presidente Wenceslau Braz (C), os dois governadores assinam o acordo de limites em 1916

Foi um massacre. Metralhadoras, canhões e até granadas foram usados no ataque. No livro *A Campanha do Contestado* (Editora Farol do Saber), o militar Demerval Peixoto, que participou dos combates como soldado, reproduz o relatório do médico que acompanhou a expedição:

“Pernas, braços, cabeças, casas queimadas... Fazia pavor e pena o espetáculo que se desenhava aos olhos. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos”.

A revolta da população contra o massacre só fez fortalecer o movimento, e os sertanejos começaram a expandir suas ações. Milhares de novos adeptos se mudavam para os redutos. Novas “cidades santas” surgiam. A maior delas, Santa Maria (que não tem relação com o município gaúcho homônimo), tinha 25 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, o movimento se militarizou, com líderes “de briga” aliados aos religiosos. No inverno de 1914, os sertanejos começaram a saquear fazendas, roubando gado e comida e arregimentando pessoal (até sob ameaça) para reforçar os redutos. Passaram a atacar e ocupar cidades. Nos ataques, estações de trem e repartições públicas eram queimadas.

Com apoio dos governadores de Santa Catarina e Paraná, em 1914 o governo federal decidiu empreender uma grande operação militar para aniquilar a insurreição. Sob o comando do general Setembrino de Carvalho, 6 mil soldados rumaram para o Sul do país. Além deles, 2 mil civis (chamados vaqueanos), a maioria integrantes das guardas privadas armadas mantidas pelos coronéis da região, foram contratados para auxiliar o Exército. A ordem do governo era clara: “acabar com os fanáticos”, como contou o próprio general Setembrino em suas memórias.

Quando o cerco aos redutos se apertou, começou a faltar comida, remédios e munição para os rebeldes. Sobreviventes relataram que, no final, comeram até couro de cintos e arreios para não morrer de fome. Para evitar deserções, alguns líderes, como Adeodato, impuseram um regime de terror nos redutos, executando os suspeitos de traição.

O reduto de Santa Maria foi destruído na Páscoa de 1915. Em telegrama a Setembrino, o capitão responsável pelo ataque detalha: “Tomei e arrasei 13 redutos com enormes sacrifícios do meu heroico destacamento. Matamos em combate perto de 600 jagunços, não contando o grande número de feridos. Arrasei perto de 5 mil casas e 10 igrejas”.



Milícia armada a postos para defender uma madeireira da ação dos rebeldes na Guerra do Contestado

Os últimos combates ocorreram em dezembro de 1915, e os rebeldes, derrotados, se dispersaram. Houve rendições em massa das famílias sertanejas.

Os vaqueanos começaram então uma caçada aos últimos líderes rebeldes. Muitos deles foram mortos em execuções sumárias, mesmo depois de rendidos. Alguns vaqueanos ganharam fama por retirar sertanejos da cadeia para executá-los.

Com a captura de Adeodato Ramos, o último e mais temido líder dos rebelados, a guerra foi encerrada de vez naquele inverno de 1916. Logo em seguida, em outubro, finalmente veio a assinatura do acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná. Pressionados pelo presidente Wenceslau Braz, cada um dos dois estados teve que ceder um pouco. A partilha, porém, foi vista como favorável aos catarinenses, que ficaram com 28 mil dos 48 mil quilômetros quadrados da área contestada.

Na assinatura do acordo, no Palácio do Catete, no Rio, o governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, comemorou a paz, encerrando um “passado amargo” que fazia os dois estados se olharem com desconfiança, como “dois povos estranhos que aguardassem, de arma em punho, a hora da peleja”.

O governador do Paraná, Affonso Camargo, também exaltou a paz, mas deixou claro o ressentimento com um desfecho que considerava injusto. Ele justificou sua decisão de mesmo assim assinar o acordo citan-

do a necessidade urgente de encerrar uma “luta fratricida sem precedentes”:

— Ali caíram sem vida oficiais do Exército, bravos soldados das forças nacionais e estaduais e milhares de sertanejos, na sua maioria laboriosos, em uma confusão desumana que dolorosamente impressionou todo o país.

Ao citar os sertanejos “em sua maioria laboriosos”, o governador reconhecia que o movimento, hoje visto como uma das maiores revoltas camponesas do Brasil, era mais que uma combinação de fanatismo e banditismo.

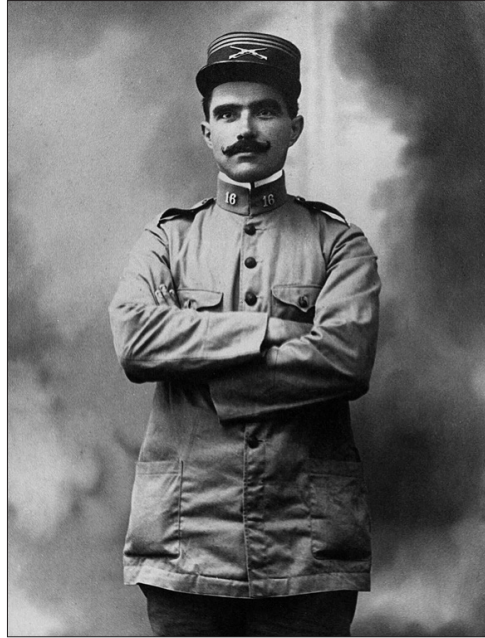
Essa consciência se ampliaria a partir dos anos 1970, explica o historiador Paulo Pinheiro Machado. Com a redemocratização do país, criou-se um ambiente favorável para a retomada da memória e dos estudos sobre a Guerra do Contestado.

No Senado, essa releitura histórica ficou patente numa sessão especial realizada em agosto de 2009 para lembrar a guerra. No Plenário, os senadores ressaltaram o caráter de revolta social do movimento, as injustiças cometidas contra a população pobre do Contestado e a ausência do Estado.

— Quando o Estado falta, não cumpre com seu dever, se omite, o resultado é este: as pessoas reagem — disse o senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

O senador Flavio Arns (PT-PR) afirmou que o governo desconsiderou uma população pobre para privilegiar empresários e fazendeiros.

Na época da guerra, uma rara visão lúcida do conflito veio justamente de um comandante do Exército, o jovem capitão Mattos Costa. Idealista, ele defendia uma solução pacífica e morreu em combate, em 1914. Ficou registrada em relatos militares sua concepção da guerra:



Capitão Mattos Costa, que defendia solução pacífica e morreu na guerra

ACERVO FOTOGRAFICO DO CONTESTADO/FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

“A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito”.



Assista a vídeo a respeito da Guerra do Contestado:
<http://bit.ly/GuerraContestado>

Conheça site da FGV sobre o conflito no Sul:
<http://cpdoc.fgv.br/contestado>

Veja galeria de imagens do fotógrafo Claro Jansson:
<http://bit.ly/fotosClaro>



Último líder dos rebeldes ganhou fama de “demônio”

A Guerra do Contestado começou com um líder considerado santo — o monge José Maria — e terminou com outro tido como o próprio diabo — Adeodato Ramos.

“O demônio está encarcerado”, anunciou em agosto de 1916 o jornal *O Imparcial*, de Canoinhas (SC), referindo-se à captura de Adeodato, que tinha fama de assassino e era temido pelos próprios companheiros.

O repórter do jornal *O Estado*, de Florianópolis, porém, se surpreendeu ao entrevistar Adeodato na prisão.

“Nós, que esperávamos ver o semblante perverso de um bandido, cujos traços fisionômicos estivessem a denotar sua filiação entre os degenerados do crime, vimos, pelo contrário, um mancebo em todo o vigor da juventude, de uma compleição física admirável, esbelto, olhos de azeviche [pretos], dentes claros, perfeitos e regulares, e ombros largos”, escreveu,

destacando a postura recatada do “célebre bandoleiro”.

O jornal *O Dia*, de Florianópolis, relatou que ele respondia aos policiais de forma serena e “tinha o olhar suave”.

Adeodato era uma figura controvertida. “É evidente que ele cometeu muitas atrocidades nos redutos, mas não era muito diferente de outros líderes rebeldes”, escreveu o historiador Paulo Pinheiro Machado, ressaltando que houve uma “demonização” do último líder rebelde,

REPRODUÇÃO/JORNAL O ESTADO



O líder rebelde Adeodato Ramos é escoltado por guardas em 1916

alimentada pelos próprios sertanejos.

Conta-se que, no julgamento, após a ouvir a sentença de 30 anos de prisão, o réu declamou no tribunal versos irônicos:

“Para tirar o mal do mundo / Tinha feito uma jura / Ajudei nosso governo / A quem amo por ternura / Acabei com 10 mil pobres / Que livreí da escravatura / Liquidei todos os famintos / E os doentes sem mais cura / Quem é pobre neste mundo / Só merece sepultura”.

Adeodato foi morto em 1923, numa suposta tentativa de fuga da prisão.

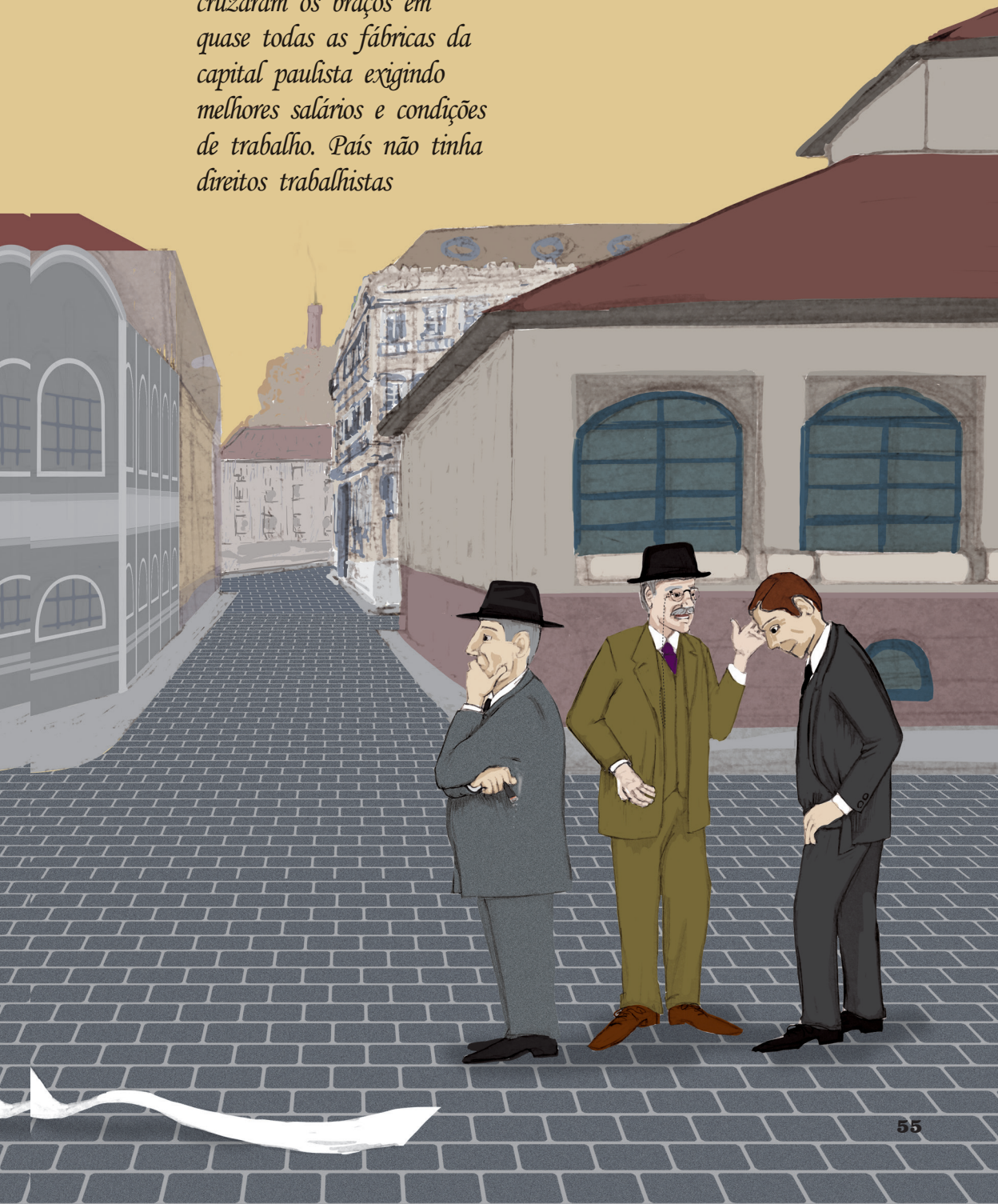


Em 1917, greve geral parou cidade de São Paulo

por Ricardo Westin



Na primeira greve de vulto do Brasil, operários cruzaram os braços em quase todas as fábricas da capital paulista exigindo melhores salários e condições de trabalho. País não tinha direitos trabalhistas



Em julho de 1917, São Paulo viveu dias de completa anormalidade. Em certas horas, parecia uma cidade fantasma: ruas desertas, comércio de portas abaixadas, indústrias com o maquinário desligado, bondes parados, escolas sem aula. Em outras horas, tornava-se palco de espetáculos de violência.

Naquele mês, 50 mil operários (10% da população paulistana) paralisaram praticamente todas as fábricas de São Paulo — de tecidos, chapéus, sapatos, móveis, fósforos, parafusos, cerveja, farinha —, exigindo o fim das condições desumanas de trabalho. Foi a primeira grande greve do Brasil.

A cidade fantasma dava lugar à violência e ao sangue quando os grevistas atacavam fábricas, armazéns e bondes, e a polícia os reprimia à bala. A greve geral durou uma semana, deixando 200 mortos nos dois lados.

Documentos de 1917 guardados no Arquivo do Senado e no Arquivo da Câmara mostram que quase não existiam direitos trabalhistas. Cada fábrica fazia suas regras. Os empregados trabalhavam no mínimo 12 horas por dia.

— Obrigar um homem a trabalhar mais de oito horas por dia é uma exigência superior às forças humanas — argumentou o senador Raimundo de Miranda (AL).

O senador Alfredo Ellis (SP) respondeu, mostrando que a redução da carga de trabalho não era um direito tão óbvio assim:

— Nós, do Poder Legislativo, não podemos decretar horas de trabalho.

Não havia férias, aposentadoria, adicional noturno nem descanso no fim de semana. Os salários eram baixíssimos. Mulheres e crianças desempenhavam as mesmas tarefas dos homens, mas recebiam ainda menos. As operárias eram vítimas frequentes de assédio sexual.

Não existia carteira de trabalho. Os patrões não respondiam pelos acidentes nas fábricas. As greves eram ilegais. Os empregados que participavam das paralisações eram demitidos.

O governo parecia não se importar com a mentalidade escravagista que, três décadas após a abolição, persistia no país.

— O proletariado nacional não tem recebido a menor lei que o ampare — acusou o deputado Maurício de Lacerda (RJ) às vésperas da greve geral. — Vários projetos de lei pejavam o seio do Congresso, mas todos eles, preocupados com o efeito eleitoral, deixaram o problema sem so-



Operários protestam em São Paulo em 1917: greve geral plantou semente das primeiras leis trabalhistas do Brasil

lução, pois entregaram as soluções reclamadas pelos trabalhadores aos regulamentos do Poder Executivo, que só podia representar os patrões.

O Brasil assistia a greves desde a segunda metade do século 19, mas elas não se comparavam à que viria em 1917, pois mobilizavam grupos restritos e não tinham maior repercussão.

A fagulha da greve geral em São Paulo foi a paralisação dos operários do Cotonifício Crespi, uma fábrica de tecidos localizada na Mooca. Ela desencadeou um efeito dominó. Homens, mulheres e crianças de várias outras indústrias seguiram o exemplo, dando ao movimento paredista um alcance inédito.

Os trabalhadores eram insuflados pelos colegas italianos e espanhóis adeptos do anarquismo (doutrina que considera o governo opressor e prega o fim do Estado).

— Os anarquistas, dirigindo os elementos operários, impediram a vida da cidade, atacaram a propriedade e mataram. A polícia não poderia tratá-los a bombons e chocolate — disse o deputado federal Álvaro de Carvalho (SP).

Apoiador da greve, o deputado Maurício de Lacerda retorquiu:

— Os operários, sempre que reclamam pacificamente, são esquecidos. Sempre que suas reclamações tomam uma forma ofensiva, são metralhados.

Em 1917, a indústria brasileira engatinhava, mas já lucrava muito. A eclosão da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) comprometera a produção da Europa, o que deu às manufaturas do Brasil um espaço privilegiado no mercado mundial. Para dar conta da demanda, os empregados passaram a trabalhar mais, mas sem ganhar nem um centavo extra.

Os grevistas se agruparam no Comitê de Defesa Proletária e unificaram a pauta de reivindicações, mas não sabiam exatamente com quem negociar. Inexistia uma entidade que representasse a indústria como um todo. O presidente Wenceslau Braz, o governador Altino Arantes e o prefeito Washington Luís estavam mais preocupados com a repressão das passeatas, dos comícios e das depredações do que com a negociação.

O acordo acabou sendo costurado pelos diretores dos grandes jornais de São Paulo. Organizados na Comissão da Imprensa, eles levavam as propostas dos operários ao poder público e aos industriais. O fim da greve geral foi assinado na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Agitação operaria

Apesar da atitude energica da policia, deram-se ainda hontem varias tropelias - A cidade está sem pão, sem carne e sem leite - O comercio conservou fechadas as suas portas - Em consequencia de uma acção conjuncta da Prefeitura com a policia circularam hontem bondes em diversas linhas - A policia de armas embaladas garantiu o transito - Na rua Augusta um grupo atacou um bonde, sendo morto um dos assaltantes - Em varios pontos da cidade travaram-se tiroteios entre os grevistas e a policia, sendo morta uma desventurada criança - Varios feridos - A' noite reinou tranquillidade no centro e em todos os arrabaldes :: :: :: ::

Em julho de 1917, o *Correio Paulistano* noticia casos de violência ocorridos durante a greve geral na cidade de São Paulo

Os empresários prometeram elevar os salários em 20%, não demitir os grevistas, respeitar o direito de associação dos empregados e “melhorar as condições morais, materiais e econômicas do operariado”. O poder público anunciou que libertaria os grevistas presos.

A vitória, entretanto, acabou sendo temporária.

— Meses depois, os empresários começaram a voltar atrás nos compromissos — diz o historiador Luigi Biondi, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). — De qualquer forma, a greve de 1917 representou uma conquista histórica: foi a primeira vez que o poder público no Brasil negociou com os trabalhadores.

Mesmo com todo o sangue derramado, o governo e o Congresso não se mexeram de imediato para criar leis trabalhistas. Em vez disso, dedicaram-se a questões secundárias.

O senador Raimundo de Miranda acreditava que o importante era combater a inflação galopante, que, na visão dele, era a maior fonte de insatisfação dos trabalhadores.

— Esta carestia de vida resulta de uma vergonhosa especulação comercial. Ainda ontem, tive ocasião de ver que se vendia por 4 mil réis o quilo da banha, gênero de primeira necessidade que há poucos dias custava 2,4 mil réis — disse ele ao apresentar um projeto de lei que obrigava os industriais a elevar o salário dos empregados toda vez que seus produtos ficassem mais caros.

Para o senador Adolfo Gordo (SP), a solução seria expulsar do país os estrangeiros que instigassem as greves. Ele era o autor de uma lei que previa a deportação, mas fora julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

— Decidir que o Brasil não tem a faculdade de expulsar estrangeiros é tornar o país um asilo de anarquistas, bandidos, cafetões, vagabundos e outros elementos detestáveis.

Os direitos trabalhistas teriam que esperar alguns anos. Em 1923, aprovou-se uma lei que impedia as demissões arbitrárias, dando ao empregado alguma estabilidade no emprego. Em 1927, veio uma lei que proibiu o trabalho das crianças e reduziu a exploração dos adolescentes.

O juiz Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), lembra que, equivocadamente, muitos creem que os direitos trabalhistas foram obra do pre-

sidente Getúlio Vargas, criador da Consolidação das Leis do Trabalho.

— É certo que a CLT, de 1943, trouxe novidades, mas ela foi essencialmente uma compilação das leis trabalhistas das décadas de 1920 e 1930, que nasceram graças à semente plantada pela greve geral de 1917.



Veja vídeo sobre a greve de 1917:
<http://bit.ly/greve1917>

Senado ajudou país a fazer história nas Olimpíadas

por André Fontenelle

Senadores foram decisivos ao garantir o dinheiro necessário para que o Brasil estreasse nos Jogos Olímpicos, em 1920, e ao aprovar uma lei em 2001 que garantiu ao esporte uma fonte permanente de recursos



A falta de dinheiro foi um problema crônico do esporte olímpico brasileiro ao longo do século 20. Desde os Jogos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920 — primeira participação do Brasil numa Olimpíada —, a viagem da delegação nacional sempre foi prejudicada pela escassez de recursos. O Brasil até deixou de figurar numa edição dos Jogos por motivos financeiros — em Amsterdã, em 1928.

A questão só foi resolvida em 2001, com a Lei Agnelo-Piva. Nascida de um projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a lei destinou parte da arrecadação das loterias para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Isso representou uma fonte permanente e estável de recursos para a preparação dos atletas brasileiros.

Em diversas ocasiões, o Parlamento participou das negociações para custear o envio de equipes aos Jogos. Nas próximas páginas, o *Arquivo S* conta a história do envolvimento do Senado com o esporte desde a primeira participação olímpica brasileira, ilustrada por dois episódios: a presença nos Jogos de 1920 e o processo que levou à aprovação da Lei Agnelo-Piva.



CEME/ISEF/URGS

Atletas brasileiros desfilam na abertura dos Jogos de 1920, na Bélgica: governo liberou patrocínio em cima da hora

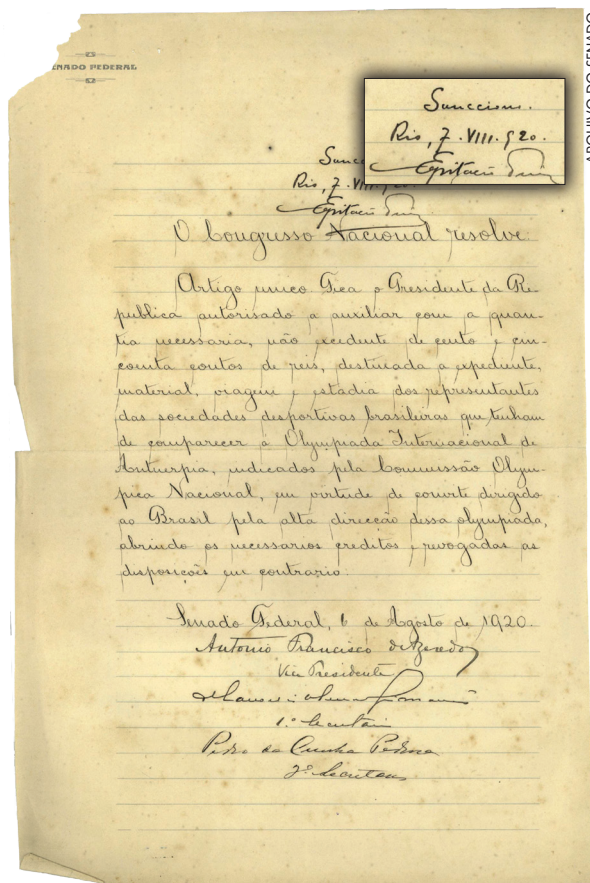
Senado aprovou verba que permitiu a país competir em 1920

Nas primeiras cinco edições dos Jogos Olímpicos da era moderna, entre 1896 e 1912, o Brasil não enviou atletas. Das modalidades olímpicas então em disputa, apenas duas — o remo e o futebol — eram praticadas em bom nível no país. O intercâmbio com outras nações era quase inexistente e o interesse pelos Jogos era nulo.

Isso mudou em 1920, quando a Bélgica organizou na cidade de Antuérpia a primeira Olimpíada após a Primeira Guerra Mundial (1914–1918). O Brasil foi convidado a participar e tinha razões diplomáticas para se fazer presente.

O rei da Bélgica, Alberto I, iria visitar o Brasil um mês depois dos Jogos. Era a primeira vez que um monarca europeu desembarcava na jovem República brasileira, e aceitar o convite era um gesto de cortesia quase obrigatório para o governo do presidente Epitácio Pessoa.

Para custear o envio de uma delegação, o Senado apresentou o Projeto 3, que, após ser emendado pela Câmara, autorizou a liberação de 150 contos de réis para “expediente, material, viagem e estadia dos representantes das sociedades esportivas brasileiras que tenham de comparecer à Olimpíada Internacional de Antuérpia”.



Arquivo do Senado guarda decreto de 1920, firmado pelo presidente Epitácio Pessoa, que permitiu estreia do Brasil em Olimpíadas

O presidente do Comitê Olímpico Nacional (precursor do atual Comitê Olímpico do Brasil) era um senador, Fernando Mendes de Almeida (MA), o que deve ter contribuído para a aprovação do projeto.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda cópias tanto do parecer favorável quanto do decreto com a assinatura presidencial.

Um detalhe curioso é que o decreto só foi sancionado por Eptácio em 7 de agosto de 1920, quando a delegação brasileira já se encontrava na Europa. A cerimônia de abertura dos Jogos ocorreria dali a uma semana, no dia 14, e a viagem de navio para a Bélgica, cheia de escalas, levava quase um mês. Além disso, nossa participação nas Olimpíadas começaria duas semanas antes da abertura oficial: as provas de tiro em que os brasileiros estavam inscritos tiveram início no dia 2 — o que era normal na época. Ainda hoje o torneio olímpico de futebol, por questões de calendário, começa alguns dias antes da cerimônia de abertura.

O embarque da equipe ocorreu no dia 3 de julho, no transatlântico *Curvello*, e os atletas tiveram que viajar na terceira classe por falta de dinheiro para comprar passagens melhores.

Mesmo assim, o Brasil foi muito bem-sucedido em sua primeira participação, ganhando três medalhas: uma de ouro (Guilherme Paraense, em pistola militar a 30 metros), uma de prata (Afrânio da Costa, em pistola livre a 50 metros) e uma de bronze (por equipes, também em pistola livre a 50 metros).

Ao todo, o Brasil competiu com 16 atletas — no tiro, na natação, no remo, nos saltos ornamentais e no polo aquático.

É difícil saber ao certo quantos atletas poderiam ter sido enviados com os 150 contos de réis liberados pelo governo, mas é possível fazer uma estimativa a partir de uma declaração dada em 1928 pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Renato Pacheco, ao diário carioca *O Jornal*. Segundo ele, com 720 contos de réis seria possível enviar uma delegação de 80 pessoas aos Jogos daquele ano, em Amsterdã. Corrigindo os valores de 1920 pela inflação da época, chega-se a algo em torno de 30 atletas.

A ideia inicial era também enviar uma equipe de futebol em 1920, o que representaria a primeira ida de um time brasileiro aos campos europeus. Provavelmente a demora na liberação da verba impediu a concretização desse plano.

O Brasil tinha tudo para fazer boa figura. Em 1919, havia conquistado no Rio o Campeonato Sul-Americano, derrotando na final o Uruguai — os mesmos uruguaios que nos Jogos de Paris, em 1924, e de Amsterdã, em 1928, conquistariam a medalha de ouro, demonstrando que o futebol sul-americano era superior ao europeu.

O craque brasileiro era o centroavante Arthur Friedenreich. Nunca saberemos se ele teria ajudado a trazer já em 1920 a medalha de ouro olímpica que o futebol brasileiro perseguia até 2016, quando o país foi campeão no Rio de Janeiro.

Em 1924, o governo do presidente Arthur Bernardes decidiu não conceder verba para o envio de uma delegação para os Jogos de Paris. O país só se fez representar nas Olimpíadas porque o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou uma subscrição pública (nome que era dado na época àquilo que hoje é chamado de *crowdfunding*) que permitiu mandar à França uma pequena equipe de atletismo, que não trouxe nenhuma medalha.

Dois remadores e um atirador também participaram em nome do Brasil nos Jogos de 1924, custeando do próprio bolso a viagem.

Nem isso foi possível, porém, na Olimpíada seguinte, em 1928, em Amsterdã. O presidente Washington Luís não se mexeu para liberar recursos. Dizem que ele ficou ressabiado por um episódio ocorrido um ano antes, num jogo de futebol. Paulistas e cariocas decidiam o Campeonato Brasileiro — na época o torneio era disputado por seleções estaduais, e não por clubes — no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. Washington Luís estava na tribuna, a primeira vez que um presidente da República, com seu ministério, comparecia a uma final de campeonato. Os paulistas, porém, se retiraram de campo no segundo tempo, inconformados com a marcação de um pênalti em favor do time do Rio. Contrariado, o presidente foi embora do estádio no meio da confusão e por esse motivo teria negado verba para a delegação brasileira no ano seguinte.

Amsterdã foi a última Olimpíada sem a participação brasileira. Desde os Jogos de Los Angeles, em 1932, o Brasil nunca mais deixou de se fazer representar.

Mas a penúria sempre foi a marca da maioria das participações brasileiras. A falta de dinheiro para bancar a ida de todos os atletas classificados obrigava o Comitê Olímpico do Brasil (COB) a fazer escolhas, sempre desagravando este ou aquele esporte.

Nos Jogos de Sydney, em 2000, o governo liberou na última hora uma verba de R\$ 10,5 milhões, salvando a delegação brasileira. O dinheiro chegou tão tarde que o COB teve que devolver uma parte, pois não dava mais tempo de gastar tudo.

O século 20 chegava ao final e o esporte brasileiro ainda padecia dos mesmos males de 1920. Só a partir dos Jogos de Atenas, em 2004, a situação começaria a mudar, graças a uma lei de iniciativa do Senado.



De 2001, Lei Piva acabou com carência de dinheiro no esporte

O problema da falta de dinheiro do esporte olímpico brasileiro começou a acabar em 17 de agosto de 1999, quando o então senador Pedro Piva (PSDB-SP) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 491/1999, destinando ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) 10% da arrecadação bruta de todas as loterias federais.

O objetivo do projeto de lei do senador Piva era justamente acabar com a escassez de recursos do COB. Até então, a lei previa para o comitê apenas a arrecadação de um teste da Loteria Esportiva por ano (ou dois testes nos anos de Jogos Olímpicos ou Pan-Americanos). Isso representava irrisórios R\$ 300 mil por ano.

Mesmo complementando o orçamento com outras fontes, o papel do comitê se limitava a organizar o envio da delegação aos Jogos Olímpicos e a competições similares, como os Jogos Pan-Americanos. O COB não tinha ingerência sobre as confederações esportivas.

Ao assumir a presidência do Comitê Olímpico do Brasil, em 1995, Carlos Arthur Nuzman, ex-atleta e ex-dirigente do vôlei, passou a defender uma mudança, nos moldes do que já ocorria em outros países: o COB passaria a centralizar a preparação olímpica como um todo, decidindo onde aplicar os recursos. A mudança passava pela obtenção dessas verbas.

O próprio senador Piva, reconhecendo que o valor de

A assinatura do presidente Fernando Henrique Cardoso na sanção da Lei Agnelo/Piva: a penúria do esporte olímpico acabava em 2001

ARQUIVO DO SENADO

LEI Nº 10.264 , DE 16 DE JULHO DE 2001.

Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre esporte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI, renumerando-se o seguinte:

"Art. 56.

VI - deca por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.

....." (NR)

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§

1º a 5º:

"Art. 56.

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paralímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:

I - constituem receitas próprias dos beneficiários, que os recebem diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de PLS
PLS Nº 491/99 n. 298
Fernando Henrique Cardoso



Jogadores de vôlei atuam em Atenas, em 2004, na primeira edição da Olimpíada em que o Brasil teve verbas da Lei Piva

10% era alto demais, apresentou uma emenda reduzindo o índice para 2% — o que representava uma estimativa de R\$ 50 milhões anuais para o COB.

Em novembro de 1999, o projeto de Piva recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), mas não tramitou a tempo de ajudar o país nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000 — de onde o Brasil, aliás, voltou sem conseguir nenhuma medalha de ouro.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde já tramitava um projeto semelhante, do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) — daí o nome Agnelo/Piva, adotado em 2003, quando o deputado tornou-se ministro do Esporte.

O substitutivo enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado mantinha a essência do projeto de Piva, inclusive a quantia de 2%, alterando apenas a especificação da destinação dos recursos — 85% para o COB e 15% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Em junho de 2001, o projeto de lei foi finalmente aprovado na CAE, seguindo em regime de urgência para votação no Plenário do Senado.

Aprovado poucos dias depois, no mesmo mês, o texto foi para a sanção presidencial. Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei 10.264 em 16 de julho de 2001.

Os recursos financeiros da Lei Agnelo/Piva começaram a fazer efeito em 2002, revolucionando a hierarquia do esporte brasileiro. Com o poder de distribuir verbas, o COB passou a estabelecer metas de resultado para as confederações esportivas.

Muitas delas, principalmente as menores, que sempre tiveram dificuldade para obter patrocínio, passaram a orbitar em torno do comitê, que adquiriu na prática o papel de gestor do esporte.

Somente as entidades esportivas mais poderosas, sobretudo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), continuaram a operar com recursos próprios.

Em 2015, a Lei Agnelo/Piva sofreu alterações. A porcentagem da arrecadação das loterias aumentou de 2% para 2,7% e o percentual destinado ao esporte paralímpico saltou de 15% para 37,04%.

Os números representaram algo em torno R\$ 220 milhões em 2016, distribuídos entre os esportes olímpico e paralímpico.

A melhor forma de aplicação dos recursos da lei é motivo de constante debate. Os críticos apontam que o número de medalhas do Brasil nas Olimpíadas pouco mudou. Em Sydney, em 2000, última edição antes da lei, o país ganhou 12 medalhas. No Rio, em 2016, foram 19.

Outra crítica diz respeito à distribuição dos recursos, que se destinariam em grande parte a despesas administrativas.





Norma de 2006 incentiva doações a projetos esportivos

Depois da Lei Agnelo/Piva, outros textos aprovados pelo Congresso Nacional contribuíram para o financiamento do esporte. Um deles é a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438), de 2006, que permite que pessoas físicas e jurídicas deduzam parte do Imposto de Renda devido em favor de projetos esportivos.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 118/2006, do deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), recebeu emendas do senador Cristovam Buarque (então no PDT-DF, depois no PPS-DF) e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Similar à Lei Rouanet (Lei 8.313), que beneficia projetos culturais, a Lei de Incentivo ao Esporte enfrentou resistência da classe artística, que temia que as duas leis competissem pelos mesmos recursos. Isso não ocorreu. Em 2014, foram deduzidos R\$ 254,7 milhões em favor do esporte. Em 2015, a Lei Rouanet rendeu R\$ 1,1 bilhão à cultura.

Na esteira dessas leis, estados e municípios aprovaram legislações locais incentivando o esporte regional. Além disso, o esporte olímpico conta com o patrocínio de estatais e o apoio das Forças Armadas. Um terço dos atletas brasileiros que participaram Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, era militar, resultado de um programa de incentivo ao esporte de alto rendimento iniciado em 2009.



Veja vídeo sobre o apoio histórico do Senado ao esporte:
<http://bit.ly/olimpiadaSenado>

União Nacional dos Estudantes faz história desde 1937

por Juliana Steck



Dois ex-presidentes da UNE se tornariam senadores: José Serra e Lindbergh Farias. Entidade marcou presença nos principais momentos históricos do Brasil, como a entrada na 2ª Guerra Mundial e as campanhas O Petróleo É Nosso e Diretas Já





UNE

Aldo Arantes (E), presidente da UNE em 1962, organiza caravanas culturais

A história do Brasil moderno não pode ser contada sem citar a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que representa os universitários do país e foi fundada em 1937.

Da campanha O Petróleo É Nosso na década de 1940, passando pelo enfrentamento à ditadura militar nos anos 1960 e 1970, pelas Diretas Já nos anos 1980 e pela mobilização dos cara-pintadas na década de 1990, a UNE fez parte das principais mobilizações populares da história recente brasileira.

Participaram do movimento estudantil pessoas como os senadores José Serra (PSDB-SP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), os poetas Vinicius de Moraes e Ferreira Gullar, o cineasta Cacá Diegues e o religioso Frei Betto.

O movimento estudantil teve suas origens em 1901, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros. A partir da Revolução de 1930, os estudantes começaram a atuar em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista. No Dia do Estudante, 11 de agosto de 1937, o Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o projeto de uma entidade. No encontro, no Rio, os jovens criaram a União Nacional dos Estudantes. A partir de então, a UNE começou a se organizar em congressos

anuais e a buscar articulação com outras forças da sociedade.

Nos primeiros anos da UNE, eclodiu a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Os estudantes opunham-se ao nazifascismo e pressionaram o ditador Getúlio Vargas a tomar posição na guerra.

Em 1942, os jovens se apossaram da sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, no Rio, reduto de militantes nazifascistas que se tornaria a sede da entidade. No mesmo período, o Brasil entrava oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão.

Naquele ano, o presidente Vargas, pelo Decreto-Lei 4.080, de 1942, oficializou a UNE como representativa dos universitários. Em 1945, no entanto, devido à morte de um estudante no Recife durante um comício, a UNE rompeu com a ditadura do Estado Novo.

A partir de 1947, com o fim da guerra e a derrubada do Estado Novo, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo movimentou o Brasil. A UNE foi protagonista, participando do movimento O Petróleo É Nosso, que durou até 1953, quando foi criada a Petrobras. A importância do movimento estudantil na época era grande e os questionamentos sobre as forças políticas no movimento eram constantes.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, em outubro de 1947, o senador Luís Carlos Prestes (PCdoB-DF) questionou o colega Hamilton Nogueira (UDN-DF) a respeito da UNE.

— Há dois ou três dias, jornais cariocas publicaram sensacionais declarações de um senador da República contendo acusações à União Nacional dos Estudantes. O senador Hamilton Nogueira afirmou que a UNE está eivada de comunistas. Tais palavras carecem de fundamento — disse Prestes.

— O nobre senador Carlos Prestes procura intrigar-me com os estudantes — reagiu Nogueira, afirmando que defendia o direito democrático de partidos comunistas existirem e que tinha uma excelente relação com a UNE.

Na década de 1960, os universitários fundaram os diretórios centrais dos estudantes (DCEs) e os diretórios acadêmicos. A UNE participou da Campanha da Legalidade, pela posse de João Goulart.

Em 1962, a organização reforçou sua ação no campo da cultura com a criação do Centro Popular de Cultura e da UNE Volante. João Goulart foi o primeiro presidente da República a visitar a UNE.

Ainda em 1962, a ação dos estudantes pela reforma universitária levou à decretação de uma greve geral nacional, paralisando a maior parte das 40 universidades brasileiras da época.

Em 1964, o então presidente da UNE e atual senador José Serra foi um dos principais oradores do comício da Central do Brasil, que defendia as reformas sociais no país e foi um dos episódios que antecederam o golpe militar. Hoje, Serra lembra que o quadro era muito diferente do atual.

— Havia cerca de 100 mil universitários no Brasil. Eles representavam apenas 1% dos jovens que estavam na idade de frequentar a universidade. Eram politizados, liam muito e se dedicavam quase que somente aos estudos. Eu dava aulas particulares, mas não era como ter um emprego em tempo integral e frequentar a universidade à noite, o que muitos estudantes fazem hoje. Atualmente são 5 ou 6 milhões de universitários com um perfil muito heterogêneo. Os debates e discussões que havia não se conseguem hoje. Hoje há mais segmentação e há as juventudes partidárias.

O senador conta que entrou no movimento quando estudava engenharia em São Paulo. Foi eleito para a União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e depois para a UNE.

— Era um momento tenso, de crise, mas eu dava muitas palestras,



Estudantes em ônibus se dirigem a passeata pelas eleições diretas no país, em 1984. O movimento Diretas Já, proposto pelo senador Teotônio Vilela, teve a adesão da UNE

participava de grandes comícios. Me mudei para o Rio. Me lembro de ser acusado de agredir os militares porque critiquei João Goulart por ter nomeado militares como ministros. Tínhamos aliados no Senado e na Câmara. Participávamos da Frente de Mobilização Popular [FMP] — narra Serra.

A FMP surgiu em 1962, com o objetivo principal de pressionar o presidente Goulart e o Congresso a adotar um programa que implantasse reformas de base. Participavam políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes.

A primeira ação da ditadura militar ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na noite de 30 de março para 1º de abril. Serra lembra que, nesse



Os senadores Lindbergh Farias e José Serra presidiram a UNE em momentos históricos. Lindbergh em 1992 e 1993, quando liderou o movimento dos carapintadas; Serra em 1963 e 1964, quando teve início o regime militar



momento, foi considerado um agitador perigoso e mandado para fora do país por 14 anos, sem direito ao passaporte brasileiro.

Em novembro, o regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE e das UEEs por meio da Lei 4.464, que ficou conhecida como Lei Flávio Suplicy de Lacerda, o ministro da Educação na época.

A UNE passou a atuar na ilegalidade e organizou passeatas nas principais capitais. Em 1968, estudantes e artistas engrossaram a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. O lema era “É proibido proibir”. Intensificaram-se os protestos, especialmente dos universitários, contra a ditadura.

Os militares reagiam com repressão, em episódios como o fechamento do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, que oferecia comida a baixo custo no Rio. Em 1968, no dia 28 de março, durante a repressão a uma passeata, a Polícia Militar invadiu o restaurante e o comandante da tropa atirou no estudante secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto. Outro estudante, Benedito Frazão Dutra, também morreu depois de ficar dias em coma. As mortes deflagraram o ciclo de manifestações populares de 1968 pela redemocratização.

Papéis do Arquivo do Senado mostram que o assunto repercutiu na Casa. Em abril de 1968, o senador Josaphat Marinho (MDB-BA) propôs que o governo não se limitasse “a ouvir o pensamento faccioso dos seus agentes de informação, quase sempre imbuídos de mentalidade policial”, e fosse “direto e certo, sem intermediários, ao encontro da mocidade”.

— Se o governo proceder com espírito de tolerância e compreensão, não se enfraquecerá perante a mocidade nem se diminuirá diante da opinião pública — disse da tribuna.

No mesmo dia, os senadores Arthur Virgílio (PTB-AM) e Mário Martins (MDB-GB) fizeram críticas ao secretário de Justiça do estado da Guanabara, Cotrim Neto, por não saber dialogar com os universitários e pelo episódio do restaurante Calabouço.

O também senador Aurélio Vianna (PSB-GB), em junho do mesmo ano, disse que o movimento estudantil “não é subversivo, como alguns desejam fazer crer para justificarem violências e atentados contra a juventude do nosso país”:

— É um movimento consciente, para que os estabelecimentos de ensino tenham condições de funcionar e possam servir de suporte, de



Em 1962, João Goulart foi o primeiro presidente do Brasil a visitar a sede da UNE

sustentação a este país.

No fim de 1968, a edição do Ato Institucional 5 (AI-5) deu poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados inimigos do regime. No mesmo ano, em outubro, havia sido realizado clandestinamente o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Foram presas mais de 700 pessoas, entre elas as principais lideranças do movimento estudantil.

O Decreto-Lei 477, baixado pelo presidente Arthur da Costa e Silva em 1969, previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades por “subversão ao regime”. Os professores considerados culpados eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar nas instituições educacionais do país por cinco anos. Os estudantes eram expulsos e proibidos de cursar universidade por três anos.

Jarbas Passarinho, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), comentou o fato anos mais tarde, como senador. Em discurso no Senado em agosto de 1976, Passarinho (Arena-PA) disse que o decreto-lei “surgiu como uma resposta”:

— Foi uma reação à ação conquistadora do Partido Comunista, que tem uma ação messiânica exatamente sobre aquela fase etária das populações mais voltadas para o romantismo e para a capacidade de serem doadores, que são os jovens. Viu-se, assim, o processo revolucionário na con-

tingência de repelir a agressão organizada.

A norma vigorou até 1979, quando foi revogada pela Lei da Anistia (Lei 6.683).

O principal impulsionador do movimento de reestruturação da UNE foram as grandes passeatas de 1976 e 1977. Mas o congresso de reconstrução da entidade aconteceu em Salvador, em 1979. No ano seguinte, no Congresso-Geral da UNE, em Piracicaba (SP), venceu Aldo Rebelo, ligado ao PCdoB, que futuramente presidiria a Câmara dos Deputados.

Em 1983, a UNE participou ativamente da campanha Diretas Já, com manifestações e intervenções importantes nas maiores cidades do país. A campanha foi iniciada pelo senador Teotônio Vilela (PMDB-AL).

— O voto direto deve ser conquistado, e não barganhado com ninguém — afirmou o senador, ao defender a aprovação da proposta de emenda constitucional que havia sido apresentada em março daquele ano pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que estabelecia as eleições diretas para presidente da República.

Em novembro de 1983, cerca de 15 mil pessoas participaram de comício na Praça Charles Miller, em São Paulo, pela PEC das Diretas. Teotônio morreu no mesmo dia, em decorrência de um câncer.

— Não poderia haver maior homenagem a Teotônio do que esta manifestação — disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

A emenda não foi aprovada, e a UNE então apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência. Com o fim do regime militar, em 1985, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto que trazia a entidade de volta para a legalidade, de autoria do deputado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes (então no PMDB-GO). A proposta foi sancionada pelo presidente José Sarney como a Lei 7.395, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior.

Em 1988, a UNE participou ativamente dos debates na elaboração da nova Constituição, com a defesa da autonomia universitária e da gestão democrática nas escolas públicas. Passeatas coordenadas nacionalmente ocorreram em 6 de setembro de 1989, nas vésperas da primeira eleição direta presidencial pós-ditadura.

Em 1992, o movimento estudantil teve papel predominante na mobilização dos brasileiros com os jovens de caras pintadas na campanha que pedia a saída do então presidente (e depois senador) Fernando Collor. No

mesmo ano, o estudante paraibano Lindbergh Farias, mais tarde também senador, tornou-se presidente da entidade, dois anos depois de ser eleito secretário-geral. O pai de Lindbergh, Luiz Lindbergh Farias, fora vice-presidente nacional da UNE em 1961.

— Naquela época, a gente gastava 15 dias para organizar uma passeata. A UNE tinha que chamar uma reunião dos DCEs e grêmios, organizava visitas às escolas, às salas de aula. Para ter uma passeata, você precisava de uma direção. Tinha que ter uma UNE, um partido, um sindicato. Agora não. Há as redes sociais. Na minha época, era um movimento mais de juventude de classe média. Eu queria que estivesse lá a periferia, mas não estava. Hoje uma parte da juventude que não entrava nas universidades, filhos de trabalhadores, passou a entrar. A universidade tem hoje juventude classe média e de periferia, que é a nova classe média — compara o senador Lindbergh.

Em 2002, devido à postura da direção da UNE sobre a reforma universitária, houve um rompimento que levou muitos estudantes a fundarem outras entidades até 2009. O doutor em educação Gil César Costa de Paula avalia, em uma análise sobre a atuação da UNE de 1960 a 2009, que a entidade passou de uma postura de inconformismo a uma de submissão ao Estado, resultando na desmobilização das entidades estudantis.

Em sua tese de doutorado, o pesquisador afirma que a UNE criou,



Marianna Dias: “Grandes transformações se devem ao protagonismo dos estudantes”

“no período da redemocratização, uma postura de colaboração com os governos denominados democráticos”.

Em 2007, a UNE ganhou na Justiça a posse de sua sede na Praia do Flamengo e, em 2010, pela Lei 12.260, o reconhecimento unânime do Congresso de que o Estado brasileiro tinha uma dívida com os estudantes pela invasão, incêndio e demolição do prédio em 1964.

Eleita presidente da UNE em 2017, Marianna Dias diz que grandes transformações da sociedade brasileira aconteceram devido ao protagonismo dos estudantes.

— Por meio da organização, a gente pode mudar a educação, a vida das pessoas, a dignidade. A UNE nasceu da necessidade dos estudantes de defender o Brasil e o mundo durante a 2ª Guerra Mundial, para se posicionar contra a entrada do Brasil no nazifascismo. Defendeu a soberania nacional em pautas importantes para o país e tem muita coisa para contar nestes 80 anos [comemorados em 2017]. Quantos estudantes deram a vida, abriram mão de sua liberdade pela democracia nos tempos da ditadura militar?

Para Marianna, o momento atual também é histórico e de posicionamento. Os estudantes devem continuar a ser transformadores da política, diz.

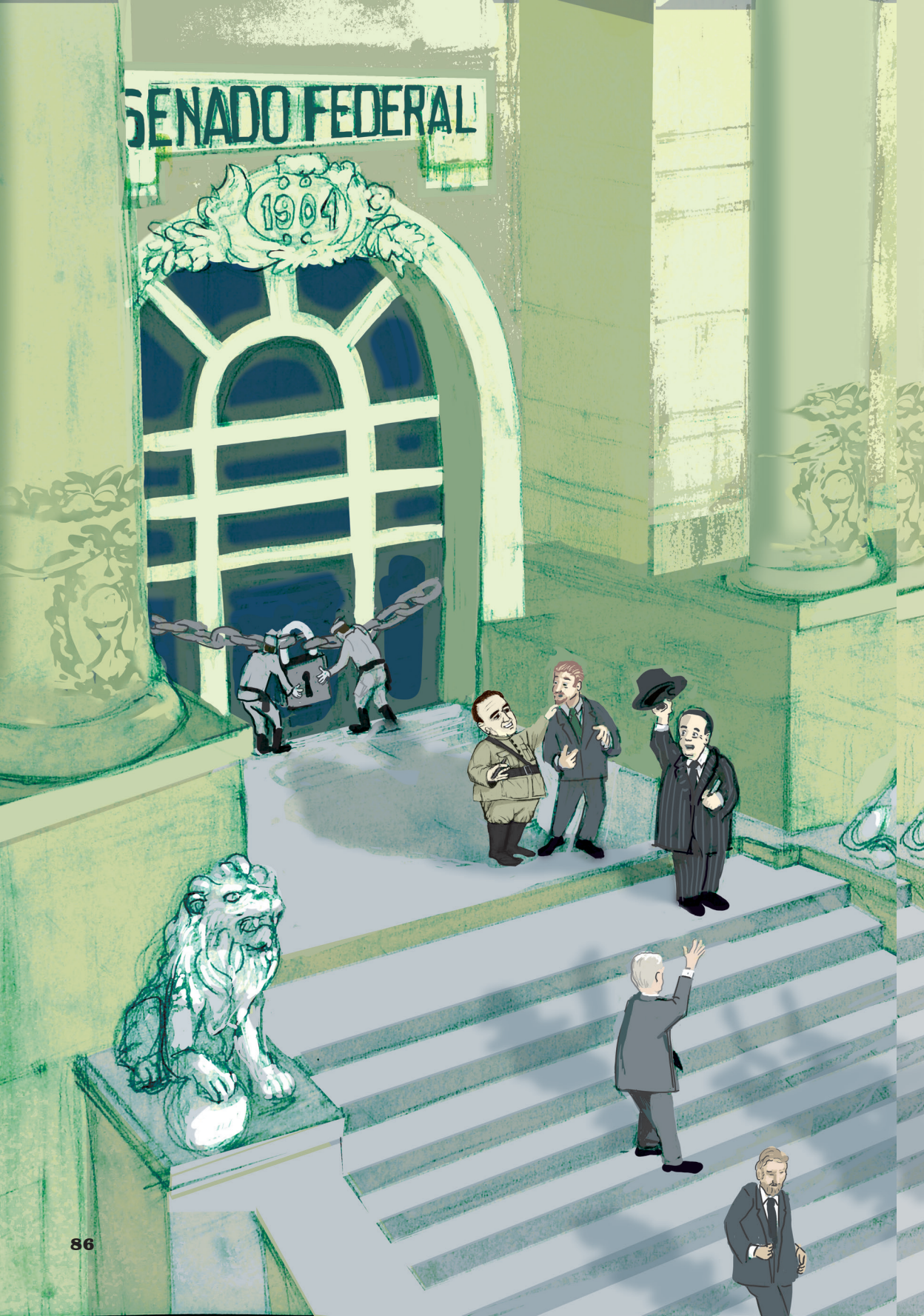
— O processo de fortalecimento da UNE hoje vai levar a entidade a completar mais 80 anos



Assista à sessão do Congresso pelos 80 anos da UNE:
<http://bit.ly/une80>

SENADO FEDERAL

1904





Getúlio Vargas deixou Brasil sem Senado por 9 anos

por Ricardo Westin

Ditadura do Estado Novo fechou Congresso em 1937. Democracia voltou em 1945, mas Senado e Câmara só tornaram a funcionar separadamente após Constituinte concluir Carta Magna de 1946

Um dia depois da entrada da primavera de 1946, chegava ao fim o período de quase uma década em que o Senado esteve banido do cenário político brasileiro. Os senadores finalmente puderam voltar aos gabinetes, às comissões e às bancadas do Palácio Monroe, no centro do Rio de Janeiro, na tarde de 23 de setembro.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que as palavras que quebraram o silêncio do Monroe foram pronunciadas por Nereu Ramos, o presidente da Casa:

— Senhores senadores, ao instalar a sessão do Senado da República, quero congratular-me com todos os seus membros pelo advento da nova fase de nossa vida democrática. A Constituição que acabamos de entregar ao país restituiu ao Senado sua antiga dignidade.

O golpe de morte contra o Senado foi dado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, com a imposição da ditadura do Estado Novo. A Câmara dos Deputados também foi varrida do cenário político.

Vargas caiu em outubro de 1945, mas as duas Casas não voltaram de imediato. Os senadores e os deputados eleitos na fase democrática trabalharam de fevereiro a setembro de 1946 na elaboração da nova Constituição. Cumprida a missão, a Assembleia Constituinte se dissolveu, permitindo o ressurgimento do Senado e da Câmara, após nove anos fechados.

Numa das primeiras sessões no Palácio Monroe, o senador Plínio Pompeu (UDN-CE) chamou os oito anos do Estado Novo de “vergonhoso e longo período ditatorial”.

O senador Hamilton Nogueira (UDN-DF) afirmou que a democracia triunfara graças ao povo, que se aliara aos militares em 1945 para “reprimir e renegar para sempre o ignominioso Estado Novo”.

O fechamento do Senado e da Câmara teve ares de guerra. Na manhã de 10 de novembro de 1937, dezenas de policiais a cavalo e armados cercaram o Palácio Monroe e o Palácio Tiradentes, a sede dos deputados. O Brasil engolia uma nova Constituição, de perfil autoritário, redigida às escondidas no Palácio do Catete nos meses anteriores.

Eliminado o Congresso Nacional, o chefe do Poder Executivo usurpou as funções do Poder Legislativo e se arrogou a prerrogativa de assinar decretos-leis. As assembleias legislativas e as câmaras municipais também foram extintas. Vargas ganhou poder para nomear governadores e prefeitos. O povo perdeu o direito de votar e a Justiça Eleitoral deixou de existir.



Tropas enviadas por Getúlio Vargas cercam o Palácio Monroe, sede do Senado, na manhã do golpe de Estado, em 1937

Os partidos logo desapareceriam e os adversários seriam presos e torturados. O presidente, em suma, se converteu em ditador.

A dissolução do Congresso não enfrentou resistência nem sequer de senadores e deputados. Eles, pelo contrário, aplaudiram. Vargas tinha o costume de receber grupos de parlamentares toda sexta-feira à tarde. Mesmo como ditador, ele abriu seu gabinete uma vez, na sexta após o golpe, para se despedir dos ex-senadores e dos ex-deputados.

— Creio na Constituição outorgada porque estou convencido de que agora o Brasil despertou ante o mundo das realidades — afirmou o ex-senador Pacheco de Oliveira (PSD-BA) ao diário carioca *O Jornal*.

A imprensa noticiou que eram “bem poucos os projetos de alta relevância a depender do voto dos senadores” e deu destaque à economia de dinheiro “verificada em favor dos cofres públicos” com o fim do Senado, da Câmara e da Justiça Eleitoral.

Outra “boa notícia” foi a remoção das grades de ferro do Senado. Segundo os jornais, o jardim do Palácio Monroe deixou de “guardar lugar para o estacionamento das limusines dos senhores senadores” e se transformou num agradável “ponto de recreio” do carioca.

Aquele não foi o primeiro golpe de Vargas. Ele chegara ao poder em 1930, após derrubar Washington Luís e enterrar a República do Café com

Leite. Também nessa ocasião o Senado e a Câmara foram fechados. Com poderes de ditador, Vargas pôde dar início a seu ambicioso projeto de modernização do Brasil. Seu objetivo foi tirar o poder das oligarquias agrárias estaduais, que, para ele, atravancavam o progresso do Brasil, e transferi-lo todo para o governo federal, que impulsionaria a urbanização e a industrialização.

Pressionado pela Revolução Constitucionalista de 1932, Vargas reabriu o Congresso Nacional e patrocinou a elaboração da Constituição liberal de 1934. O poder presidencial passou a se submeter a uma série de limites, prejudicando os planos do mandatário. O golpe ganhou urgência quando, diante dos candidatos da eleição presidencial de 1938 já na rua pedindo votos, Vargas viu que precisaria agir rápido para não deixar o Catete.

O pretexto foi a descoberta do Plano Cohen, uma conspiração dos comunistas para tomar o poder. Como o país já vinha do susto da fracassada Intentona Comunista, de 1935, Vargas não teve dificuldade para convencer os brasileiros de que ele só conseguiria salvar a nação da nova ameaça vermelha se ganhasse poderes ilimitados. Mais tarde, descobriu-se que o Plano Cohen fora inventado.

— A imprensa sofreu censura no Estado Novo, mas apenas a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda [DIP], em 1939. O apoio que os jornais deram ao golpe em 1937 foi espontâneo. Assim como boa parte da sociedade, eles acreditaram que era urgente centralizar o poder

— explica o historiador Paulo Sérgio da Silva, autor do livro *A Constituição Brasileira de 10 de Novembro de 1937* (Editora Unesp).

Sem o Congresso Nacional, Vargas instituiu o salário mínimo, pôs em

**DISSOLVIDOS O SENADO E A CAMARA
PROMULGADA
NOVA CONSTITUIÇÃO
O PRESIDENTE GETULIO VARGAS
FALARÁ HOJE, ÀS 20 HORAS,
PELO RADIO, PARA TODO O PAIZ**

Instalou-se o Senado Federal

Falando, o sr. Nereu Ramos congratulou-se pelo advento de nova fase em nossa vida constitucional

O jornal *A Noite* anuncia o golpe do Estado Novo e o fim do Congresso Nacional, em 1937, e o *Correio da Manhã* noticia a reabertura do Senado, em 1946

vigor o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criou a Aeronáutica e a Justiça do Trabalho e fundou a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

— Ao contrário de [António de Oliveira] Salazar, que conduziu um regime conservador e imobilista em Portugal, Getúlio liderou uma ditadura realizadora e desenvolvimentista — compara o historiador Boris Fausto, autor de *História do Brasil* (Editora Unesp). — Mas temos que nos perguntar: será que não conseguiríamos fazer todos aqueles avanços estando numa democracia, com plena liberdade, sem violência e com respeito à imprensa, aos intelectuais e ao Congresso?

Logo após ser derrubado do Catete, Vargas se elegeu senador

Por ironia, o Senado recém-aberto abrigou aquele que fora seu carasco. Semanas após ser deposto, na eleição de dezembro de 1945, Vargas obteve uma vitória consagrada: sete estados o elegeram deputado federal e dois o elegeram senador. A lei permitia aos políticos concorrer a distintos cargos e por estados e partidos diferentes. As vitórias se dividiram entre o PSD e o PTB, partidos que ele criara no ocaso do Estado Novo. Ele escolheu ser empossado senador pelo PSD gaúcho.

Vargas, porém, esteve longe de ser um senador exemplar. Compareceu a raríssimas sessões da Assembleia Nacional Constituinte e do Senado. Preferiu passar a maior parte do mandato em sua fazenda, em São Borja (RS), confabulando com os aliados e se protegendo dos ataques dos adversários.

Em dezembro de 1946, o ex-ditador finalmente rompeu o silêncio e subiu à tribuna do Palácio Monroe. Os papéis históricos do Arquivo do Senado mostram que essa foi uma sessão longa, barulhenta e de alta voltagem. As galerias do Senado se encheram de pessoas comuns. Vários deputados federais se juntaram aos senadores no Plenário.

— Eu não preciso que me julguem — disse Vargas, dirigindo-se aos detratores. — Depois do julgamento do povo nas eleições de 2 de dezembro [de 1945], com o sufrágio de 1,3 milhão de brasileiros que me outorgaram os mandatos de senador e de deputado, ninguém mais tem autoridade para falar em nome do povo contra mim.

Um dos momentos mais tensos foi quando ele lembrou ter fechado o Senado e a Câmara.

— Duas vezes em minha vida fui obrigado, pela razão de Estado, a quebrar a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo. A primeira, quando



REPRODUÇÃO/FGV

Getúlio Vargas (E) no Senado em 1946: algoz do Poder Legislativo foi eleito senador

dissolvi o Congresso como chefe da Revolução de 1930.

— Aí foi uma revolução — retrucou o senador Aloysio de Carvalho (UDN-BA).

— A segunda vez, quando reassumi a chefia da revolução brasileira e, em defesa da pátria, para garantir a ordem interna e assegurar a defesa continental, fechei o Parlamento em 1937.

— Aí não foi uma revolução. Foi um golpe! — reagiu Carvalho.

Sem se abalar, Vargas continuou lendo suas folhas datilografadas:

— Eu não quis o poder. Não pratiquei esse ato para impor minha vontade ou para desrespeitar a soberania popular ou ferir seus representantes.

— Foi simplesmente para evitar que a soberania popular se manifestasse através de uma eleição — provocou o senador Ferreira de Souza (UND-RN).

— A esta Casa presto minha homenagem como expressão sincera de meu respeito a sua simbólica tradição. Posso ter errado na forma, mas a história provou que cumpri meu dever.

— Golpe contra a democracia e contra o Parlamento! — arrematou o senador Hamilton Nogueira (UDN-DF).

Para concluir, Vargas enumerou seus três principais objetivos como comandante do Estado Novo:

— Primeiro: defender o Brasil. Segundo: levar a termo um programa administrativo de grande envergadura. Terceiro: ampliar o desenvolvimento e a aplicação da justiça social em benefício dos trabalhadores.

O público das galerias foi ao delírio, com vivas, palmas e assobios. Os senadores do PSD e do PTB, que eram a maioria do Senado, ergueram Vargas nos braços e o carregaram para a rua, como vencedor de uma batalha. Indignado, o presidente da Casa acionou a campainha e gritou que aquela balbúrdia era um desrespeito ao Senado. Os senadores da UDN ficaram furiosos.

A cena teve um quê de profética. Quatro anos depois, na eleição de 1950, Getúlio Vargas seria conduzido ao Palácio do Catete. Dessa vez, pelos braços do povo.



Assista a vídeo sobre a volta do Senado:
<http://bit.ly/videoEstadoNovo>



Quando a ditadura militar derrubou um velho aliado



por Ricardo Westin





Governador Adhemar de Barros, que havia sido decisivo para a vitória dos golpistas em 1964, pagou caro por virar a casaca e se voltar contra o regime. Em 1966, os militares o expulsaram do governo de São Paulo e encerraram sua vida política

A insolência era escancarada. Ao longo dos primeiros meses de 1966, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, peitou sistematicamente o marechal Humberto Castello Branco, o primeiro presidente da ditadura militar. O líder paulista exigia o fim do regime iniciado em 1964, a renúncia do mandatário e a convocação de eleição direta para a Presidência da República.

A ditadura deu o troco em 6 de junho de 1966. Com uma canetada, Castello Branco despejou o governador do Palácio dos Bandeirantes e pôs um ponto final na carreira de um dos nomes mais controversos da política brasileira. Faltavam só oito meses para a conclusão do mandato.

Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram como os senadores da época reagiram. A opinião deles refletiu a cisão entre a Arena (governo) e o MDB (oposição), únicos partidos autorizados pela ditadura.

O senador Gay da Fonseca (Arena-RS) disse que Castello Branco fora até mesmo benevolente:

— O senhor presidente não quis usar do recurso da Constituição para intervir em São Paulo. Resguardou a autonomia do estado, como homenagem ao seu povo. Optou por outro recurso, que o ato institucional lhe conferia. Atingiu apenas o homem que não estava sintonizado com o povo do grande estado. Foi uma demonstração inequívoca do apreço do presidente às instituições e à ordem constitucional.

Ele se referia ao Ato Institucional 2, baixado em 1965 com o objetivo de blindar o regime. O AI-2 estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República, impôs o bipartidarismo e deu carta branca para que o presidente cassasse os direitos políticos de qualquer cidadão. Foi este último dispositivo do AI-2 que derrubou Adhemar em 1966.

O senador Josaphat Marinho (MDB-BA) fez um discurso tímido, quase resignado, contra Castello Branco:

— Tenho o dever de homem público, de senador da República, de manifestar a repulsa de uma consciência democrática ao ato de violência praticado contra a autonomia de São Paulo. Falo com a isenção de quem nunca nem cumprimentou o ex-governador.

Em 1966, não houve dia em que os jornais não publicassem declarações de Adhemar contra o regime militar. Em janeiro, o governador pediu eleições diretas para presidente e governador e defendeu o fim do bipartidarismo:



O governador Adhemar de Barros participa de evento na década de 1960: “rouba, mas faz”

— Vejam os próprios nomes dos atuais partidos, bastante infelizes. Na Arena, os leões são todos de chácara.

O tom era cada vez mais provocador. Em março, ele pediu que Castello Branco fizesse um “gesto de grandeza e patriotismo” e renunciasse, transmitindo o cargo ao marechal Eurico Gaspar Dutra, que havia sido presidente entre 1946 e 1951, eleito democraticamente.

— No marechal Dutra, todos confiam — argumentou Adhemar, acrescentando que o novo presidente permitiria a volta à democracia.

À primeira vista, os esperneios levam a crer que Adhemar era adversário dos abusos dos militares e defensor das liberdades democráticas. Não era bem assim. O governador estava mais comprometido com seu ambicioso projeto particular de tornar-se presidente da República. É por isso que batia tanto na tecla das eleições diretas.

Adhemar havia disputado as eleições presidenciais de 1955 e 1960, terminando sempre em terceiro lugar. Em 1955, o vencedor foi Juscelino Kubitschek. Em 1960, Jânio Quadros.

O irônico é que, antes de tornar-se adversário dos militares, Adhemar

foi um dos conspiradores mais decisivos no golpe de 1964. Ele ajudou a organizar em 19 de março a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma megamanifestação de 300 mil pessoas no centro de São Paulo que pediu a destituição do presidente João Goulart para afastar do país o “perigo comunista”.

Na noite do golpe, em 31 de março, o governador fez um pronunciamento em cadeia estadual de rádio e TV anunciando que a ação que encurralava João Goulart era apoiada por São Paulo.

— Adhemar se sentiu traído — explica Amilton Lovato, autor da biografia *Adhemar — fé em Deus e pé na tábua* (Geração Editorial). — Ele retirou o apoio quando se deu conta de que os militares não cumpriram a promessa de realizar eleições presidenciais diretas em 1965. O sucessor de Castello Branco seria eleito pelo Congresso Nacional, não pelo povo, e apenas em 1966.

Aos jornais, Adhemar soltava desabafos como “não vou mais fazer revolução nenhuma” e “os traidores só são usados quando interessam, depois são jogados de lado”.

Ele não foi o único “golpista arrependido”. No grupo, também figuravam o governador da Guanabara (status que a cidade do Rio ganhou ao deixar de ser a capital do país), Carlos Lacerda, e até mesmo o ex-presidente JK. O primeiro fora um dos mais virulentos críticos de João Goulart. O segundo, como senador, protagonizara as negociações que levaram o Congresso a eleger Castello Branco. Adhemar, Lacerda e JK ambicionavam a Presidência da República e, por isso, foram sumariamente cassados.

Adhemar não dizia explicitamente que debaixo das críticas se escondiam motivações pessoais. Em abril de 1966, deu uma justificativa pouco crível para seus ataques aos ex-aliados:

Ademar agradece à Fôrça Pública e enaltece os seu feitos na Revolução

São Paulo (Sturual) — O Governador Ademar de Barros agradeceu ontem, falando diante de 3 500 homens de

O governador Adhemar de Barros em reportagens do *Jornal do Brasil*: de apoiador da “revolução” de 1964 a adversário do regime militar que acabaria sendo cassado pelos ex-aliados em 1966

Ademar de Barros renova apêlo para que Castelo renuncie logo

CSN examina com Castelo ESTADO DO RIO NO IR

As eleições no Rio, cassações de mandatos de São Paulo (Sturual) — “No Brasil de hoje, não há

Ademar declara que só morto ou por sua própria vontade deixa o Governo

Mem de Sá adverte que depois de Ademar novas cassações poderão ser decretadas



O governador Adhemar de Barros (*sentado*) e presidente Castello Branco (*de pé*)

— O povo esperava que os líderes da revolução tirassem o Brasil da esquerda para o centro, mas fizeram tanta força que o país foi parar na direita.

Castello Branco fazia vista grossa. A paciência se esgotou quando Adhemar começou a sabotar o candidato dos militares na eleição para sucedê-lo no Palácio dos Bandeirantes, que estava marcada para setembro de 1966 e, por ordem da ditadura, seria indireta. O governador foi acusado de criar uma “caixinha” com propina e dinheiro público para recompensar os deputados estaduais que não votassem no candidato de Castello Branco.

A cassação foi baixada na cabalística data de 6/6/66, uma segunda-feira chuvosa. Não houve processo nem direito de defesa. Adhemar saiu de cena sem esboçar reação.

Acabava assim a carreira de um dos políticos mais influentes e polêmicos de São Paulo. Adhemar ganhou notoriedade em 1938, ao ser alçado ao posto de interventor do estado pelo ditador Getúlio Vargas. Depois, pelo voto popular, ele voltaria ao governo paulista duas vezes e ocuparia a prefeitura da capital uma vez.

Sua principal política era inaugurar obras públicas monumentais. São Paulo deve a Adhemar de Barros, por exemplo, o Hospital das Clínicas, o Autódromo de Interlagos, o Aeroporto de Viracopos e as Rodovias

Anhanguera e Anchieta.

Adhemar se viu envolvido em inúmeras acusações de corrupção. Por essa razão, os adversários lhe atribuíram o slogan “rouba, mas faz”, do qual jamais se desvencilhou. Nunca, porém, se comprovaram as suspeitas.

No mesmo dia da cassação, o vice-governador Laudo Natel — que era presidente do São Paulo Futebol Clube — tomou posse para cumprir o restante do mandato de Adhemar.

No Senado, o vice-líder da Arena, Eurico Rezende (ES), argumentou que a cassação foi necessária porque a sucessão em São Paulo era “de interesse fundamental para a segurança da revolução” e porque não haveria eleição limpa com Adhemar no governo.

O líder do MDB, senador Aurélio Vianna (GB), discordou. Para o parlamentar do estado da Guanabara, a “revolução” havia extrapolado os limites:

— A questão não é se o senhor Adhemar de Barros estava praticando a corrupção e deveria ter sido afastado do poder pela força. A questão é se numa democracia esse processo é válido. Enquanto outros defendem o direito da força, nós defendemos a força do direito. O que acontece é que alguns de nós ainda estamos na ilusão de que vivemos num país em que a força do direito é que é válida.

Após a cassação, Adhemar deixou o Brasil. Um ataque cardíaco o mataria pouco depois, em 1969, na França.



Assista a vídeo sobre a derrubada de Adhemar:
<http://bit.ly/videoAdhemar>



Para ganhar FGTS, trabalhador perdeu a estabilidade

por André Fontenelle



Fundo de Garantia entrou em vigor em 1967, abolindo estabilidade do empregado que completava 10 anos na mesma empresa. Para criar FGTS, ditadura enfrentou resistência do Congresso Nacional



Nos 21 anos da ditadura iniciada em 1964, uma série de siglas passou a fazer parte do cotidiano do brasileiro: Mobral, Arena, MDB, SNI, INPS e muitas outras. Uma delas continua a influenciar a vida de milhões de trabalhadores: FGTS.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço entrou em vigor em 1º de janeiro de 1967. O FGTS foi concebido em 1966 pelo ministro do Planejamento do governo do marechal Castello Branco, Roberto Campos. O objetivo era duplo: facilitar a demissão de trabalhadores e financiar a construção de imóveis.

Para criar o fundo, foi necessário tornar letra morta dois artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o que previa ao funcionário indenização de um mês de salário por ano trabalhado em caso de demissão imotivada e o que assegurava estabilidade no emprego ao trabalhador do setor privado que completasse dez anos na mesma empresa.

Os dois direitos trabalhistas foram substituídos pelo FGTS. As empresas passaram a depositar 8% do salário dos funcionários numa conta individual. Em caso de demissão imotivada, o trabalhador poderia resgatar o dinheiro. Também seria possível fazer o saque para comprar a casa própria, por meio do Banco Nacional da Habitação. O BNH tornou-se o gestor do saldo acumulado de milhões de contas, usado no financiamento da construção de imóveis.

A proposta de criação do FGTS (Projeto de Lei 10/1966), enviada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, previa que os novos contratados poderiam optar entre a estabilidade e o Fundo de Garantia. Na prática, porém, as empresas só aceitaram contratar os que abriram mão da estabilidade.

— Essa escolha será ilusória — argumentou o deputado Franco Montoro (MDB-SP) em agosto de 1966, numa sessão que discutiu o projeto. — A empresa escolherá aqueles que adotarem o sistema desejado pela empresa. A livre escolha não é do empregado, mas sim da empresa.

Para convencer a opinião pública de que trocar a estabilidade pelo FGTS era uma boa ideia, o governo usou vários argumentos. Campos alegava que o fundo daria “estabilidade real” ao trabalhador, uma vez que poucos atingiam dez anos na mesma empresa — muitos eram demitidos justamente para não alcançar o direito. Calculava-se que menos de 20% dos empregados eram estáveis.

Um anúncio da ditadura publicado nos jornais tratava a estabilidade como problema e o FGTS como solução: “Não há mais o fantasma da estabilidade, que aparentemente beneficiava [o trabalhador], mas que na maioria dos casos era o responsável pelo corte de muitas carreiras de futuro logo no começo”.

Apesar dos poderes de ditador, Castello não conseguiu aprovar o FGTS no Congresso Nacional. Em 1966, dois anos após o golpe, a ditadura militar ainda tentava manter uma aparência de democracia. Mesmo manietado por cassações e por dois atos institucionais que lhe suprimiram poderes, o Congresso não se curvou a Castello. Muitos deputados e senadores temiam desagradar aos eleitores se votassem pelo fim da estabilidade, um dos pilares da CLT.

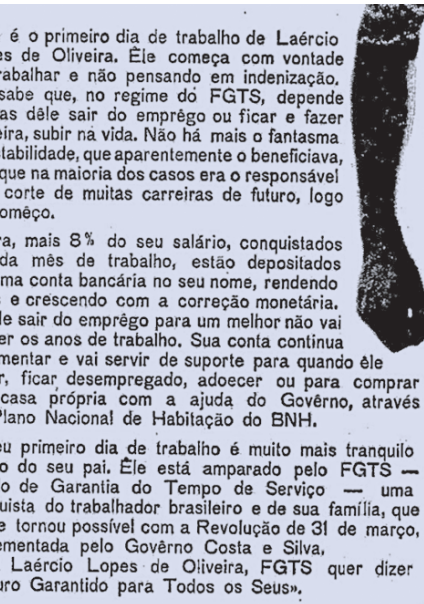
Os parlamentares do MDB, partido da “oposição consentida”, fizeram obstrução — contando com o apoio velado de parlamentares da Arena, o partido governista — até que o Parlamento entrasse em recesso.

Na sessão de 24 de agosto de 1966, que se estendeu até as primeiras horas da manhã seguinte, o senador Aurélio Vianna (MDB-GB) foi à tribuna atacar o projeto. Para ele, o ministro Roberto Campos queria agradecer ao capital internacional, que exigia, segundo ele, o fim da estabilidade como condição para investir no Brasil:

“Hoje é o primeiro dia de trabalho de Laércio Lopes de Oliveira. Ele começa com vontade de trabalhar e não pensando em indenização. Ele sabe que, no regime do FGTS, depende apenas dele sair do emprego ou ficar e fazer carreira, subir na vida. Não há mais o fantasma da estabilidade, que aparentemente o beneficiava, mas que na maioria dos casos era o responsável pelo corte de muitas carreiras de futuro, logo no começo.

Agora, mais 8% do seu salário, conquistados a cada mês de trabalho, estão depositados em uma conta bancária no seu nome, rendendo juros e crescendo com a correção monetária. Se ele sair do emprego para um melhor não vai perder os anos de trabalho. Sua conta continua a aumentar e vai servir de suporte para quando ele casar, ficar desempregado, adoecer ou para comprar sua casa própria com a ajuda do Governo, através do Plano Nacional de Habitação do BNH.

O seu primeiro dia de trabalho é muito mais tranquilo que o do seu pai. Ele está amparado pelo FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — uma conquista do trabalhador brasileiro e de sua família, que só se tornou possível com a Revolução de 31 de março, implementada pelo Governo Costa e Silva. Para Laércio Lopes de Oliveira, FGTS quer dizer «Futuro Garantido para Todos os Seus».



BIBLIOTECA NACIONAL

Este homem não quer indenizações. Quer progredir no trabalho.

Hoje é o primeiro dia de trabalho de Laércio Lopes de Oliveira. Ele começa com vontade de trabalhar e não pensando em indenização. Ele sabe que, no regime do FGTS, depende apenas dele sair do emprego ou ficar e fazer carreira, subir na vida. Não há mais o fantasma da estabilidade, que aparentemente o beneficiava, mas que na maioria dos casos era o responsável pelo corte de muitas carreiras de futuro, logo no começo.

Agora, mais 8% do seu salário, conquistados a cada mês de trabalho, estão depositados em uma conta bancária no seu nome, rendendo juros e crescendo com a correção monetária. Se ele sair do emprego para um melhor não vai perder os anos de trabalho. Sua conta continua a aumentar e vai servir de suporte para quando ele casar, ficar desempregado, adoecer ou para comprar sua casa própria com a ajuda do Governo, através do Plano Nacional de Habitação do BNH.

O seu primeiro dia de trabalho é muito mais tranquilo que o do seu pai. Ele está amparado pelo FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — uma conquista do trabalhador brasileiro e de sua família, que só se tornou possível com a Revolução de 31 de março, implementada pelo Governo Costa e Silva. Para Laércio Lopes de Oliveira, FGTS quer dizer «Futuro Garantido para Todos os Seus».

FGTS **BNH**
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO



Com anúncio, ditadura tenta convencer trabalhador a abrir mão da estabilidade

PROMULGADO FUNDO DE TEMPO DE SERVIÇO

BRASÍLIA (Sustantivo) — O presidente Castelo Branco promulgou ontem, com base no ato institucional nº 2, a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sem qualquer alteração ao texto original enviado pelo Executivo ao Congresso, que deixou intacto o prazo fixado para a votação da proposta.

O projeto foi no Congresso acompanhado de exposição de motivos dos ministros do Planejamento e do Trabalho e mantém a

dente a 6% (ou porcentagem) da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, optante ou não, excetuadas as parcelas não mencionadas nos Artigos 457 e 458 da CLT.

Parágrafo único — As contas bancárias vinculadas a este artigo serão abertas em nome do empregado que houver optado pelo regime desta Lei, ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante.

que se seja estabelecido individualmente ou em sociedades;

b) aquisição de moradia própria, nos termos do artigo sétimo desta Lei;

c) assistência grave e prevenção pessoal ou familiar;

d) aquisição de equipamento destinado à atividade de natureza autônoma;

e) casamento do empregado do sexo feminino;

f) Durante a vigência do contrato de trabalho, a conta bancária pode-

manutenção do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo 3.º — No programa de aplicação serão incluídas provisões do INPS para a execução do programa habitacional.

Parágrafo 4.º — Aos agentes financeiros será creditada, a título de taxa de administração, porcentagem não superior a 1% (um por cento) das depósitos efetuados, a qual será fixada anualmente, para resíduo do País, pelo Conselho Monetário Nacional.

acionar diretamente a empresa, por intermédio da Justiça do Trabalho, para compelir a deitar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei, com as custas de artigo 12.

Parágrafo único — De proposta de reclamado, será sempre admitido o depósito local da entidade de Previdência Social a que for filiado o empregado.

Instruções baixadas pelo ministro do Trabalho, Sr. Luis Gonzaga do Nascimento, em 13 de julho de 1966.

AUMENTOS JÁ TÊM NOVA INSTRUÇÃO

BIBLIOTECA NACIONAL

Correio da Manhã noticia em 1966 promulgação automática da lei do FGTS, após Congresso negar-se a aprová-la

— É público e notório que o senhor ministro do Planejamento vem defendendo essa tese que interessa aos grupos estrangeiros no sentido de extinguir o cerne da legislação social do Brasil, que é o instituto da estabilidade — disse ele, de acordo com documentos históricos guardados no Arquivo do Senado.

Para Montoro, ao acabar com a estabilidade, o Brasil violaria um acordo internacional firmado em 1948 na Conferência Interamericana de Bogotá, por meio do qual os países do continente se comprometeram a “assegurar a permanência do assalariado no emprego, afastando o risco da despedida sem justa causa”.

— Se a estabilidade tem defeitos, e nós os reconhecemos, devem ser corrigidos, mas não ser eliminada a estabilidade — argumentou.

No dia seguinte, o senador Josaphat Marinho (MDB-BA) tachou o projeto de “injurídico, inconstitucional e ilegal” e anunciou que tentaria invalidá-lo no Supremo Tribunal Federal (STF). Para ele, era ilegal propor ao trabalhador a opção de abrir mão de direito:

— Não pode a lei ordinária, hierarquicamente subordinada à Constituição, permitir simples opção, pois esta anula o caráter de obrigatoriedade das garantias, importando, na prática, supressão de uma delas.

O presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade (Arena-SP), abriu a votação: 100 deputados votaram sim, 40 votaram não e 2 se abstiveram. A votação, porém, não valeu, pois era necessária a presença de ao menos 203 deputados. Os senadores nem chegaram a votar.

Para aprovar o FGTS, Castello se valeu do Ato Institucional 2 (AI-2), de 1965, que previa a promulgação automática de projetos da Presidência que não fossem votados em 30 dias. O FGTS tornou-se a Lei 5.107, promulgada em 13 de setembro de 1966. Em 1970, estimava-se que 70% dos trabalhadores haviam aderido ao fundo.



Em 50 anos, FGTS financiou 11,5 milhões de imóveis no país

A criação do FGTS teve consequências positivas e negativas. O saldo tornou-se de fato importante no financiamento da construção imobiliária. A Caixa estima que, nos primeiros 50 anos (entre 1967 e 2017), o fundo tenha custeado 11,5 milhões de imóveis.

O dinheiro do FGTS, porém, nem sempre foi bem usado. Desvios de recursos pipocaram no noticiário nos anos 80 e 90. Conjuntos habitacionais foram erguidos a valores superfaturados ou nunca foram terminados. Estados e prefeituras recorreram ao fundo para custear saneamento, infraestrutura e habitação e jamais pagaram a conta. O BNH foi extinto em 1986 e a gestão do FGTS passou para a Caixa.

O trabalhador sempre teve dificuldade para fiscalizar se o empregador estava de fato depositando os 8%. Só em 1989 o extrato mensal da conta se tornou obrigatório.

O saldo do FGTS foi cobiçado para diversos usos, em geral como forma de estimular a economia. Em 1993 e 2017, o saldo das contas inativas foi liberado. Em 1997, para estimular um programa de privatizações, foi permitido o uso de 50% do saldo das contas em ações da Vale e da Petrobras.

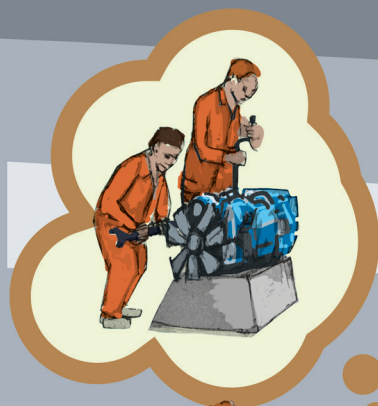
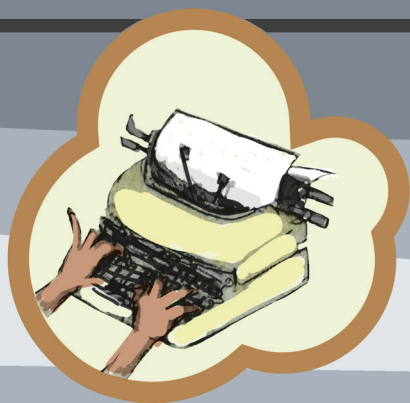
A Constituição de 1988 assegurou o FGTS ao trabalhador rural. Em 2015, o trabalhador doméstico ganhou de vez esse direito.



Veja vídeo sobre a história do FGTS:
<http://bit.ly/50anosFGTS>

Em 1971, reforma tornou ensino técnico obrigatório

por Tatiana Beltrão



Lei criada pelo governo militar instituiu a profissionalização compulsória no 2º grau. Porém, sem condições de ser implementado, o modelo acabou revogado pelo próprio regime uma década depois



Em 2017, o Senado aprovou e a Presidência da República sancionou uma reforma no ensino médio que ampliou a carga horária dos alunos e permitiu que eles próprios escolhessem uma parte das disciplinas que iriam cursar.

Não foi a primeira vez que o ensino médio foi reformulado. Quase meio século antes, o país viveu um processo semelhante. Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil.

Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazo, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos a serem oferecidos, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas, como auxiliar de escritório ou de



Laboratório de escola estadual em Curitiba nos anos 1970: cursos profissionalizantes exigiam investimento em infraestrutura

enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas.

A formação geral, antes oferecida por meio do secundário (que podia ser clássico ou científico), perderia espaço.

A necessidade de mão de obra foi o argumento do governo de Emílio Médici ao conceber a reforma do ensino. O Brasil vivia o “milagre econômico”, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento. O país precisava de trabalhadores, sustentava o presidente.

Em 1970, o governo nomeou nove especialistas para elaborar a reforma. O anteprojeto ficou pronto em dois meses. Em junho de 1971, chegou ao Congresso.

A reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e acadêmico para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º graus voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei 5.692.

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública”.

A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho.

Para o professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Antônio Cunha, a terminalidade era o principal objetivo do governo. Mais do que atender supostas necessidades do mercado, o que o regime militar queria era reduzir a demanda por vagas no ensino superior, sustenta Cunha, autor de obras sobre ensino técnico-profissional. Na época, conta ele, o governo era pressionado pelos chamados excedentes — estudantes que eram aprovados no vestibular, mas não conseguiam entrar na universidade (explica-se: o vestibular não era classificatório; todos que obtivessem uma determinada nota poderiam, em tese, ingressar na faculdade).

— Os governos que sucederam o golpe de 1964 tinham como tônica

a redução dos gastos governamentais com ensino. Para isso era necessário reduzir a demanda de ensino superior, que crescia de forma intensa. O instrumento foi a profissionalização universal e compulsória de todo o 2º grau. A necessidade de mão de obra não foi a motivação, isso era ilusório — sustenta.

Uma das integrantes do grupo de trabalho que elaborou a reforma em 1970, a professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Magda Soares afirma que a intenção dos especialistas era outra. A proposta do grupo, conta ela, era dar oportunidades de profissionalização aos alunos. Uma base de estudos gerais prepararia os jovens que o desejassem para o ensino superior, ao mesmo tempo em que uma habilitação de nível médio já lhes possibilitaria uma ocupação, o que beneficiaria sobretudo os mais pobres. Mas isso “foi um sonho que não se realizou”, diz.

A aprovação no Congresso foi rápida, sem espaço para debate nem dentro nem fora do Parlamento. O país vivia o período mais duro do regime, e o Legislativo, que havia sido fechado pelo AI-5 em 1968 e reaberto apenas no ano seguinte, estava ceifado por cassações de mandatos.

O Projeto de Lei 9/1971 chegou ao Congresso em regime de urgência. Em 40 dias, foi analisado por uma comissão mista (que tinha 18 parlamentares da Arena, o partido do governo, e apenas 4 do MDB, o partido da oposição) e encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A discussão e a votação no Plenário do Congresso Nacional ocorreram em um único dia, em julho de 1971.

Os poucos deputados e senadores que se manifestaram em Plenário apoiaram a proposta, mostram documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília.

— Tornam-se inadiáveis medidas concretas para acelerar o preparo do povo brasileiro. O país precisa de mão de obra de melhor qualidade e maior quantidade, no menor tempo possível — disse o deputado Flexa Ribeiro (Arena-RJ).

O relator do projeto foi o deputado Aderbal Jurema (Arena-PE), que havia integrado o grupo de especialistas responsável pela elaboração da reforma, em 1970. Aos colegas, o relator ressaltou que a proposta daria ao ensino médio “uma finalidade própria”:

— Não podíamos continuar de braços cruzados diante de um ensino que não preparava o aluno para se tornar um instrumento válido, frente à



Em 1977, o presidente Ernesto Geisel inaugura escola do Senai em Taubaté (SP)

carência de recursos humanos.

O deputado Cantídio Sampaio (Arena-SP) frisou que os estudantes que terminavam o curso secundário (o curso científico ou o clássico, ambos de formação geral) “estavam praticamente inabilitados para a vida, porque não tinham uma profissão”.

Nem mesmo a oposição ousou confrontar a reforma. O deputado Larte Vieira (MDB-SC) apenas ponderou que a implementação do profissionalizante não seria fácil. Ele disse que o relator sabia que não havia corpo docente para transformar o país “de uma hora para outra”, ministrando ensino técnico. “Com que estrutura?”, questionou.

— Reconhecemos, nós da oposição, que as intenções do governo são válidas. Mas não queira Vossa Excelência convencer a todos nós e aos brasileiros que com este projeto estão dando, de imediato, habilitação profissional àqueles que concluem o curso — pontuou o deputado, pedindo desculpas pela intervenção e frisando que, apesar das ressalvas, o texto teria “aprovação pacífica”.

Na tramitação do projeto no Congresso, mais de 300 emendas foram

apresentadas. A maioria, porém, era inócua, avalia o educador Dermeval Saviani, especialista em história da educação. Nenhuma contestava os princípios da reforma. Muitas, ao contrário, buscavam deixar ainda mais explícitos os objetivos do governo, diz Saviani, que estudou a atuação do Parlamento nas reformas educacionais.

Um exemplo é a emenda que reforçou a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau. O texto enviado ao Congresso determinava que a parte de formação especial, que deveria ser predominante no currículo do 2º grau, seria destinada à habilitação profissional ou “ao aprofundamento em determinadas ordens de estudos gerais”. Vários parlamentares apresentaram emendas para excluir essa abertura à formação geral. Uma delas, do deputado Bezerra de Mello (Arena-SP), foi aceita. O projeto passou a determinar que o objetivo da formação no 2º grau seria unicamente a habilitação profissional. Só excepcionalmente o currículo poderia voltar-se ao “aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais”.

O deputado justificou: “É necessário fechar de uma vez por todas a porta das escolas ao ensino verbalístico e acadêmico, que não formam nem para o trabalho nem para a vida. A alternativa ‘ou aprofundamento de estudos gerais’ seria a grande brecha por onde resvalariam as escolas e os sistemas avessos à formação profissional do jovem”.



Alunos do Senac em Belém: cursos de datilografia eram frequentes nas escolas

Anos depois, de volta ao Congresso como senador, Passarinho diria aos colegas em Plenário que todos ali deviam saber que a profissionalização obrigatória no 2º grau havia surgido por imposição do Parlamento, e não do governo. Uma emenda de um deputado alterou o texto original nesse sentido, afirmou o ex-ministro em agosto de 1982, quando o Congresso avaliava uma nova lei que revogaria a reforma de 1971.

Saviani, no entanto, contesta a tentativa de atribuir a responsabilidade ao Congresso.

— O espírito [do projeto do governo] era esse mesmo, de profissionalização obrigatória, compulsória. Quando o relator acolheu a emenda, foi porque entendeu que ela correspondia ao espírito do projeto original. Dizer que a responsabilidade foi do Parlamento é desconversar, porque o Parlamento estava subordinado ao governo.

Outro argumento utilizado pelo governo militar para defender o novo ensino médio era a necessidade de romper com o conceito de que o ensino técnico era para os filhos dos pobres e que a universidade era para os filhos dos ricos. O que ocorreu foi que os estudantes com melhor nível financeiro encontraram escolas particulares que burlaram a exigência do ensino técnico e continuaram se dedicando à formação geral, que preparava para o vestibular.

Os jornais comemoraram a sanção da Lei 5.692, em agosto de 1971. O ensino médio “objetivo e profissional” marcaria “o despertar de um Brasil novo”, diziam alguns editoriais. Um ano depois, porém, já apareciam críticas à reforma, mostrando as dificuldades das escolas e dos governos na implantação do ensino profissionalizante.

Em novembro de 1972, o *Jornal do Brasil* deu voz a secretários estaduais de Educação que se queixavam da falta de recursos. “As despesas exigidas pelas mudanças tornaram a situação mais difícil e mesmo as injeções de verbas feitas pelo MEC não são suficientes para amenizar o deficit”, dizia a reportagem, citando a falta de professores e lembrando que muitas escolas tinham instalações precárias e estavam mal equipadas. “Poucas terão condições de proporcionar o ensino profissionalizante sem fazer gastos acima de suas possibilidades”, previa o jornal.

Nos anos seguintes, a imprensa continuaria refletindo os percalços da reforma. “Ensino técnico é de difícil implantação e caríssimo”, reclamou o secretário de Educação de São Paulo, José Bonifácio Nogueira, ao

jornal *O Estado de S. Paulo* em 1975.

A implantação de uma mudança tão ampla era mesmo complexa, explica o consultor legislativo do Senado José Edmar de Queiroz.

— A legislação mudou sem que os sistemas de ensino, a rede física e os recursos humanos estivessem preparados para atender a nova regra. Uma escola ensina curso clássico e científico e de repente tem que ensinar profissionalizante? Isso não é simples. As escolas não se adaptaram.

O consultor conta casos como o de um colégio onde os alunos do curso de datilografia, por falta de máquinas de escrever, treinavam em uma cartela com teclas desenhadas. Relatos semelhantes apareciam nos jornais. Uma professora admitiu em 1977 que sua escola não tinha nem mesmo tubos de ensaio, mas oferecia curso de laboratorista em análises clínicas.

Queiroz, autor de um estudo sobre a reforma do ensino médio, aponta outro problema: ninguém queria o profissionalizante. Tanto os estudantes quanto suas famílias sonhavam com a universidade. Porém, a preparação para o vestibular se tornara falha, principalmente nas escolas públicas.

A necessidade de profissionais para o mercado de trabalho também se mostrou enganosa.

— A suposição de uma demanda de técnicos que justificaria uma reforma dessa amplitude não tinha base na realidade e não se demonstrou efetivamente — afirma Dermeval Saviani.

Os próprios empresários tendiam a preferir que a escola garantisse a formação geral, explica o professor. Mas erro maior, avalia, foi a concepção da reforma sobre o papel da escola:

— Dizia-se que a escola estava defasada e deveria se articular para atender as demandas do mercado de trabalho. Acontece que escola não é agência de treinamento profissional para empresas. Escola é instituição de formação dos seres humanos, de acesso à cultura letrada.

Ao falar à imprensa no fim de 1971, fazendo um balanço do ano, Jarbas Passarinho vaticinou:

— A reforma do ensino marcará profundamente a educação brasileira. Ela é de tal profundidade que, como um enorme êxito ou como um enorme fracasso, não deixará de marcar.

Em relação ao 1º grau, a reforma teve êxito, dizem especialistas. Ela trouxe avanços importantes, como a expansão do ensino obrigatório de quatro para oito anos e o fim do exame de admissão que o concluinte do

primário precisava fazer para continuar os estudos — e que barrava muitos alunos. Mas para o 2º grau foi um fracasso, avalia o professor Luiz Antônio Cunha.

— Disso não resultou absolutamente nada, a não ser desorganização escolar no ensino médio, cujos resultados negativos estão presentes até hoje. Se de repente todo o ensino de 2º grau é obrigado a se enquadrar em determinada forma compulsoriamente, algumas escolas até conseguem, outras menos, mas a falsificação vira a tônica. O que tivemos de ensino falsamente profissional é algo de arrepiar.

A professora Magda Soares, do grupo que elaborou a reforma, reconhece que os sistemas de ensino não tinham condições de colocar em prática o que determinava a lei.

— Educadores que éramos, não nos demos conta de que a realidade se impõe ao desejável. A profissionalização requeria das redes públicas e das escolas uma reformulação que exigia mudanças pedagógicas, de infraestrutura, de qualificação de professores. Mudanças radicais e mesmo quase impossíveis, por questões de financiamento, de contratação de novos professores, de construção de laboratórios e oficinas. Não foi viável — relata.

O professor Remi Castioni, da Universidade de Brasília (UnB), diz que a falta de preparação das redes de ensino para a efetivação das mudanças não foi exclusiva da reforma de 1971:

— Tivemos várias tentativas de mudar o ensino médio, mas todas tiveram a mesma dificuldade: a falta de preparo das pessoas que colocariam essas políticas em prática. A implementação é o fator definidor do sucesso de qualquer política educacional.

A reforma educacional de 1971 também mexeu na organização das escolas. Até então, a educação básica era dividida em primário (com quatro anos de duração) e ensino médio (composto por ginásio e colegial, com oito ou nove anos). Foi com a reforma que se criaram o 1º e o 2º grau. O 1º grau uniu o primário e o ginásio, somando oito anos. O 2º grau ficou com três anos.

Em meio às críticas à profissionalização compulsória, a ditadura permitiu flexibilizações na Lei 5.692 ao longo dos anos. Por fim, em 1982, o Congresso recebeu do governo militar o projeto que extinguiria a exigência de habilitação profissional.

O relator da proposta, deputado Rômulo Galvão (PDS-BA), explicou em Plenário por que era preciso acabar com o profissionalizante obrigatório. Disse que, nos dez anos de vigência da lei, se detectaram “inarredáveis dificuldades” em sua implantação.

Além da falta de professores especializados, equipamentos e instalações, Galvão citava outros fatores que motivavam a mudança da norma. A formação dos jovens ficou comprometida com o empobrecimento da cultura geral; a preparação para os cursos superiores passou a depender cada vez mais dos cursinhos; não se estabeleceu a correlação entre os técnicos formados e as necessidades do mercado; a profissionalização efetiva não ocorreu, tendo sucesso apenas nos sistemas de treinamento (como as escolas do Senai e do Senac); e os próprios educadores começaram a indagar se seria pedagogicamente aceitável impor ao jovem uma tomada de decisão precoce sobre seu futuro profissional.

— Nessa fase, visa-se à formação integral do adolescente, centrada basicamente na educação geral, à qual se deve associar uma adequada visão do mundo do trabalho, mas sem chegar necessariamente à profissionalização definitiva — argumentou o relator.

O projeto foi aprovado. Em outubro de 1982, o último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo, sancionou a Lei 7.044, que extinguiu o caráter obrigatório da profissionalização. A “qualificação para o trabalho” determinada pela reforma foi substituída pela expressão “preparação para o trabalho”, retirando a exigência de habilitação profissional, que passaria a ser opcional para as escolas. A ideia do ensino profissionalizante obrigatório acabaria sepultada pela própria ditadura que a concebeu.

Intenção era dar oportunidades aos estudantes, diz Passarinho

No livro *A Educação Ontem, Hoje e Amanhã*, que publicou em 1999, Jarbas Passarinho relembra sua passagem pelo Ministério da Educação e fala sobre “a polêmica reforma do 1º e 2º graus”. O ex-ministro afirma que a intenção da mudança no 2º grau era valorizar o ensino profissionalizante e oferecer mais oportunidades aos estudantes.

“Paralelamente à reforma do ensino fundamental, nós queríamos prestigiar a educação profissional”, diz ele, argumentando que tal modalidade era historicamente vista como destinada aos mais pobres. “O candidato já entrava [no ensino profissional] com o estigma de classe menos favorecida. Acabamos com isso. Fizemos com que esses cursos fossem ambivalentes, cuidados da formação profissional e, ao mesmo tempo, dando ao aluno condição de ir para uma universidade, após a conclusão.”

Porém, conta ele, na tramitação no Congresso, algumas bancadas resolveram instituir a obrigatoriedade da reforma em todos os casos. “Nós do ministério não queríamos isso, pois 75% dos alunos já saíam profissionalizados do 2º grau, caso dos cursos das escolas normais para professores, das escolas técnicas federais, dos colégios agrícolas, dos colégios comerciais e industriais etc. Mas cedi e, infelizmente, isso provocou certa deformação da Lei 5.692.”

Passarinho afirma que foi um erro que poderia ter sido corrigido se houvesse no país continuidade para os atos do governo. Ele frisa os pontos positivos da reforma, como a escolarização obrigatória, que passou de quatro para oito anos.

“Quando deixei o MEC em 1974, a taxa de escolaridade dos 7 aos 14 anos tinha subido de 51% para 81%”, diz, citando também o aumento do gasto em educação, que, segundo ele, passou de 2% do PIB em 1965 para 4,5% em 1974.



ARQUIVO SENADO FEDERAL

Jarbas Passarinho publicou livro em que relata sua atuação à frente do Ministério da Educação



Escola oferecia aulas de marcenaria e datilografia

Em 1972, o *Jornal do Brasil* acompanhou o início das aulas em uma das escolas públicas do Rio eleitas pelo governo como pilotos na implantação da reforma do ensino.

“Ensinar para a vida é um dos lemas do Gonzaga da Gama, por isso o forte do colégio são as oficinas”, dizia reportagem do *JB*, informando que os alunos aprendiam a datilografar e a fazer um “bem torneado pé de mesa”.

O Colégio Gonzaga da Gama era conhecido pela qualidade do corpo docente e também de suas oficinas.

— O colégio despertou minha curiosidade para a área profissional. Tínhamos ótimos professores, didática pioneira, oficinas bem montadas — conta Hélio de Mattos Alves, aluno da escola de 1970 a 1973.

Alves praticou marcenaria, metalurgia e artesanato em couro. Filho de operário, aos 15 anos começou a trabalhar em uma fábrica de luvas,

20 — ENSINO

JORNAL DO BRASIL □ Domingo, 12, e 2.ª feira, 13/3/72 □ 1.ª Caderno

Sousa Leão: colégio mais sofisticado explora ao máximo os recursos audiovisuais de ensino

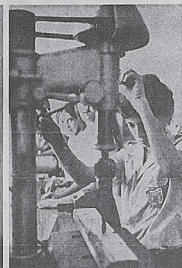
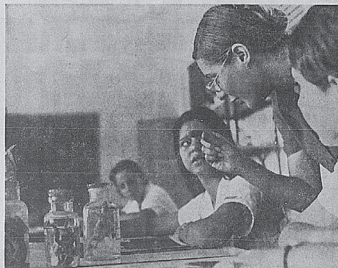


LMBORA criticada por uns, desprezada por outros e pouco conhecida pela maioria dos professores e alunos, a reforma aí está. Na semana passada ela deixou de ser um tema ainda a discutir, para se transformar numa presença real, gostem ou não dela, aceitem ou não as suas determinações. Quem está melhor preparado para implantar uma boa reforma, e escola particular ou a oficial? O JORNAL DO BRASIL assistiu a algumas aulas em dois dos mais conceituados colégios do Rio: o Instituto Sousa Leão, particular, e o Colégio Gonzaga da Gama, estadual e um dos 17 que compõem o plano-piloto da Secretaria de Educação. Em alguns aspectos os colégios particulares

levam vantagem sobre os demais. Se seus professores não se adaptam aos novos planos de ensino, é possível dispensá-los e contratar outros mais capazes. Esta medida a rede oficial não pode tomar e a solução é trabalhar com os que já tem, reciclando-os quando necessário e possível. A reforma vai exigir dos professores uma dedicação integral e isso os colégios particulares podem conseguir mediante o aumento salarial, que a rede estadual não se encontra em condições de dar. Existe uma competição, embora velada. Ela é construtiva? Alguns acham que sim. Ela funcionará como um espécie de filtro: o que é bom fica, o que não serve é eliminado

Reforma do ensino começa a virar realidade nas escolas

Madalena Almeida



Colégio Gonzaga da Gama: o ensino técnico tem a mais alta importância porque a Universidade não é o objetivo supremo de seus alunos, oriundos das classes média e média-baixa

Em 1972, o *Jornal do Brasil* acompanhou as aulas em escola-piloto da reforma

JORNAL DO BRASIL 12/3/1972

usando o que aprendera na escola.

A qualidade, porém, não era regra na rede pública. Depois do Gonzaga da Gama, Alves estudou em outra escola, onde os alunos se formavam técnicos em química.

— O curso era péssimo. Nem laboratório havia — lembra.

A formação geral também era falha. Por isso, o jovem, que queria fazer universidade, foi para um colégio particular, que preparava para o vestibular. Formou-se em farmácia e hoje é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



ARQUIVO PESSOAL

Hélio de Mattos Alves em 1973, em foto feita no Colégio Gonzaga da Gama



Vídeo sobre a reforma do ensino médio:
<http://bit.ly/Reforma1971>

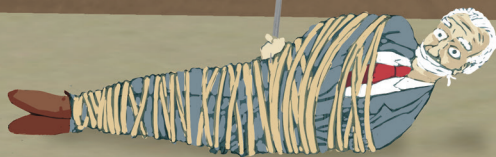
Em 1976, Lei Falcão amordaçou candidatos na TV

por Guilherme Oliveira





Norma impedia que candidatos falassem aos eleitores na televisão e no rádio e permitia apenas que um locutor lesse nome, partido, número e currículo deles. Senadores do MDB criticaram o projeto, mas a lei acabou aprovada como os militares desejavam



A campanha eleitoral de 2016 foi a mais curta em anos. Graças a uma reforma aprovada pelo Congresso Nacional, os candidatos a prefeito e vereador tiveram no primeiro turno 45 dias para pedir votos (antes eram 90 dias) e 35 dias para fazer uso do rádio e da TV (antes eram 45 dias). Cada um dos dois blocos de propaganda eleitoral foi de 10 minutos (antes eram 30 minutos).

Em 1976, outra lei fez uma simplificação ainda maior das campanhas eleitorais. Era a Lei Falcão (Lei 6.339), que transformou a divulgação das candidaturas no rádio e na televisão numa verdadeira lista de chamada. Um locutor lia o nome, o partido, o número e o currículo de cada candidato. O postulante não podia apresentar suas propostas. Via-se apenas uma foto dele. No máximo, era permitido divulgar data e local de comícios.

A Lei Falcão valeu para as eleições municipais de 1976. Seu idealizador foi o ministro da Justiça, Armando Falcão. Conhecido pela defesa aberta da censura aos jornais e pelo uso contumaz da frase “nada a declarar” em respostas aos repórteres, Falcão ocupou o cargo durante todo o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979).

A Lei Falcão foi uma reação ao resultado das eleições de 1974, em que o MDB, partido oposicionista, cresceu e conquistou 15 das 22 cadeiras em disputa no Senado e 44% dos assentos na Câmara.

Oficialmente, a ditadura não admitia que a intenção era cortar as asas do MDB. Na exposição de motivos do projeto, o ministro explicou que a ideia era “reduzir desigualdades” entre municípios grandes, com acesso amplo a TV e rádio, e pequenos, onde esses recursos ainda não haviam chegado expressivamente.

Falcão também alegava querer “evitar tumulto” entre as cidades. A propaganda política dos municípios maiores acabava sendo retransmitida também para os municípios vizinhos. Discussões de problemas e propostas extrapolavam a população do próprio município, resultando, segundo ele, em “confusão no eleitorado”.

Os argumentos do ministro não convenceram o líder da minoria no Senado, Franco Montoro (MDB-SP). Em maio de 1976, um dia após o texto chegar ao Congresso, o senador disse que as mudanças previstas no que chamou de “projeto rolha” seriam um “inadmissível retrocesso na vida pública”:



REPRODUÇÃO VIDEO YOUTUBE

Campanha de Montoro se submete à Lei Falcão: norma da ditadura buscava frear crescimento do opositorista MDB

— Penso que nenhum país do mundo terá isto: não permitir que o grande meio de comunicação sirva para a informação política.

Documentos com toda a discussão da proposta no Congresso estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília. O senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) também criticou o projeto:

— O uso da televisão foi o único instrumento capaz de reduzir substancialmente a influência do poder econômico nas eleições. Na medida em que esse instrumento nos é cortado, significa uma volta a essa era.

O líder do governo, senador Petrônio Portella (Arena-PI), rebateu as acusações. Para ele, a TV e o rádio favoreciam, na verdade, o discurso unilateral dos políticos, uma vez que não permitiam a interação com o eleitorado. Dirigindo-se a Montoro, ele afirmou:

— O mais importante nos pleitos municipais é o contato direto do candidato com os maiores interessados pelos problemas brasileiros, que são exatamente as diversas camadas da população.

Montoro respondeu com ironia:

— Então por que o governo noticia as suas obras por meio da televisão, com programas coloridos, em vez de mandar agentes de casa em casa?

Montoro disse que o projeto reduzia o protagonismo e a força dos partidos, ao limitar a campanha a um desfile de fotos e nomes. Ele fez um



O ministro Armando Falcão, patrocinador do projeto que calou os candidatos na propaganda eleitoral. Abaixo, a assinatura dele no projeto enviado ao Congresso em 1976

apelo pela rejeição do texto:

— Tenho a certeza de que Vossas Excelências não de discordar dessas medidas e não vão impor ao povo brasileiro esta limitação: ser considerado incapaz de ouvir um debate. Acreditamos no poder de discernimento do povo. Apresentem-se argumentos de ambos os lados. Isso é democracia. Caso contrário, estaremos escolhendo uma “elite competente” e adotando outro processo, não o da escolha popular.

O senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) ficou encarregado de relatar a proposta. Ele rejeitou uma emenda do MDB que pretendia estabelecer que apenas um terço do tempo da propaganda eleitoral fosse regido pela Lei Falcão e que os

outros dois terços fossem usados livremente pelos partidos. Segundo ele, essa emenda seria negativa, pois favoreceria as “estrelas” dos partidos, em detrimento dos candidatos menores:

— A lei, visando coibir os efeitos danosos do poder econômico, resvalaria para a criação de um poder, igualmente nefasto, da oligarquia das direções partidárias. Passaria o eleitorado a ser manipulado pelos “comunicadores” da era eletrônica, escolhidos entre as estrelas de primeira grandeza dos quadros partidários — afirmou o relator.

O Congresso aprovou o projeto em junho de 1976. O texto foi promulgado por Geisel em julho.

Logo após orientar as eleições municipais de 1976, a Lei Falcão foi emendada para ser estendida aos pleitos estaduais de 1978. Essa alteração não passou pelo Congresso. Foi parte do Pacote de Abril, um conjunto

de decretos da ditadura que criaram novas normas eleitorais — a mais conhecida delas foi a instauração dos senadores biônicos, que seriam eleitos indiretamente.

A Lei Falcão foi suspensa em 1985, em meio à regulamentação das primeiras eleições municipais no país após a redemocratização. Apenas com a aprovação da Lei das Eleições (Lei 9.504), de 1997, a Lei Falcão foi definitivamente varrida do ordenamento jurídico brasileiro.



Piada de deputado foi gota d'água para ditadura propor lei

A gota d'água que levou a ditadura a redigir a Lei Falcão é atribuída ao deputado Getúlio Dias (MDB-RS). Segundo o *Correio Braziliense* de 12 de novembro de 1976, a aparição dele no último programa do MDB (oposicionista) antes das eleições parlamentares de 1974 irritou o governo. Dias fora antecedido por uma propaganda em que a Arena (governista) justificava a inflação. Ele rebateu a Arena com uma piada:

— Um homem pesca seis peixes para o almoço, mas tem que devolvê-los ao rio porque sua esposa não havia conseguido comprar óleo nem gás para cozinhar. Ao mergulhar de volta na água, um dos peixes celebra: “Viva a revolução de 1964!”.

O governo ficou furioso e, segundo o *Correio Braziliense*, decidiu agir para suprimir as manifestações nos programas eleitorais.

Dias integrou a comissão que estudou a Lei Falcão no Congresso. Num debate, disse que a Arena lançaria celebridades como candidatos, já que, com a mordada generalizada, nomes conhecidos do público levariam vantagem. O deputado Blota Júnior (Arena-SP), que era radialista, questionou o “tom pejorativo”. Dias respondeu que não iria “perder tempo” com aquela intervenção “aloprada”. O bate-boca foi contido pelo presidente da comissão, deputado Genival Tourinho (MDB-MG).



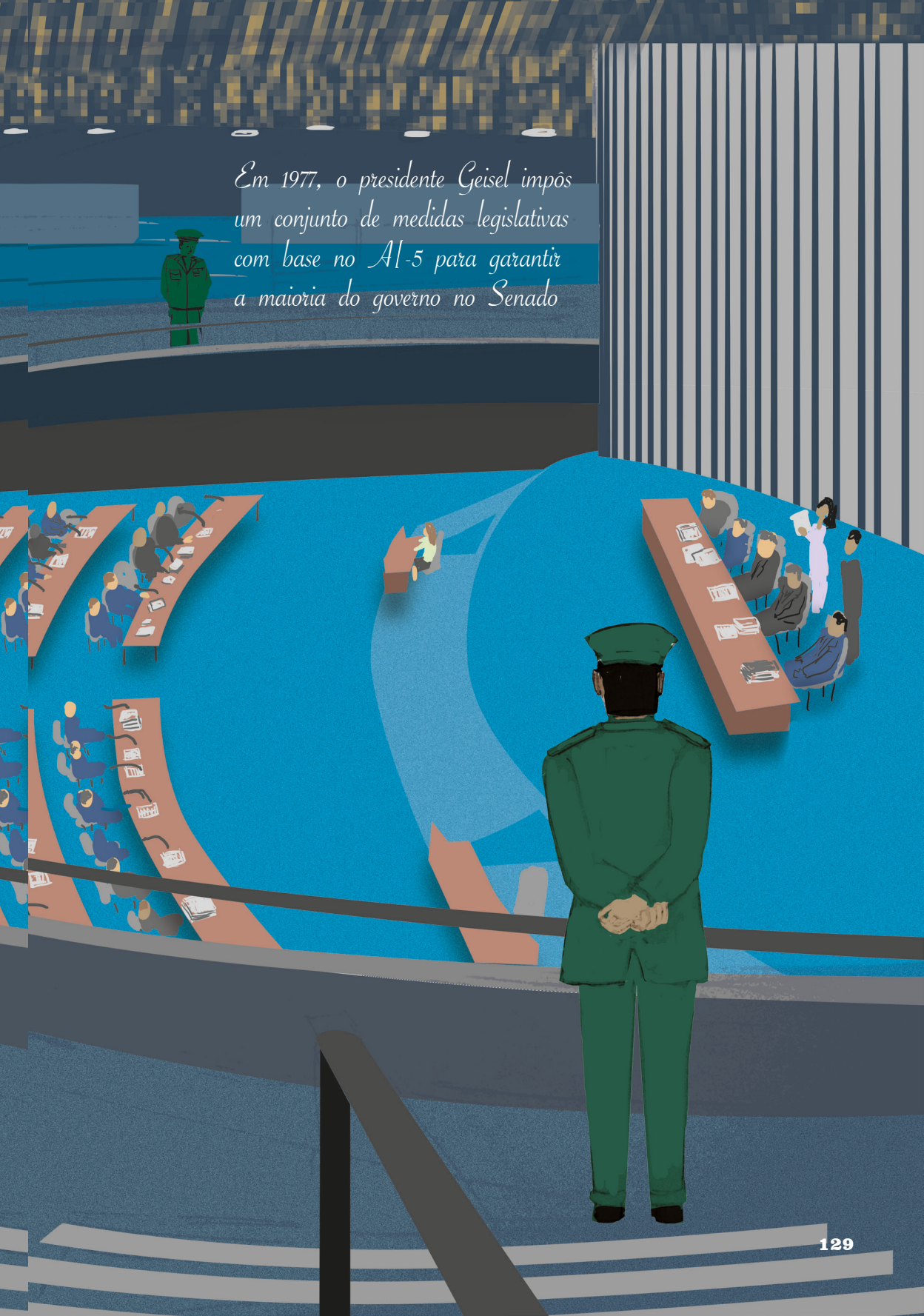
Assista a vídeo sobre a Lei Falcão:
<http://bit.ly/LeiFalcão>

Pacote de Abril adiou abertura política do país

por Joseana Paganine



Em 1977, o presidente Geisel impôs um conjunto de medidas legislativas com base no AI-5 para garantir a maioria do governo no Senado



Em 1º de abril de 1977, o Brasil acordou sem Congresso Nacional. O presidente da República, general Ernesto Geisel, tirou da gaveta o Ato Institucional 5 (AI-5), que não era usado desde 1969, para colocar o Parlamento em recesso. Duas semanas depois, Geisel anunciou um conjunto de medidas conhecido como Pacote de Abril, composto por uma emenda constitucional e seis decretos, e só depois disso reabriu o Congresso.

O objetivo principal do pacote era dar ao partido do governo, a Arena, o controle do Legislativo, com o aumento das bancadas do Norte e do Nordeste na Câmara dos Deputados e a eleição indireta de um terço dos senadores, a serem escolhidos por um colégio eleitoral constituído por deputados das assembleias legislativas e delegados das câmaras municipais.

Quarto presidente militar dos cinco que o Brasil teve após 1964, Geisel havia assumido o governo em 1974 com a promessa de conduzir o país à redemocratização por meio de uma “abertura lenta, gradual e segura”. Mas o surpreendente resultado positivo do partido da oposição, o MDB, nas eleições legislativas do mesmo ano colocou os militares em alerta.

A gota d’água foi a rejeição pelo Senado da proposta de reforma do Judiciário. A iniciativa encontrou resistência do MDB, e a Arena não tinha os dois terços de votos necessários para emendar a Constituição.

— Esse foi apenas o pretexto. O pacote foi uma reforma política para



LOPES/CORREIO BRAZILIENSE

Cerimônia de posse do presidente Geisel em frente ao Congresso, em 1974: três anos depois, ele fecharia o Legislativo

fornecer condições de sobrevivência ao regime militar, que se encontrava em processo de dissolução — explica o consultor legislativo do Senado e historiador Marcos Magalhães.

Ele ressalta que, ao assumir, Geisel encontrou um contexto desfavorável. Nas Forças Armadas, precisava conciliar grupos antagônicos, um deles favorável ao endurecimento do regime. Na economia, a situação também era delicada. O “milagre econômico”, no qual o governo Médici havia garantido sustentação, tinha se transformado em recessão, agravada pela crise internacional do petróleo.

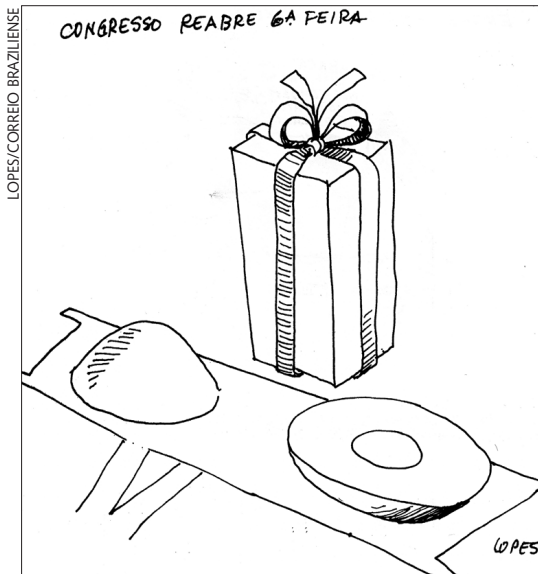
Do ponto de vista político, os resultados das eleições de 1974 sinalizavam que Geisel teria dificuldades no Legislativo. Na Câmara dos Deputados, o MDB ficou com 44% das vagas. No Senado, com 16 das 22 cadeiras em disputa (um terço das vagas).

Para o professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer, o principal efeito do Pacote de Abril foi evitar que o MDB fizesse maioria no Senado nas eleições seguintes. Na Câmara, o aumento do número de deputados não resultou em diferença significativa, apenas quatro vagas a mais para a Arena.

— Foi um passo atrás na redemocratização do Brasil, mas, na visão de Geisel, necessário ao processo de entregar o país a civis nos quais os militares confiassem — avalia Fleischer.

As medidas do pacote começaram a cair em 1980, quando o Congresso aprovou uma emenda restabelecendo as eleições diretas para governador e acabando com a escolha indireta de senadores.

Marcos Magalhães lembra o papel que os senadores do MDB tiveram nos dias difíceis que se seguiram ao pacote, entre eles Franco Montoro



Charge publicada em 1977 critica o Pacote de Abril, imposto pela ditadura militar

(SP), Itamar Franco (MG), Marcos Freire (PE) e Paulo Brossard (RS). O MDB montou estratégia para ocupar a tribuna do Plenário com discursos contra o regime. O primeiro foi Montoro, líder do partido:

— O MDB protesta em nome da consciência nacional contra o grave retrocesso político representado pelas medidas tomadas pelo Executivo.

Coube ao jurista Paulo Brossard, conhecido por sua oratória inflamada, fechar a série. Ele foi o autor do discurso contra a reforma do Judiciário o qual foi considerado o estopim para que o governo fechasse o Congresso. Em maio de 1977, Brossard chamou a atenção para a singularidade do regime no Brasil, que misturava instrumentos autoritários com o funcionamento parcial de instituições democráticas, modelo único entre as ditaduras latino-americanas:

— O regime que pretenderam instituir no nosso país, reunindo a um tempo a suposta legalidade e o puro arbítrio, a convivência de duas ordens, uma pretensamente constitucional, a outra declaradamente extralegal, tinha de dar no que deu, pela singela razão de que elas são incompatíveis, excluem-se reciprocamente, motivo pelo qual, em verdade, as duas ordens nem são duas, nem são ordens: a desordem é uma só.

Por discursos como esses, os senadores do MDB correram risco de

FOTOS: ARQUIVO SENADO FEDERAL



Eleito pelo Rio Grande do Sul, Paulo Brossard era reconhecido pela oratória



Franco Montoro, senador de São Paulo, era líder do MDB na Casa

cassação. Foi o que acabou acontecendo em junho de 1977 com o deputado federal Alencar Furtado (MDB-PR).

Marcos Magalhães lembra a tarefa assumida por representantes da Arena de evitar mais perdas de mandato:

— Sabemos do papel de alguns mediadores, como o presidente do Senado, Petrônio Portella, homem forte do regime. O dispositivo de segurança do regime militar continuava efetivo. Geisel se propôs a desmontá-lo, mas teve grande dificuldade.

A ex-secretária-geral da Mesa do Senado Sarah Abrahão escreveu no livro *Memórias do Senado* que o Pacote de Abril poderia ter sido ainda mais duro não fosse a intervenção de Petrônio Portella. De acordo com ela, a intenção dos militares era “acabar com o Congresso Nacional”.

Portella fazia parte do grupo que elaborou o pacote e ficou conhecido como Constituintes do Riacho Fundo, referência ao nome da granja onde morava o ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, em Brasília, e ao poder legislador concedido ao Executivo pelo AI-5.

O pacote

Eleições indiretas para governador (governador biônico)



Eleições indiretas para um senador por estado (senador biônico). Os outros dois senadores continuaram eleitos por voto popular



Redução do quorum mínimo para aprovar emenda constitucional de dois terços para maioria simples



Ampliação das bancadas do Norte e Nordeste na Câmara dos Deputados



Ampliação do mandato do presidente, a ser escolhido indiretamente em 1978, de cinco para seis anos



Criação do estado de Mato Grosso do Sul



Extensão às eleições estaduais e federais da Lei Falcão, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. A lei foi criada em 1976 só para as eleições municipais



Instituição de sublegendas, na eleição direta para senador, permitindo aos partidos apresentar mais de um candidato. Os votos dados às sublegendas eram somados e a totalidade atribuída ao candidato mais votado





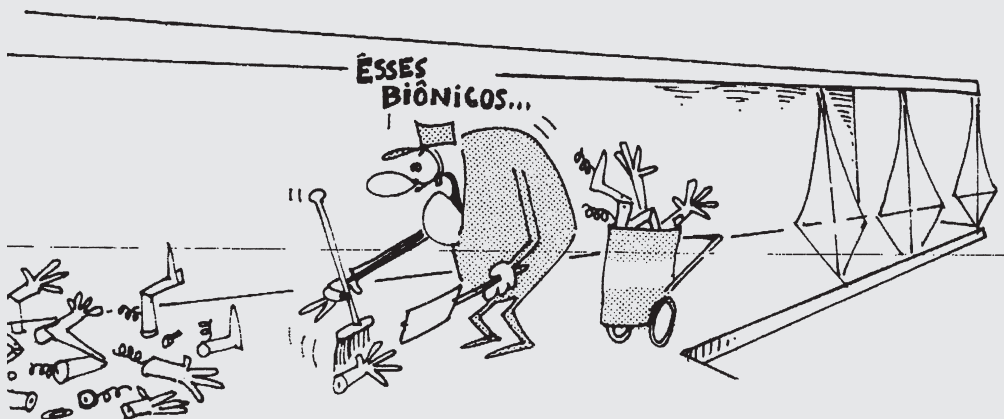
Senador eleito por via indireta era chamado “biônico”

Senadores e governadores eleitos indiretamente ficaram conhecidos como “biônicos”.

O termo era uma referência ao seriado de televisão *O Homem de 6 Milhões de Dólares*, que fazia muito sucesso na época. O personagem principal da produção americana, exibida pela TV Bandeirantes, havia sido mutilado em um acidente e teve o corpo reconstituído por meio de implantes “biônicos”.

Como não eram escolhidos por voto popular, governadores e senadores biônicos eram considerados um artifício para interferir nos rumos políticos do país.

GLAUCO/FOLHA DE SP PAULO



Veja vídeo sobre o Pacote de Abril:
<http://bit.ly/videoPacoteAbril>

Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar

por Ricardo Westin



Brasileiros que não sabiam ler e escrever perderam o direito de ir às urnas para escolher os governantes em 1881, no Império, e só o recuperaram em 1985, após o Congresso Nacional mudar artigo da Constituição



A pesar da incompatibilidade ideológica, João Goulart e Castello Branco concordavam em um ponto. Papéis históricos sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que tanto o presidente de esquerda derrubado pelos militares quanto o marechal de direita alçado pelo golpe militar à Presidência da República tentaram dar aos analfabetos o direito de votar.

Eles não tiveram sucesso. Os iletrados só depositariam o voto na urna em novembro de 1985, na primeira eleição após a ditadura, para escolher prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e cidades em área de segurança nacional.

Em três décadas, entre as eleições municipais de 1985 e as de 2016, o total de brasileiros incapazes de ler e escrever caiu de 19 milhões para 13 milhões — de 25% para 8% da população adulta.

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em março de 1964, João Goulart escreveu:

“Considerando-se que mais da metade da população é constituída de iletrados, pode-se avaliar o peso dessa injustiça. O quadro de eleitores já não representa a nação”.

Castello recorreu a outro argumento na proposta que apresentou aos congressistas em junho do mesmo ano:

“Em nossos dias, pelas novas técnicas da comunicação e da convivência, o analfabeto já se informa, já tem consciência de colaborar na existência coletiva pelo seu trabalho e já pode participar da vida cívica”.

Não era contraditório que o primeiro presidente do regime militar defendesse o sufrágio universal. No início, os artífices do golpe não pretendiam eliminar a eleição direta nem implantar a ditadura. O plano era afastar o perigo comunista e devolver o poder aos civis em 1966.

O desejo de João Goulart não vingou porque ele foi destituído duas semanas após enviar a mensagem. O Congresso Nacional rejeitou a proposta de Castello.

Os analfabetos votaram durante a maior parte da história do Brasil. Na Colônia, as Ordenações Filipinas diziam que, não sabendo os eleitores escrever, “ser-lhes-á dado um homem bom que com eles escreva” e “que não descubra o segredo da eleição”.

Após a Independência, os analfabetos continuaram votando. Isso não quer dizer que os pobres fossem aceitos na vida política do Império.

O principal requisito para ser eleitor era dispor de uma renda líquida de pelo menos 100 mil réis por ano.

De qualquer forma, seria um absurdo estabelecer a alfabetização como exigência, porque até a elite seria impedida de ir às urnas. Mais de 90% dos brasileiros eram iletrados no início do Império.

A guilhotina caiu sobre os analfabetos em 1881, depois que o Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram a Lei Saraiva, com a exigência do letramento.

— A ignorância, porque se generaliza, adquire o direito de governar? — argumentou o ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira, em 1879. — Se há no Império oito décimos de analfabetos, direi que eles devem ser governados pelos dois décimos que sabem ler e escrever.

O projeto que deu origem à Lei Saraiva foi redigido pelo jovem advogado e deputado geral Ruy Barbosa (BA).

— Ruy dizia que escravos, mendigos e analfabetos não deveriam votar porque careciam de ilustração e patriotismo e não sabiam identificar o bem comum — diz Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre 1881 e 1985, todas as tentativas de acabar com a exclusão dos iletrados naufragaram. A proposta feita por Castello Branco em 1964 era cautelosa. Para vencer a resistência, liberava o voto do analfabeto só nas eleições municipais. Não adiantou.

— Jamais se deve premiar o analfabeto — argumentou o senador Mi-



CPDOC/IB

...ras de Saturnino, mostraram contentes o dedo

Analfabetos votaram com emoção em seção eleitoral exclusiva

Em 201 cidades de todo o país, os analfabetos tiveram ontem seu primeiro contato com as urnas eleitorais. No Rio, disciplinados e pontuais, eles exerceram o direito de voto com emoção e

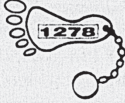






O *Jornal do Brasil* noticia a eleição de 1985, a primeira com eleitores analfabetos

Catálogo

NÃO PERCA O VOTO DO SEU ELEITOR

ANALFABET

PATENTE Nº 5200353 - FABRICANTE EXCLUSIVO P/ TODO O BRASIL

(PRODUTOS CONVENCIONAIS)	(PRODUTOS ESPECIAIS)	
<p>001</p>  <p>002</p>  <p>Pezinho (Fabricado em plástico) Cores: Azul e Vermelho</p> <p>Mãozinha Vem com o nome vazado Cores: Azul ou</p>	<p>003</p>  <p>004</p>  <p>005</p>  <p>Estrela Número Venda acima de 50 milheiros</p> <p>Estrela Nome Venda acima de 100 milheiros</p>	<p>007</p>  <p>008</p>  <p>Âncora Número ou Nome Venda acima de 100 milheiros</p> <p>Chave Sucesso Número Venda acima de 100 milheiros</p>

Em 1994, empresa criou chaveiros vazados para que analfabetos pintassem nome e número na cédula eleitoral

guel Couto (PSD-RJ). — Antes de se consentir que o ignorante decida os destinos do Brasil, mesmo que restrito ao pleito municipal, com todas as forças deve-se obrigá-lo a ler e escrever, tirá-lo das trevas da ignorância.

Os analfabetos só tornariam a votar graças a uma emenda à Constituição aprovada por deputados e senadores em maio de 1985. A histórica liberação figurou entre as primeiras medidas democratizantes tomadas pelo Congresso Nacional após a ditadura militar. Fazia três semanas que Tancredo Neves morrera.

Na votação, o deputado Ronan Tito (PMDB-MG) disse:

— Precisamos dar ao analfabeto escola, mas também força para que reivindique escola para si e para os seus. Como passará a ser cidadão pleno e ter direito? Quando tiver acesso ao voto. Aí passará a ter forças inclusive para reivindicar, exigir escola. Hoje é cidadão de segunda classe.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA) lembrou que o Código Civil via o iletrado como totalmente capaz:

— O analfabeto é responsável pelo pátrio poder, presta serviço militar, fecha contrato de compra e venda, testamenta antes de morrer. A legislação até lhe permite votar e ser votado no sindicato. Por que não pode votar nas eleições para o poder público?

Muitos parlamentares reclamaram que a emenda constitucional aprovada deu ao analfabeto só metade do direito. Ele votaria, de forma facultativa, porém não poderia se candidatar. A Constituição de 1988

manteve os termos da decisão de 1985.

As cédulas foram adaptadas. Como os analfabetos têm mais familiaridade com números do que com letras, a votação passou a ser por meio de algarismos.

O cientista político José Carlos Brandi Aleixo, autor de *O Voto do Analfabeto* (Edições Loyola), cita uma razão por que os iletrados demoraram tanto para recuperar o voto e até hoje não podem disputar eleições:

— Eles têm vergonha da sua condição, se escondem e, por isso, têm dificuldade para se unir e lutar por direitos. Aos olhos do país, são invisíveis.



Prefeito que só sabe assinar o nome apostou no ensino público

Antônio Ramos da Silva foi prefeito, presidente da Câmara Municipal e acaba de se reeleger vereador de Quixaba, cidade do sertão pernambucano com 7 mil habitantes. Ele não esconde: é analfabeto.

— Quando eu era criança, meu pai precisava dos filhos trabalhando na roça e não me deixou estudar.

Pela lei, os analfabetos não podem se eleger. Silva pôde tornar-se político por saber copiar palavras e assinar o nome, o que bastou para a Justiça Eleitoral.

Ele sempre teve assessores de confiança para ajudar na leitura dos documentos. Para Silva, os analfabetos deveriam ter o direito de ser votados:

— Tem muito doutor por aí que não tem nem a metade da minha honestidade.

Silva se elegeu prefeito em 1992. Até então, a cidade só tinha escolas caindo aos pedaços e professoras sem diploma. Tudo mudou. Com ele à frente da prefeitura, a educação chegou a receber 37% do orçamento municipal, acima do piso constitucional de 25%.

— Fiz tanto pela educação porque sempre senti na pele o quanto ela faz falta.



Assista a vídeo sobre o voto do analfabeto:
<http://bit.ly/votoAnalfabeto>

Índice onomástico

A

Abrahão, Sarah. 17, 133
Alberto I, rei. 65
Aleixo, José Carlos Brandi. 141
Alencar, José de. 36
Almeida, Fernando Mendes de. 66
Almeida, Mendes de. 28
Almeida, Santos e. 27
Alves, Hélio de Mattos. 118-119
Andrade, Auro de Moura. 104
Andrade, Joaquim Ignácio Lopes de. 35-36
Arantes, Aldo. 76, 82
Arantes, Altino. 58
Araripe, Alencar. 25
Arns, Flávio. 50
Arraes, Miguel. 79

B

Barbosa, Ruy. 139
Barreto, Lima. 33
Barros, Adhemar de. 96-100
Batista, Abdon. 45-46
Bernardes, Arthur. 67
Betto, Frei. 76
Biondi, Luigi. 59
Bismarck, Otto von. 34
Bom Retiro, visconde do. 28
Branco, Alves. 36
Braz, Wenceslau. 47, 49, 58
Brizola, Leonel. 79
Brossard, Paulo. 132
Buarque, Cristovam. 72

C

Caldas, Eduardo Jorge. 17
Camargo, Affonso. 47, 49
Campos, Eduardo Siqueira. 70
Campos, Roberto. 102-103
Cardoso, Fernando Henrique. 69-70, 82
Cardoso, Liberato. 23-24
Carvalho, Aloysio de. 93

Carvalho, Álvaro de. 57
Carvalho, Setembrino de. 48
Castello Branco, Humberto. 96-100, 102-103, 138-139
Castioni, Remi. 115
Cavalcanti, Carlos. 45
Cavalcanti, Holanda. 11
Coelho, Fernando Bezerra. 29
Collor, Fernando. 82
Colombo, Raimundo. 50
Costa, Afrânio da. 66
Costa e Silva, Arthur da. 81
Costa, Mattos. 50
Coutinho, Aureliano de Sousa e Oliveira. 36-37
Couto, Miguel. 140
Cunha, Fernandes da. 21, 28
Cunha, Luiz Antônio. 109, 115

D

D'Eu, conde. 32
Dantas, senador. 32
Debret, Jean-Baptiste. 13
Dias, Getúlio. 126
Dias, Marianna. 83-84
Diegues, Cacá. 76
Dutra, Benedito Frazão. 80
Dutra, Eurico Gaspar. 97

E

Ellis, Alfredo. 56

F

Falcão, Armando. 122, 124
Farias, Lindbergh. 76, 79, 83
Farias, Luiz Lindbergh. 83
Farquhar, Percival. 43
Fausto, Boris. 91
Feliciano, Guilherme Guimarães. 59
Ferreira, Costa. 11
Fleischer, David. 131

Figueiredo, João Baptista. 29, 116
Fonseca, Gay da. 96
Fonseca, Hermes. 45
Francisco, Martim. 33
Franco, Itamar. 29, 132
Freire, Marcos. 132
Friedenreich, Arthur. 67
Furtado, Alencar. 133

G

Galvão, Rômulo. 116
Gama, Miguel Lopes. 35
Geisel, Ernesto. 111, 122, 124, 130-131
Giacomoni, James. 13
Gomes, Carlos. 10
Gordo, Adolfo. 59
Goulart, João. 77, 79, 81, 98, 138
Gualberto, João. 44
Guimarães, Alencar. 47
Gullar, Ferreira. 76
Gurgel, JB Serra e. 37

H

Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. 25-26

I

Isabel, princesa. 32

J

Jacarepaguá, marquês de. 37
Júnior, Blota. 126
Jurema, Aderbal. 110

K

Kubitschek, Juscelino. 97-98

L

Lacerda, Carlos. 98
Lacerda, Flávio Suplicy de. 80
Lacerda, Maurício de. 46, 56-57

Leite, França. 21, 24

Lima, Araújo. 22

Lovato, Amilton. 98

Luís, Washington. 58, 67, 90

Lula da Silva, Luiz Inácio. 29

M

Macário, Jerônimo. 28

Machado, Paulo Pinheiro. 46, 50, 52

Magalhães, Marcos. 131, 133

Maia, Bismarck. 72

Maria, José. 43-46, 52

Marinho, Josaphat. 80, 96, 104

Marques, Generoso. 45

Martins, Mário. 80

Medeiros, Viriato de. 28

Médici, Emílio. 109, 131

Mello, Bezerra de. 112

Miranda, Oswaldo. 39

Miranda, Raimundo de. 56, 59

Montoro, Franco. 102, 122-123, 131-132

Moraes, Vinicius de. 76

Muritiba, visconde de. 32

N

Natel, Laudo. 100

Neto, Cotrim. 80

Neves, Tancredo. 82

Nogueira, Hamilton. 77, 88, 93

Nogueira, José Bonifácio. 113

Nuzman, Carlos Arthur. 69

O

Oliveira, Dante de. 82

Oliveira, Gabriel Pereira de. 26-28

Oliveira, Pacheco de. 89

P

Pacheco, Renato. 66

Paraense, Guilherme. 66

Passarinho, Jarbas. 82, 109, 113-114, 117, 124

Pedro I, dom. 14

Pedro II, dom. 10-11, 20, 25-27, 32, 39

Peixoto, Demerval. 48

Peixoto, João Paulo M. orelha

Pereira, Lafayette Rodrigues. 139

Peres, Gerson. 140

Pessoa, Epitácio. 28, 65

Piva, Pedro. 64, 69

Pompeu, Plínio. 88

Pompeu, senador. 28

Portella, Petrônio. 17, 123, 133

Porto, Walter Costa. 139

Prestes, Luís Carlos. 77

Q

Quadros, Jânio. 97

Queiroz, Agnelo. 70

Queiroz, José Edmar de. 114

R

Ramos, Adeodato. 42, 48-49, 52-53

Ramos, Nereu. 88

Rebello, Aldo. 82

Rezende, Eurico. 100

Rezende, Venâncio de. 21, 26-27

Ribeiro, Flexa. 110

Rousseff, Dilma. 8

S

Salazar, Antônio de Oliveira. 91

Salvatti, Ideli. 72

Sampaio, Cantídio. 111

Saraiva, Luiz Fernando. 35

Sarney, José. 82

Saturnino, Roberto. 123

Saviani, Dermeval. 112-114

Schmidt, Felipe. 49

Serra, José. 76-79

Silva, Antônio Ramos da. 142

Silva, Francisco José da. 27

Silva, Golbery do Couto e. 133

Silva, Paulo Sérgio da. 90

Soares, Magda. 110, 115

Souto, Edson Luís de Lima. 80

Souza, Ferreira de. 93

Souza, Paula. 12

T

Temer, Michel. 8, 20

Tito, Ronan. 140

Tourinho, Genival. 126

V

Vargas, Getúlio. 16, 77, 88-93, 99

Vergueiro, senador. 36

Vianna, Aurélio. 80, 100, 103


Vianna, Joaquim Francisco. 11

Vieira, Laerte. 111

Vilela, Teotônio. 82


Virgílio, Arthur. 80





Sabia que o Senado,
quando ficava no
Palácio Monroe, foi
fechado por Getúlio Vargas
e só voltou a ser aberto
quase dez anos depois?

E que a transposição do Rio
São Francisco já era discutida
na época do Império?



E a história de uma guerra
no Sul do Brasil que teve
um santo, um demônio e
10 mil mortos?

**LEIA ESTAS E OUTRAS
HISTÓRIAS NESTE VOLUME**



**Arquivo S: um olhar jornalístico que revela a riqueza
dos documentos históricos do Arquivo do Senado.**

SENADO FEDERAL



ISBN: 978-85-7018-874-8



9 788570 188748